



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESQ)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE/UFT)  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MÔNICA STREGE MÉDICI

## **A QUESTÃO DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: AS MULHERES- PROFESSORAS NO MAGISTÉRIO**

Palmas - TO  
2022

Mônica Strege Médici

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: AS MULHERES-PROFESSORAS NO  
MAGISTÉRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Linha de Pesquisa Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientador: Dr. Damião Rocha

Palmas -TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M489q Medici, Mônica strege.  
A questão de gênero na docência: as mulheres-professoras no magistério.  
/ Mônica strege Medici. – Palmas, TO, 2022.  
153 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em  
Educação, 2022.

Orientador: Damião Rocha

1. Gênero na docência. 2. Mulheres-professoras. 3. Feminização do  
magistério. 4. Educação. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Mônica Strege Médici

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: AS MULHERES-PROFESSORAS NO  
MAGISTÉRIO**

Data de Aprovação: 11/07/2022

Banca de Avaliação

**Dr. Damião Rocha – PPGE/UFT - PGEDA UFPA/UFT**  
(Orientador - Presidente da Banca)

**Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Moll – PPGE/CI/UFRGS**  
Avaliadora Externa

**Dr.<sup>a</sup> Jocyléia Santana – PPGE/UFT - PGEDA UFPA/UFT**  
Avaliadora Interna

## Dedico

Ao João Lucas, filho, tome sua vida para si e transgrida, seja inteiro, não seja perfeito! “*Sermos nós mesmos faz com que desagrademos os outros. No entanto, fazer o que os outros querem que façamos nos dissocia de quem verdadeiramente somos e aos poucos nos perdemos de nós mesmos.*”

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi tecida por poucas mãos, algumas mentes e muitos corações, agradeço todos que atravessaram meu caminho pois de uma forma ou outra me tornaram mais humana, a interação nos humaniza, no ensina e dá sentido à nossa existência, estendo meu agradecimento a cada um/a que participou da constituição do meu eu, nem sei quantas páginas seriam necessárias para escrever o nome de todos/as.

Com carinho, passei horas pensando nessa parte do texto, porque quero me aproximar para agradecer algumas pessoas de uma forma especial, nominando-as, a essas eu agradeço com toda as forças que há em mim, enquanto eu respirar!

Reverencio e agradeço aquelas que vieram antes de mim, muitas delas já não estão mais aqui fisicamente, as minhas ancestrais! Sei bem que vocês retiram pedras e semearam, flores para que eu pudesse percorrer esse caminho, muitas vezes descalça, com vestes e sonhos rasgados.

A vida é uma dádiva e ela me foi concedida, porém foram meus pais que zelaram por ela de um jeito muito especial, com muita dificuldade chegamos juntos aqui, pai, mãe eu lhes agradeço por isso e por me mostrar que as montanhas existem, sempre existirão, mas novos caminhos podem contorná-las. Perto de vocês ainda sou a menina tagarela, sonhadora.

Cheguei aqui conduzida pelas mãos firmes e generosas do professor Dr. Damião Rocha da UFT. Obrigada por não me deixar abraçar o mundo, compreender minha luta pela vida em meio a pesquisa, duas realidades tão distantes, que ao mesmo tempo se encaixaram de forma harmoniosa. Sua calma, me fez compreender que era preciso estabelecer um limite entre esses dois tempos de vida, primeiro viver, depois dar vida à pesquisa. É lindo ver, seu fazer que transforma a pesquisa em um instrumento de denúncia à opressão, em especial, contras as mulheres e as minorias sociais.

A professora Dr.<sup>a</sup> Jocyleia Santana, mulher de fibra e de fé, muito obrigada pelo afago, orações e presteza em me ajudar, nos momentos difíceis suas mãos me sustentaram. Em seu nome estendo minha gratidão aos professores/as que estiveram comigo nessa trajetória, a eles/as agradeço pelos ensinamentos, inspiração, compreensão e generosidade.

Vocês professores tornam o mundo da ciência e da pesquisa um lugar melhor na UFT!

Muito obrigada às mulheres/professoras que gentilmente foram voluntárias desta pesquisa confiando seus relatos. Elas abriram as portas de suas ideias, crenças, opiniões e utopias; no ato de narrar suas trajetórias, narraram-se também como atrizes e expectadoras, pois um fio puxa o outro e se enlaçam.

Agradeço a banca pelo gesto carinhoso de aceitar participar dessa defesa em um intervalo de tempo tão curto, sei que vocês fizeram um grande esforço para ensolarar meus dias sombrios. Obrigada!

Ao professor, ao camarada Adriano Castorino, o menino que veio de longe. Obrigada por acolher a menina que palavreava desassossegada e mostrar a ela que o fundamental não é se encaixar e sim viver. Sua amizade foi o sol que entrou pelas frestas de minha vida, aquecendo-a e iluminando-a com raios de coragem. Vencemos! O caminho é a esquerda, sempre a esquerda!

Agradeço à Capes, pela concessão da bolsa de estudos, aqui destaco com carinho a dedicação da Joselma em me ajudar.

Ao meu filho por me ensinar ser mãe e por entender a importância do “texto que nunca acaba.” Obrigada pelas vezes que brincou em silêncio para não atrapalhar as leituras da mamãe. Te agradeço meu filho por compreender que estar junto é muito mais que a mera presença física.

A meu esposo, Domênico por seguir comigo essa trajetória sendo pai e mãe de meu filho, por acolher minhas ideias e perceber a relevância desse estudo para mim. Te agradeço por isso, mas também pela escolha em seguir ao meu lado e principalmente pelas noites em claro monitorando meus sinais vitais. Temos uma bela história para contar!

Agradeço a minha Oncoanjo, Dr.<sup>a</sup> Rúbia, a conheci em um tempo, que vi, ouvi, toquei, senti, as mais fortes sensações, para além de um diagnóstico assombroso. Não saberia dizer quais foram as minhas impressões maiores, mas perdura em mim a doçura de seu olhar, o amor que recebi, quando ouvi “independente do que acontecer estarei contigo”, lutou com a força uma leoa, se virou e se revirou na condução de meu tratamento para me manter viva, enquanto outros diziam que não tinha mais jeito. Estamos vencendo! Sei bem, que ainda não acabou. Vem aí próxima etapa, o doutorado! Palavras são incapazes de expressar minha gratidão em tê-la em minha vida não apenas como médica, mas principalmente como amiga, que com paciência sempre dizia” calma, prefiro ver o copo meio cheio” hoje o copo transborda, vida!

A minha irmã por desconhecer o chão, amarrar seus sonhos nas nuvens e repetir seu mantra diário “vai dar certo!” Obrigada também pelo título de “titia”, Gabriel e Alice vocês me fazem esperar e lutar por outro mundo possível, um mundo onde as cores se complementam, onde os corações acendem e a chama do amor nunca se apaga.

Ao meu compadre Marcelo, minha amiga Kellen e ao meu amigo Everson, pela lealdade, amizade, vocês são minhas inspirações, obrigada pelas parcerias acadêmicas.

Em nome da Jaque e do Fábio agradeço todos meus amigos/as que me acompanharam nessa trajetória me apoiando, me emprestando seus ouvidos para que eu pudesse desaguar todas minhas angústias, receios, dores e sonhos.

Aos alunos/alunas que passaram por minha vida, foi por vocês que enveredei por esses campos. Em especial ao José Diogo, você me ensinou tanto, obrigada pelas longas horas de espera nos hospitais, pelos gráficos, pelas tabelas e pelos risos!

A querida Martha Sozo, pelas leituras do texto e principalmente por despertar o sagrado que há em mim, por ser mão que acalenta nas horas de aflição, pela audição amorosa e principalmente por cada palavra de apoio “seguiremos juntas, lado a lado, ainda que estejamos fisicamente tão distantes.”

Aos meus companheiros/as do sindicato por todo apoio e principalmente por reavivar em mim o espírito de luta por uma educação pública, laica, democrática, gratuita e de qualidade. Em especial a duas mulheres da luta que me inspiram a Fátima e a Guelda, donas de uma força singular, que insistem e resistem na luta a despeito das adversidades que se apresentam no cotidiano das mulheres que fazem a luta.

Aos meus colegas de turma e ao grupo de pesquisa Gepce/ Minorias CNPq por todas mensagens de apoio, pelas trocas e experiências, atravessamos nossos desertos e juntos nem percebemos. Em especial ao José Simão e o Gleyton, iniciamos juntos essa jornada, vocês me foram meu apoio nos momentos de dificuldade. Também agradeço a Jardilene, mulher que me inspira, obrigada por desbravar esse caminho antes de mim e me estender a mão para que eu possa trilhá-lo.

Aos meus professores/as da graduação em especial a professora Renata Cabrera por ter acreditado em mim e não deixar a chama apagar, você me fazer acreditar que um dia chegaria aqui, não foi do jeito que esperávamos, mas foi do jeito possível.

A Maria Júlia pela dedicação em me ajudar, a terapia me fortaleceu me levantou todas as vezes que cai, olhei para cima e você estava ali, obrigada por me fazer enxergar que sou uma mulher vestida de luta.

As minhas amigas da Casa Paliativa, da Oncoguia e da Amo Acalentar, mulheres fortes que me ensinaram entre tantas coisas resignificar a condição “paciente oncológica” acolhida por vocês consegui enxergar que a cada dia é uma oportunidade para conviver e aprender viver a despeito do diagnóstico e das estimativas.

Aos meus/minhas colegas de trabalho em especial as professoras com quem divido meu fardo, elas que estão todos os dias no chão da escola sendo confrontadas e vencendo uma série de dificuldades estruturais e pedagógicas, lutando por reconhecimento profissional e que não deixam de acreditar na educação.

## RESUMO

MÉDICI, Mônica Strege. **A QUESTÃO DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: AS MULHERES-PROFESSORAS NO MAGISTÉRIO**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT), na linha de Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes, ao grupo de pesquisa CNPq/UFT Gepce/minorias. Seu **objeto de pesquisa** é a questão de gênero na docência. E quando se aborda gênero tratamos de mulher e as indagamos sobre a divisão sexual do trabalho, as relações sociais de sexo, a partir do sentido do que é ser mulher e ser homem no cotidiano patriarcal e cisheteronormativo. Partimos da **questão norteadora**: Qual o impacto das “relações de gênero”, da “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de sexo” sobre as mulheres-professoras no magistério? Seu **objetivo geral** é compreender como as “relações de gênero” perpassam a mulher na docência na educação básica brasileira. Da **Pesquisa bibliográfica** com revisão teórica do tema, fomos às produções de pesquisas nos bancos de dados do INEP dos programas de educação da região Norte e **Entrevista** no formato *online* de três mulheres-professoras das redes municipais de Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Palmas (TO). É uma **Pesquisa implicada de base fenomenológica** (MAIA; ROCHA, 2017), na qual oportuniza a pesquisadora se engajar, inserir-se e apresentar por meio de sua implicação compreensões interpretacionistas da realidade social pois, é uma investigação firmada na base experiencial. Nessa concepção de pesquisa refletimos a passagem de uma **pesquisa participante** para uma **etnopesquisa implicada** (MACEDO, 2012, 33), na qual enfatizamos “o valor do ator/atriz social” na busca de compreensão de “como se constrói a vida do ator/atriz”(MACEDO, 2012, 111) repercutindo vozes e atuações de nós mulheres. Na **pesquisa-formação fenomenológica** apreendemos o necessário enfrentamento da “desigualdade de gênero” em prol da “equidade de gênero”, apesar das mulheres protagonizarem há muito tempo a área da educação. Repensar os sentidos do gênero feminino e (re)criar a categoria “mulher”, o “gênero na docência” são investigações importantes no contexto da feminização do magistério da educação básica. As categorias de pesquisa “divisão sexual do trabalho”, “gênero”, “relações de gênero” e “relações sociais de sexo”, são fundamentais nos estudos e pesquisas sobre a participação feminina e defesa da “igualdade de gênero”, no entanto, na perspectiva da interseccionalidade, visando o sentido de como essas categorias são manejadas nas opressões cruzadas em relação à mulher-professora.

**Palavras-chaves:** Gênero na docência; Mulheres-professoras; Feminização do magistério.

## ABSTRACT

MÉDICI, Mônica Strege. **THE ISSUE OF GENDER IN TEACHING: WOMEN-TEACHERS IN TEACHING.** Dissertation (Master's), Graduate Program in Education, Federal University of Tocantins, Palmas, 2022.

This research is linked to the Graduate Program in Education (PPGE/UFT), in the line of Curriculum, Teacher Training and Teaching Knowledge, to the research group CNPq/UFT Gepce/minorities. Her research object is the issue of gender in teaching. And when it comes to gender, we deal with women and ask them about the sexual division of work, the social relations of sex, from the meaning of what it is to be a woman and to be a man in the patriarchal and cisheteronormative daily life. We start from the guiding question: What is the impact of “gender relations”, the “sexual division of labor” and “social sex relations” on women-teachers in the teaching profession? Its general objective is to understand how “gender relations” permeate women in teaching in Brazilian basic education. From the Bibliographic research with theoretical review of the theme, we went to the research productions in the INEP databases of the education programs in the North region and Interview in the online format of three women-teachers from the municipal networks of Cuiabá (MT), Goiânia (GO) and Palmas (TO). It is a phenomenologically-based implicated research (MAIA; ROCHA, 2017), in which it provides the opportunity for the researcher to engage, insert and present, through its implication, interpretationist understandings of social reality, since it is an investigation based on an experiential basis. In this research conception, we reflect the transition from a participatory research to an implied ethnoethnography (MACEDO, 2012, 33), in which we emphasize “the value of the social actor/actress” in the search for understanding “how the actor/actress' life is constructed” (MACEDO, 2012, 33). ” (MACEDO, 2012, 111) echoing the voices and actions of us women. In the phenomenological research-training, we apprehend the necessary confrontation of “gender inequality” in favor of “gender equality”, despite the fact that women have been protagonists for a long time in the area of education. Rethinking the meanings of the female gender and (re)creating the category “woman”, the “gender in teaching” are important investigations in the context of the feminization of teaching in basic education. The research categories “sexual division of labour”, “gender”, “gender relations” and “social sex relations” are fundamental in studies and research on female participation and the defense of “gender equality”, however, from the perspective of intersectionality, aiming at the sense of how these categories are handled in the cross oppressions in relation to the woman-teacher.

**Keywords:** Gender in teaching; Women-teachers; Feminization of the teaching profession.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 Marie Curie na primeira conferência de Solvay em (1911) é a única mulher dentre 22 notáveis cientistas.....	77
Imagem 2 Conferência de Solvay (2011).....	78
Imagem 3 Desigualdade de Gênero na concessão de bolsas da CNPq.....	79
Imagem 4 Distribuição de bolsa por área de conhecimento e gênero. ....	80
Imagem 5 Professores da Educação Básica Por nível de escolaridade e etapa de ensino – Brasil – 2020 (Em %).....	100
Imagem 6 xxx.....	107
Imagem 7 xxxxx.....	116
Imagem 8 xxxx.....	126
Gráfico 1 Quantitativo de homens e mulheres que finalizaram o curso de mestrado em educação na região norte no período de 2017 a 2020. ....	76
Gráfico 2 Proporção de professores e professoras que atuam na Creche em 2021.....	87
Gráfico 3 Número de docentes na Educação Infantil, segundo a faixa etária e o sexo em 2021.....	97
Gráfico 4 Composição de Docentes na Educação Básica Distribuição por Gênero e Etapas de Ensino.....	99
Gráfico 5 Ensino Superior proporção de docentes de acordo com o sexo.....	102
Quadro 1 Dissertações de mestrado de universidades públicas da região norte que abordam a temática gênero e magistério.....	83
Quadro 2 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019.....	89
Quadro 3 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020.....	90
Quadro 4 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021.....	91
Quadro 5 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019.....	92
Quadro 6 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020.....	93
Quadro 7 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021.....	94

Quadro 8 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019.....	94
Quadro 9 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020.....	95
Quadro 10 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021 .....	96

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Quantitativo de mestres e mestras na região norte no período de 2017 a 2020. ....	80
Tabela 2	Número de professoras e professoras nas escola investigadas .....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMEI	Centros Municipais de Educação Infantil.
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENP	Escola Nova Pedagogia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PUC	Pontificia Universidade Católica
PNE	Plano Nacional de Educação
PSL	Partido Socialista Liberal
TALIS	Teaching and Learning International Survey
PPP	Projeto Político Pedagógica
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIR	Universidade Federal de Rondônia,
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFT	Universidade federal do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1.1</b>	<b>Memorial</b> .....	<b>16</b>
<b>1.2.</b>	<b>Problema de pesquisa</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2.1.</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2.2.</b>	<b>Objetivo Específicos</b> .....	<b>25</b>
<b>2.</b>	<b>A PESQUISA FENOMENOLÓGICA, CRÔNICAS DE SI E DO MUNDO</b> .....	<b>26</b>
<b>3.</b>	<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>27</b>
<b>4.</b>	<b>ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
<b>4.1.</b>	<b>SEÇÃO I- REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO: O DIFERENTE NÃO É DESIGUAL</b> .....	<b>30</b>
<b>4.1.1.</b>	Gênero e a performance feminina: uma construção social .....	31
<b>4.1.2.</b>	A face perversa do patriarcado: a sujeição de gênero embalada na sacralidade .....	34
<b>4.1.3.</b>	Relações sociais de sexo a divisão sexual do trabalho .....	42
<b>4.2.</b>	<b>SEÇÃO II- EDUCAÇÃO FEMININA: A MULHER VISÍVEL</b> .....	<b>50</b>
<b>4.2.1.</b>	Ser mulher: representações femininas no Brasil colonial.....	51
<b>4.2.2.</b>	Elas chegam a escola: uma fresta para a autonomia.....	56
<b>4.2.3.</b>	Viver para ensinar, as escolas normais e a formação de professoras.....	64
<b>4.2.4.</b>	A profissionalização das mulheres professoras e a feminização do magistério .....	69
<b>4.3.</b>	<b>SEÇÃO III- NINGUÉM NASCE PROFESSORA: SER PROFESSORA, UMA DAS POSSIBILIDADES DE SER MULHER</b> .....	<b>74</b>
<b>4.3.1.</b>	A produção acadêmica dos programas de mestrado em educação da região norte.....	75
<b>4.3.2.</b>	Feminização do magistério revelada nos dados .....	87
<b>4.3.3.</b>	Dados do censo escolar referente ao triênio 2019, 2020 e 2021 .....	89
<b>4.3.4.</b>	Narrativas de mulheres professoras e as tramas urbanas.....	102
<b>4.3.5.</b>	Cuiabá: uma capital fundada no final do século XIX.....	106
<b>4.3.6.</b>	Goiânia: uma capital fundada em meados do século XX.....	116
<b>4.3.7.</b>	Palmas: a última capital projetada do século XX uma cidade em busca do tempo....	125
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>136</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Memorial

Rememorar é sempre uma escolha e um desafio, pois, o tempo presente, futuro, e passado, todos, imbricados, constrói na gente a pessoa que somos, tanto a pessoa pública, aquela que desempenha uma profissão, quanto a noção mais íntima de nós mesmos. Nunca é fácil tornar a lembrança um percurso, sempre é um exercício dolorido, por vezes até complexo. Mas como a vida é também uma aprendizagem para o enfrentamento, ainda mais porque a condição feminina é uma batalha cotidiana, fazer um memorial é também uma oportunidade de refazer trajetórias.

Mas com a cabeça erguida, depois de um tempo muito dolorido, tempo que coincide com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação. Assim, de fato é muito gratificante estar viva, e estando viva poder contar um pouco de minha história. Diante da luz do dia que abre o tempo de agora, começo este memorial contando com a ajuda de Cora Coralina “sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores.”

Também não posso deixar de enfatizar que estas linhas não trazem apenas a história de uma vida. Se eu existo, enfrentando todos os tipos de opressão a que uma mulher está sujeita, é porque outras mulheres também existem, resistem e seguem enfrentando as adversidades. Além disso, muitas mulheres que não tiveram a mesma oportunidade que estou tendo. Assim, a ideia de construir um texto autoral baseado em minha visão a princípio me traz insegurança, pois em toda minha trajetória enquanto mulher na educação sempre me pediram silêncio. Memórias revividas fazem ressoar sobretudo os silêncios e as omissões, desvelando aquilo que não pode ser dito, o que teve que ser sufocado.

Dentro da lógica machista, o silêncio é como se fosse um tipo de ética a qual as mulheres devem portar, ser silenciosa, ficar em silêncio. O silêncio seria, por tanto, a parte mais constitutiva do recato, esta característica destruidora da autoestima feminina. Por isso é tão complicado para uma mulher, seja em que posição for, fazer uso da palavra, fazer enunciação do discurso. Sei que cada um/a só tem a vista da montanha que escalar. De alguma forma, eu mesma me vi tão entranhada neste tema de pesquisa que a minha percepção sobre a pesquisa e sobre a minha própria trajetória de vida se imbricaram. Logo, esse texto é feito por meio de minhas impressões e reflexões baseadas na minha vivência. Sendo assim, retrata o que vi e senti

diante das situações aqui descritas, parte do texto é ambientado em uma escola pública estadual situada no município de Vila Rica, estado de Mato Grosso, cerca de 1.300 km da capital, Cuiabá. Nesta escola é onde atuo desde 2009, como professora de Ciências Naturais e Biologia. Minha relação com a escola foi sempre muito íntima, digo que ali nasceram meus grandes conflitos e ali também eu busquei a solução para a maioria deles. Menina pobre, do interior, tão faceira e tão sonhadora. Ainda criança, mesmo sem a noção dos valores sociais, todos machistas, já me insurgia contra o modo como as mulheres da minha família eram tratadas. Agia com uma insurgência, desobedecia, gritava, me debatia. Hoje, olhando em perspectiva, percebo que sempre fui atravessada pelas questões de gênero.

Um marco, que agora me vem à memória foi quando fui, aos 11 anos fui retirada da escola. O argumento para tal atitude violenta, demonstra outras tantas violações: “mulher não precisa estudar, já sabe ler e escrever, agora precisa aprender a cuidar da casa, costurar, bordar para arrumar um bom casamento”. Essa justificativa, ancorada nos ideais do papel da mulher, me fez ficar quatro anos longe da escola. Ainda que a escola, como sabemos, seja ela mesma um espaço todo marcado pela sociedade na qual está inserida, ainda poderia de alguma forma ajudar a uma menina a sonhar com outros mundos.

Lá do interior de um estado agrário, com uma vida pobre e sem esperança, é que no ano de 1998 mudamos para Vila Rica, interior de Mato Grosso. Essa mudança também é um capítulo à parte. Primeiro forjada no discurso de que o Mato Grosso era um vazio humano, terra sem gente. Esse discurso, corrente nos estados do Sul do País, de onde viemos, dava conta de que era vir ao Mato Grosso e ficar ricos. Não ficamos ricos e encontramos uma sociedade ainda mais marcada pelo poderio masculino, com um apetite ainda maior para destruir a natureza e dominar a vida e os destinos das mulheres. Mas, paradoxalmente, foi em Vila Rica que conclui o Ensino Médio, iniciei o curso de Ciências Biológicas no ano 2002 no centro Universitário de Várzea Grande- UNIVAG.

Como minha trajetória escolar foi interrompida, na retomada fui estudante da Educação de Jovens e Adultos. Pude testemunhar o descaso com que esta modalidade educacional é conduzida e como meus estudos, da formação básica, foram insuficientes, precários e com baixo índice de aprendizagem. Também por isso, especialmente, somente consegui ingressar no ensino superior em uma instituição privada, porque com a minha formação escolar não tive como estudar na universidade pública.

Além disso, na instituição privada era possível estudar à noite, para trabalhar durante o dia. Mais uma vez, portanto, não tive a oportunidade de me dedicar apenas aos estudos. Não havia recursos, não havia tempo. Morando sozinha em Cuiabá, estudando à noite, menina pobre,

susceptível a toda sorte de assédio, violência e maus tratos. Essa condição de viver sozinha numa cidade grande me deu uma outra dimensão de meu potencial como mulher, porque pude compreender, de modo inequívoco, que uma mulher precisa enfrentar a tudo e a todos, para poder ter um mínimo de direitos.

Mas esse enfrentamento cansa, gera uma imensa exaustão porque torna ainda mais densa e triste a solidão que é viver sozinha num espaço tão indiferente como é uma cidade grande. Aqui é que reside uma compreensão do tamanho do fosso que separa a condição masculina da condição feminina. Há riscos que somente uma mulher sabe que ela pode estar susceptível, como andar sozinha na rua, sofrer violência sexual de companheiros, ser agredida física e psicologicamente pelo parceiro.

A vida em Cuiabá, com todas as agruras que se possa imaginar, me fez, quase que de modo automático, regressar àquela cidade em que de alguma forma era meu refúgio, mesmo sem eu saber bem o que significava esta palavra. Assim, ingressei no concurso público em 2012 na cidade de Vila Rica – MT. Na sala de aula, como professora, agora deste lugar de fala, pude sentir o quanto as mulheres são sujeitas às questões de gênero em todas as idades. Todavia, como que de repente, eu percebi que as minhas indagações e observações sobre as diversas situações de sujeição a que as mulheres, tanto as demais colegas de profissão, como as estudantes, as demais trabalhadoras da escola, passavam cotidianamente, não incomodavam tanto ao conjunto das mulheres.

Parecia que havia um acordo tácito: a única coisa que as mulheres poderiam fazer era se enquadrarem, aceitarem a situação. Esse comportamento de aceitação me lembra Marina Colasanti, quando ela diz que “A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida que aos poucos se gasta e, que gasta, de tanto se acostumar, se perde de si mesma.”

Talvez exista algo em mim, uma herança ancestral das bruxas, um espírito que não se dobra, de dura cerviz, uma inquietude. Por isso, a mulher que me tornei é ainda aquela criança cuja petulância me fazia ser mais forte, a despeito da situação ser de opressão, ainda assim eu me erguia. Naquela época eu não sabia quem era Maya Angelou, cujo poema Ainda assim eu me levanto, é para mim hoje um tipo de grito de liberdade. Por isso, jamais me acostumei, não consegui ficar lá naquela escola nem naquela sociedade e permanecer alheia a essa questão, que em suma, era a questão da passividade deliberada da maior parte das mulheres. Essa passividade era construída, como fui percebendo, pela igreja, pelo modelo patriarcal de família e, por mais incrível que pareça, pela escola. Assim, diante de tantas inquietações, passei a me interessar

pelas questões de gênero que atravessam o fazer em si do magistério. Fui me dando conta de que ser professora, em especial com todas as dores que eu já trazia na minha experiência de vida, poderia produzir, pelo exercício da docência, uma possibilidade de resistência.

Essa possibilidade de resistência no início estava bem confusa. De início, me entreguei à militância, com toda a minha fúria e insubordinação. Tive mais cansaço, mais desgastes e quase nada produzi. Compreendi uma vez mais que a barreira da opressão, esta que faz o oprimido bajular o opressor, como mais tarde aprendi lendo a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, é um tipo de organização epistêmica feita com tanta eficiência que para desconstruir esse muro é preciso mais que gritos.

Gritar é importante, evidentemente. Mas também era preciso alguma maturidade conceitual. A entranhas das estruturas de poder, quase todos moldadas pela lógica de dominação masculina, não iriam ruir apenas com gritos e militâncias. A partir dessa compreensão, me pus a estudar, a ter mais rigor nas minhas observações, a colocar em plano minhas reflexões. Apresentei minha proposta de pesquisa e estudo no ano de 2020 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFT. Fui aceita como estudante regular, aprovada no processo seletivo, depois de várias tentativas em diferentes instituições.

Essa aprovação trouxe um alívio para minha condição de pessoa inquieta, porque de alguma forma o ingresso no curso de Mestrado exigiria de mim a disciplina necessária que me faria colocar em perspectiva tanto a minha própria história de vida, como mulher e militante, quanto me possibilitaria aprender a lidar com os conceitos filosóficos que eu apenas vociferava, sem, contudo, conseguir compreendê-los da forma que eu precisava para que minha prática e meu discurso fossem mais efetivos.

Por isso, essa aprovação foi um momento significativo em minha trajetória profissional, em minha vida pessoal. Como em muitas histórias de mulheres, eu também sou a primeira mulher de minha família a chegar a este nível de estudo acadêmico. A energia das primeiras aulas, a efusão de emoções, o entusiasmo, o encantamento. Pela primeira vez na minha história de vida, estava frequentando disciplinas cujas ementas tratavam de um mundo construído pelas ideias, pelo embate de ideias, pela densidade conceitual.

Mais uma vez, no entanto, tudo é enfrentamento, a começar pela Pandemia de Covid-19, que obrigou a um brutal recolhimento e não me permitiu fruir as aulas presencialmente. Solicitei a licença qualificação e obtive não como resposta. Isso não seria motivo para desistir. Em todo caso, também esta condição de pandemia me dava mais condições de acompanhar o curso dadas as distâncias entre Vila Rica, em Mato Grosso e Palmas, no Tocantins. Mas foi nestas aulas, que comecei a desconfiar de minha voz. Fiz consultas, procurava médicos, nada

se constatava, mas o incômodo persistia.

Em março de 2021 tive o diagnóstico de um câncer em estágio muito avançado, classificado pelos parâmetros médicos como incurável. A minha vida, naquele momento já estava em estado de caos, sobretudo porque como mulher, eu estava sujeita a uma série de obrigações, entre as quais àquelas recebidas no pacote matrimonial. Claro que estas obrigações estavam em segundo plano tal era a minha afinidade e dedicação aos estudos. Assim, quando o diagnóstico de que eu morreria em semanas, precipitou tantas coisas em minha vida.

A isso soma-se o volume gigantesco de despesas, mesmo que o tratamento tenha sido coberto por plano de saúde, há as despesas correlatas. Neste ponto, portanto, mais uma vez é que se pode aferir, de fato, como a vida de uma mulher é dada também pelo tipo de função que ela pode cumprir.

Neste caso, eu poderia apenas lutar para me manter viva, não poderia cumprir com nenhuma outra função. Assim, fui percebendo como cada vez mais eu tinha de lutar para não perder a sanidade mental e nem me deixar vencer pelos que nos olham como objeto. Há uma música do Cidade Negra, *querem meu sangue*, que me ajudou muito a passar pelo doloroso processo de luta contra o câncer. Também escutei muito metal contra as nuvens, da Legião Urbana, trazia em mim uma vontade de viver tão imensa, não apenas de viver, mas de viver esse momento, pois ao receber o diagnóstico minha primeira fala foi. “Não posso morrer, preciso terminar o mestrado!” Destaco aqui o apoio do programa, pela sensibilidade em compreender que meu ritmo seria diferente dos demais estudantes. Os meses seguintes foram intensos, iniciei o único tratamento disponível para mim quimioterapia e radioterapia associadas num tratamento difícil, arriscado.

Minha vida estava por um fio, mas o fio era de aço, embora meu corpo tenha penado com os efeitos colaterais do tratamento, o inexplicável aconteceu, a doença dada como incurável estabilizou e aos poucos minha vida foi se encaixando nos novos moldes, mergulhar no trabalho de pesquisa do Mestrado era uma das poucas coisas que me tiravam do universo hospitalar, me levava a outros mundos e lá eu me sentia capaz. Fui desenhando minha vida, fiz novos arranjos e a mulher, professora, esposa, mãe e filha que em janeiro de 2021 veio pararem Goiânia com uma mala e uma mochila para realização de exames, nunca mais voltou à Vila Rica! De vez em quando noticiam que ela morreu. Enfim, hoje moro em Goiânia em virtude do tratamento, aprendi a me virar sozinha, busco transformar a saudade de meu filho em vontade de viver, de estudar e de escrever.

Mario Quintana certa vez disse “são os passos que fazem o caminho.” Assim os dias passam, chegar até aqui e refazer esse percurso é motivo de muita honra, primeiro porque fui

agraciada com mais um tempo por aqui neste mundo, por alguma razão remarcarem minha passagem para o outro mundo, e me foi concedido o privilégio de contemplar essa vida por mais um tempo. Não consigo ser indiferente a dor alheia, com a veia da militância sempre pulsante, participei da seleção para ser voluntária da Oncoguia e fui aceita, em seguida ingressei na Amo-Acalentar uma instituição voltada a atendimento de mulheres com endometriose. Em face disso iniciamos uma associação em Goiânia para dar apoio socioeconômico a mulheres em tratamento de câncer em vulnerabilidade, a vida segue!

Em julho de 2022, reta final descobri que o câncer se alojou em meio as minhas ideias serei submetida a uma radiocirurgia, par irradiar múltiplas lesões cerebrais. Estou vivendo dias tensos e intensos. A cada dia ao acordar ouço o badalar da vida e lembro que estou aqui de passagem. Sou uma sobrevivente, na verdade todos/as somos, afinal superamos uma pandemia, então sou duplamente sobrevivente, tenho apenas uma “sobrevida” é assim que a medicina define minha situação atual. Estar viva, mesmo que com sobrevida, já me dá uma noção de que a luta tem de ser levada adiante. Por isso, é por meio dessa sobrevida que pretendo registrar algumas inquietações levantadas por meio dessa pesquisa e deixar algumas questões a serem respondidas em pesquisas futuras.

Hoje aprendi ver a vida pelas lentes da finitude e fui organizando minha vida acadêmica em torno dessa realidade, em meio ao tratamento fiz as disciplinas, conclui todos os trabalhos com êxito, participei de eventos com a ajuda de meu orientador, meus professores e de amigos. Participei da 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021), com a discussão por meio da apresentação de pôster o tema “O Ensino Remoto em Meio a Pandemia do Covid-19: Apontamentos de Alunos da Educação Básica Mato-Grossense”, participei também da 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021) nesse evento participei com um resumo expandido intitulado “Vozes e Atu(ação) de Mulheres -Professoras na Luta Feminina em Defesa da Escola Pública. Também publicamos o artigo: Uma leitura da trajetória e da docência de professores: desafios, superações e reflexões no trabalho pedagógico, A presença tecnológica digital na escola e a formação docente: discussões paralelas a isso conseguimos escrever outros trabalhos alguns estão no prelo outros ainda serão encaminhados.

Minha incursão pelo mestrado contribuiu para meu crescimento profissional,acadêmico, mas foi no campo pessoal que tive as mudanças mais significativas por que voltei meus olhos para o mundo das artes e por meio da influência delas me tornei mais sensível, consegui me movimentar de meu mundo e de me desvestir de minhas verdades para que eu pudesse contemplar outros espaços, inspirar novos ares, ouvi o sussurro do vento, que me desconstruiu e me remodelou, digo com toda convicção saio daqui outra mulher, outra pessoa.

Principalmente porque consegui libertar essas palavras que estavam aprisionadas dentro de mim, mas isso não se deu ao acaso. Neste meu estado de profusão de sensações, entre ser esposa, professora, mãe, estudante, paciente oncológica, conheci a poesia. A poesia me fez voltar ao meu estado ancestral. Assim, compreendi um pouco mais minha infância tão rebelde.

A poesia tem o poder de olhar nos olhos, de ver o que está tão óbvio, mas que ninguém vê porque falta a sensibilidade que somente a poesia é capaz de ter. A convivência com a poesia me trouxe a consciência de que eu tinha que escrever. A escrita se fez para mim como um ritual de expurgo. Escrevia para falar o que nem mesmo eu sabia que sentia, escrevia para sorver a vida, uma voz constante me dizia insistentemente “escreva Mônica, escreva Mônica”, logo, escrever faz parte de minha cura. Aqui ressalto a importância do verdadeiro mestre, aquele que empresta seus olhos para que possamos enxergar, além daquilo que está aparente, o verdadeiro mestre é capaz de resgatar aquilo que está escrito nos subterfúgios de nossa mente. Fui resgatada, sou infinitamente grata por isso. A poesia é o melhor mestre, a poesia ensina quando faz rir. Há tantas lições quando se pode rir de um bode na sala, conversando com uma onça. A poesia inventa, pela delicadeza e insubordinação da palavra, o riso, mesmo em situação de quase morte.

Mais uma vez recorro a Maya Angelou, “Eu tinha um monte de nuvens, mas eu tive tantos arco-íris em minhas nuvens”. Reconheço que em meio a toda essa turbulência vivida, coisas boas aconteceram, fui agraciada com uma bolsa da CAPES e isso me incentiva a estudar, adquirir livros, participar de eventos, assim tenho condições de investir em minha formação acadêmica, assim vou seguindo minha vida, buscando me aproximar de meus colegas, estabelecer parcerias, criar laços e vínculos permeados pelos estudos.

A menina que veio da roça está desbravando novos mundos, sem, contudo, esquecer que ainda hoje há tantas meninas, de todas as idades, tanto nas roças quanto nas favelas, sem condições nem de conhecer a poesia nem de dar sentido às questões internas que cada mulher traz de tão longe. Por isso, sei que chegar até aqui é motivo para comemorar, sobretudo porque me sinto honrada, tenho ciência que não cheguei aqui sozinha, trago comigo todas as mulheres que fazem parte de minha história e carregam comigo o mesmo fardo.

Em tempo situo o/a leitor/a, para dizer que não saí ilesa da doença, a voz da professora, sindicalista e militante ficou mais fraca. Porém, com a pesquisa ela ficou mais compassada, aprendi entre tantas coisas que ouvir é mais importante que falar, ao fazer essa pesquisa percebo que nenhuma das duas ações supera os efeitos da palavra escrita, é isso vou deixar aqui nesta dissertação minha palavra escrita e ela dará conta de descrever o que vi, o que vivi e o que senti

sendo mulher, sendo professora, vivendo nesse tempo. Recorro a Clarice Lispector que diz, “(...) você não começa pelo princípio, começa pelo meio, começa pelo instante de hoje”.

A vida me permitiu permanecer aqui, isso é inexplicável aos olhos dos céticos, eu chego na reta final do mestrado, olho para trás com um grande pesar, o distanciamento social nos afastou e não tive a oportunidade de conhecer meus mestres, tampouco meus colegas de jornada. Nossos encontros foram todos mediados pelas telas frias, que não suprem a presença do contato físico, a troca de olhar, de um abraço ou uma mão no ombro seguido de “vai ficar tudo bem!” Também não conheci, presencialmente, todas mulheres que deram vida a essa pesquisa, no entanto, quero aqui externar toda minha gratidão a cada um/a que fez parte dessa jornada em tempo dizer que estão guardados em um lugar muito especial de meu ser.

Vivendo por um fio, envolvida por um redemoinho de dor, emoção, medo e fé. Me senti desafiada, a despeito da doença, era preciso manter o equilíbrio, a linearidade cronológica, o rigor, a consistência, a coesão das ideias que fervilham em minha cabeça e saltam no coração de uma mulher sonhadora, que se envereda para o ramo da pesquisa com mais atrevimento que conhecimento, entre uma punção e outra, entre o intervalo de exames eu respiro e leio, parte dessas leituras fiz no interior do hospital com a veia puncionada, sentindo diferentes dores e odores, lugar onde a desesperança faz morada.

Muitos me perguntaram por que não desistia dessa pesquisa, a resposta é sempre a mesma porque a transgressão é o único caminho possível para uma professora brasileira, por isso aprendi tanto com a palavra enfrentamento. Parafraseando Paulo Freire “Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.” Sou feita de sonhos, sou feita de esperança, acredito que essa pesquisa será parte de meu legado. Quando se nasce mulher e pobre estudar é um ato de rebeldia contra o sistema que nos oprime. Logo, no Brasil, conhecer é transgredir “o limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser” (FOUCAULT, 2009, p.32). Aqui eu busco extrapolar os limites que foram impostos as mulheres, para me apropriar de alguns conceitos teóricos, afim de cruzá-los com a realidade e em seguida de analisá-los, com crítica e sensibilidade, no intento de produzir conhecimento, que provoque reflexões da/na educação, que identifique barreiras, aponte perspectivas, apresente argumentos sólidos para a construção de uma nova sociedade brasileira. Logo, de outro mundo possível. Sei que o caminho é longo, mas a cada passo que se dá o caminho diminui.

Compreendo que “Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra” Anísio Teixeira, por acreditar que apenas por meio de uma educação libertária forjada nos princípios democráticos haverá o surgimento de um mundo mais

amoroso, justo, solidário e humano, o mundo que eu quero habitar, persisto fazendo o que posso. Acredito na construção de um novo mundo, e esse novo mundo será possível por meio de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade, onde homens e mulheres tenham o direito de dizer sua palavra.

Como já mencionei, os encaminhamentos que me impulsionaram a adentrar o universo das pesquisas foram elencados com base na vivência, em situações de confrontos que me incomodaram e me impulsionaram a vida, as lutas travadas me trouxeram até aqui, daqui sigo inteira porque represento em um só corpo a mulher, a professora, a militante, a mãe adotiva de uma criança preta, a paciente oncológica, a pesquisadora e um ser humano.

As páginas que seguem já foram tantas, já foram outras; ao longo dessa pesquisa novas perspectivas foram surgindo, novos contornos foram limitando esse texto, pois essas palavras foram sendo ditas, escritas e ensaiadas, em um tempo distante, nos diferentes lugares que vivi, foram atravessadas e travadas pela pandemia, pelo câncer, pelos riscos de uma cirurgia de alta complexidade em virtude da endometriose realizada em novembro de 2021, por outro procedimento cirúrgico, pela temida rescindiva da doença no cérebro, pela radiocirurgia, pela com a insegurança, pelo medo e desalento, mas resistem sobretudo por serem capazes de penetrar em um universo alheio ao debate que preconiza “as coisas são do jeito que são porque sempre foram assim.” Desse modo, os elementos que justificam a trajetória dessa pesquisa não estão espalhados apenas nessas páginas, mas por todos os meus dias vividos. Assim, estando por toda parte, as palavras que escrevo externam minha inquietação, que foram transformados em problema de pesquisa, e esse me convoca a uma reflexão acerca do que se tem produzido como verdade em torno do ser mulher.

Entendo que a pesquisa-que-vai-pro-mundo, por meio dessas páginas, foram sendo recolhidas pouco a pouco como retalhos, peças, que formaram minhas impressões de mundo, elas foram cuidadosamente se encaixando e irão compor outros universos em novas pesquisas, em novos contextos de lá originarão outras perguntas que irão nortear novas respostas. Uma vez que o pensamento não se eterniza, apenas produz a partir dos fluxos da existência, em cada tempo vivido ele é construído e desconstruído.

São as mãos femininas que sustentam o magistério brasileiro, fenômeno perceptível aos que adentram as instituições de educação básica e confirmado nos dados oficiais. Esta pesquisa foi delimitada inicialmente a partir da vivência com o magistério diante da percepção que ele é atravessado pelas questões de gênero. A partir da realização de leituras, diálogos e tessitura de escritas, houve na delimitação do escopo da pesquisa. Que tem como foco investigar a

feminização do magistério nas fases iniciais da educação e as implicações sociais desse fenômeno.

Afim, de seguir o rastro da feminização do magistério essa pesquisa foi realizada em diferentes em diferentes contextos urbanos, nas redes municipais de 03 (três) capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas. Dentro deste contexto, este trabalho procura fazer uma contribuição na área de educação evidenciando as principais questões gênero que atravessam o magistério brasileiro.

## **1.2. Problema de pesquisa**

Problema de pesquisa: Qual o impacto das relações de gênero, da “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de sexo” sobre as mulheres-professoras no magistério?

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Na perspectiva de descrição desse fenômeno social, foi delineado como nosso objetivo geral de pesquisa:

- Compreender como as relações de gênero perpassam a mulher na docência na educação básica brasileira.

### **1.2.2. Objetivo Específicos**

- Entender os conceitos de gênero, relações sociais de trabalho, relações de gênero, divisão social de trabalho e a implicações na vida das mulheres-professoras.
- Identificar a trajetória das mulheres-professoras no magistério da educação básica.
- Avaliar a feminização do magistério na região norte e perspectivas das mulheres-professoras que atuam na educação básica em Cuiabá, Goiânia e Palmas.

## 2. A PESQUISA FENOMENOLÓGICA, CRÔNICAS DE SI E DO MUNDO

Discussões acerca de gênero derivam dos estudos culturais, pois elas estão engendradas na perspectiva social construída historicamente. Essa pesquisa está amparada na fenomenologia escolhida a partir do entendimento que esse método permite a compreensão das subjetividades que permeiam o campo da pesquisa. A escolha do método se insere na perspectiva de que a pesquisa em educação, é mais exitosa quando traz as abordagens fenomenológicas.

No intuito de aprofundar a compreensão do que é fenomenologia, recorreremos a etimologia da palavra, ela é composta por *fenômeno*+*logos*, ela deriva do grego *fenômeno* vem *faíomenon* significa o que é manifestado, o que é mostrado, o significado de *logos* é estudo. Assim, fenomenologia é o estudo dos fenômenos.

Maia e Rocha (2016) afirmam que a fenomenologia se apresenta como uma possibilidade, um caminho adequado para romper com paradigma positivista, logo permite a ruptura com o modelo generalista e universalizante da pesquisa que propositalmente distancia o indivíduo-pesquisado e indivíduo-pesquisador. Assim a pesquisa fenomenológica permite ao pesquisador se inserir na pesquisa e apresentar por meio de sua implicação com o campo da pesquisa pois, ela é firmada na base experiencial. Husserl (1996) apud Mondini, Paulo e Mocrosky (2018) aponta que os métodos matemáticos não eram capazes de abarcar as investigações acerca dos aspectos humanos voltados para sua totalidade.

Considerando que o Magistério Brasileiro é feminino como afirma Fôlha (2019) Optamos por pesquisa de abordagem qualitativa, afim de desviar da mera quantificação, por meio de apresentação de dados. O intuito da pesquisa é investigar as categorias *gênero* e *educação*, seu entrelaçamento e implicações para a mulher professora.

Ainda que a feminização do magistério se apresente como um conceito singular, seu sentido é plural, ele traz em sua esteira uma série de elementos importantes que nos permite analisar a sociedade a partir das relações sociais nela inseridos. A escolha da abordagem qualitativa se deu baseado na afirmação de Rocha et al, (2019)

A origem teórica da abordagem qualitativa de pesquisa encontra seu alicerce na fenomenologia e suas ramificações, como o interacionismo simbólico, a etnometodologia e a etnografia, tendo como pontos basilares os aspectos subjetivos do comportamento humano e as interações sociais que ocorrem cotidianamente. (ROCHA *et al*, 2019, p.16).

Como apontam os autores na pesquisa etnometodológica o pesquisador é instituído e instituinte. “a etnografia como uma opção epistemológica, metodológica e política, como uma atitude de pesquisa implicada, assume a posição de uma experiência aprendente [...]” (MACEDO E SÁ, 2018, p. 325). Logo o sujeito implicado não se limita a interpretação da realidade, mas ele se propõe a se projetar, denunciar e intervir. Como aponta os autores, a partir das nossas relações com o objeto da pesquisa surgem nossas construções conceituais. Logo a implicação com a pesquisa. Assim, sendo a pesquisadora mulher professora optamos por estudar a feminização do magistério brasileiro.

### 3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Primeiro passo dado após a delimitação do escopo da pesquisa foi a realização da pesquisa bibliográfica. Partimos do pressuposto que para amparar a pesquisa é preciso construir um arcabouço teórico Marconi e Lakatos (2005) Apontam que pesquisa bibliográfica abarca toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado e isso está diluído em diferentes fontes: Livros, periódicos, teses, dissertações, material cartográfico, recursos áudio visuais entre outras.

Sua finalidade é aproximar o pesquisador “[...] com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183). Como apontam os autores a pesquisa bibliográfica serve para munir o pesquisador daquilo que já foi estudado sobre o tema escolhido. Logo pesquisa parte de algum lugar.

No intuito de entender como as questões de gênero atravessam o magistério brasileiro, amparamos essa pesquisa nos diferentes pilares. E para isso, percorremos o seguinte percurso metodológico: pesquisa bibliográfica, realização de entrevistas no formato *online*, levantamento de dados sobre o quantitativo de professoras das redes municipais de: Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Palmas (TO) por meio do banco de dados disponível no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Seguimos, considerando a presença massiva da mulher no magistério brasileiro, voltamos nossos estudos aos programas de mestrado em educação da rede Educanorte por meio da análise das produções acadêmicas publicadas em dissertações disponibilizadas virtualmente para consultas nos repositórios de 09 (nove) universidades: UFAC- Universidade Federal do

Acre, INIFAP- Universidade Federal do Amapá, UFAM- Universidade Federal do Amazonas, UEPA- Universidade do Estado do Pará, UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará, UFPA- Universidade Federal do Pará, UNIR- Universidade Federal de Rondônia, UERR- Universidade Estadual de Roraima, UFT- Universidade Federal do Tocantins, os dados coletados nessas instituições nos revelaram o quantitativo de mulheres professoras, mais uma vez evidenciamos a feminização do magistério devido a prevalência feminina nos cursos de mestrado em educação.

Fomos além, da mera classificação das produções por gênero, esmiuçamos os dados que coletamos, a investigação se deu a fim de localizar dissertações que trouxessem, primeiramente, no título, a formação e/ou atuação da mulher no magistério. No sentido de ampliar nossa visão sobre a presença da mulher na pesquisa, fizemos uma investigação mais abrangente recorremos ao banco de dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos.

Essa pesquisa foi realizada durante a pandemia, momento que houve distanciamento social, isso nos impôs alguns entraves que foram contornados em face do “novo normal”, do incerto. Por isso, não foi possível visitar as escolas e as secretarias municipais de educação estavam atendendo remotamente. Não tivemos retorno dos *e-mails* enviados solicitando dados, recorremos aos sindicatos que também não nos deu retorno. Mas, andando conhecemos o caminho! Foram muitas as travessias para chegar aqui, por meio de conversas entre amigos, conhecidos, colegas de mestrado e do grupo de pesquisa Gepce/Minorias CNPq que nomes foram surgindo.

Assim, em pouco tempo encontramos mulheres professoras que se voluntariaram a pesquisa, as mesmas foram convidadas por meio do aplicativo de mensagens *WatsApp*, todas aceitaram responder um formulário eletrônico por meio da plataforma *Googlemeet* com alguns questionamentos iniciais, que versavam sobre os diferentes aspectos desde a vida pessoal, acadêmica e profissional, após a obtenção e leitura atenta das respostas, elencamos 03 (três) que atendiam os critérios da pesquisa. Inicialmente obteve-se os dados das unidades escolares em que as entrevistadas atuam: nome, endereço, endereço eletrônico e telefone.

Ao escolher uma (01) em cada capital, totalizando 03 (três) mulheres professoras atuantes na Educação Infantil ou Ensino Fundamental I, há mais de 20 anos. Diante da

manifestação voluntária das participantes da pesquisa por meio do aceite do Termo de Livre Esclarecido (TLE) de forma eletrônica, foram agendadas as entrevistas, que aconteceram no período entre 12 a 20 de março de 2022. As entrevistas transcorrem de forma tranquila, as entrevistadas tiveram a oportunidade de se expressar livremente. Posteriormente as entrevistas foram gravadas, transcritas e por fim, foi realizada a análise das entrevistas, à luz do referencial teórico. Torna-se imprescindível ressaltar que os nomes citados ao longo do trabalho não são verdadeiros e fazem referência a mulheres professoras que se destacam/destacaram na história da educação brasileira, sendo utilizados três (03) como homenagem.

#### **4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação está estruturada em três seções. A SEÇÃO I, nessa seção abordamos os conceitos de gênero, relações sociais de trabalho, relações de gênero, divisão social de trabalho no magistério feminino. Essa seção visa propiciar o entendimento conceitual, bem como de sua articulação, da complexidade em relação ao cruzamento dessas categorias principalmente nas relações de classe e de sexo.

Na SEÇÃO II aqui apresentamos uma breve trajetória das mulheres na sociedade brasileira, buscamos ao longo da história as raízes da feminização do magistério brasileiro e sua convergência na relação trabalho e gênero, tendo como fio condutor o patriarcado que normatizou a divisão social do trabalho. Para tanto, enfocando a participação da mulher no magistério, desde o ingresso, e permanência majoritária das mulheres na educação formal, a partir dos contextos histórico, político, social e subjetivo. Para esse fim relacionamos como os atributos de gênero e a estereotipação feminina cria condições, sobretudo, subjetivas, para a desigualdade entre os gêneros, pois ligam-se aos elementos do nível simbólico, que se efetivam na divisão social do trabalho, sobretudo nesse campo socioprofissional historicamente marcado pela divisão sexual do trabalho.

Em seguida apresentamos a SEÇÃO III, e nesta seção tratamos do processo de feminização do magistério. Para ancoragem de nossa discussão fazemos buscas nos repositórios das Universidades da região na região norte uma amostra dos trabalhos de pesquisa de mestrado em educação. Em seguida recorremos aos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) afim de expressar de forma numérica a feminização do magistério, seguindo o rastro da feminização trazemos os dados da CNPq que mostram a distribuição de bolsas de estudo por gênero em algumas carreiras.

Esses dados são seguidos pelas entrevistas com três mulheres-professoras das cidades de Palmas, Goiânia e Cuiabá. As entrevistas foram transcritas e analisadas em um ensaio que relaciona a vida das professoras e os aspectos tratados teoricamente, a cerca de como elas se veem como trabalhadoras em suas vidas cotidianas, como elas percebem sua profissão em face da divisão sexual do trabalho sustentada pela égide do patriarcado, para finalizar seguem as considerações finais, fruto da conclusão da pesquisa.

Por fim, são tecidas as conclusões do trabalho, relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. São ainda propostas possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida a partir das experiências adquiridas com a execução do trabalho.

#### **4.1. SEÇÃO I- REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO: O DIFERENTE NÃO É DESIGUAL.**

“Imagine como seríamos mais felizes, o quão livres seríamos para sermos nós mesmos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.” (ADICHIE, 2012, p. 20)

A literatura feminista ressalta a importância de lançar um olhar atento aos efeitos da divisão social do trabalho e seus desdobramentos. Há uma gama de subjetividade no processo de feminização das profissões, onde é possível elencar alguns elementos de resistência das mulheres em busca da igualdade.

Porém, revestidos pela aura da resistência, esses espaços abrigam a submissão, a exploração e reforçam a desigualdade de gênero. Os gêneros se produzem na/e pela relação de poder e as relações de gênero se convertem em desigualdade e dominação, pois partem da premissa que “[...] o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.” (BOURDIEU, 2012, p. 3). Desse modo, os caminhos que pavimentam a divisão do trabalho assentam a divisão sexual do trabalho e sobretudo, parametrizam a atuação de homens e mulheres na sociedade; essa realidade foi, historicamente, constituída e implica na vida de ambos os gêneros.

Viana afirma que “[...] a ampla presença feminina chancela nas políticas públicas o que temos de pior em termos de discriminação de gênero.” (VIANA, 2013, p. 168). Logo, a feminização das profissões apresenta um aspecto dual: de um lado vemos que o processo de feminização de determinadas profissões possibilita a incorporação das mulheres ao espaço público. Por outro lado, vemos que esse fenômeno contribui com a precarização de determinadas profissões. Aqui iremos nos ater ao magistério.

Essa seção propõe lançar luzes a alguns conceitos relacionados a gênero e a divisão do trabalho, que traz à tona a diferença entre homens e mulheres, a fim de elucidar alguns equívocos que permeiam as discussões sobre a divisão sexual do trabalho. Entendemos que é fundamental conhecer o significado desses termos, uma vez que embora pareçam ser sinônimos, eles são conceitos polissêmicos carregados de ideologias e podem gerar equívocos conceituais graves em debates acerca dessas temáticas. Assim, iremos dialogar com Beauvoir (2009), Scott (1995), Quirino (2015), Butler (2018), Saffioti (2015), Lerner (2019), Pateman (2021), Biroli (2016), Bordieu (2012), Hirata (2009), Perrot (2007) entre outras/os.

#### **4.1.1. Gênero e a Performance Feminina: uma Construção Social**

Um dos pensamentos mais influentes que propõem uma reflexão acerca do conceito de gênero e seu sentido, vem de Simone de Beauvoir. Por meio de sua obra “Segundo Sexo”, escrita em 1949, a autora afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” Ela não nega a existência da diferença entre homens e mulheres, mas questiona a sexualidade como destino, ou seja as expectativas sociais em relação a mulher.

Certo de que as diferenças culturais precedem a essência ontológica, não é possível falar de relações humanas sem falar da natureza humana. Homens e mulheres existem com suas diferenças biológicas e isso é indiscutível, ressalta Beauvoir (2009). No entanto, é necessário desnaturalizar as características biológicas como destino.

O uso do termo gênero, foi adotado pelo movimento feminista como uma categoria analítica e, por meio do emprego dele, é possível problematizar as relações entre os sexos. Nos estudos voltados às mulheres é fundamental analisar o caráter social baseado na diferenciação orientada pelo sexo. Assim, gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico, intrinsecamente ligado ao masculino ou feminino.

Scott (1995) preconiza que o uso do termo gênero nos permite teorizar a distinção sexual e ao analisar um fato,

[...] o seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as —construções sociais— a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1995, p. 7).

Segundo a autora, a partir da substituição do termo “mulheres” por gênero é possível

fazer uma análise voltada à compreensão de relações históricas, fenômenos, fatos históricos, relações sociais, relações de poder e política.

O emprego do conceito de gênero, muitas vezes, é interpretado de forma equivocada. “O conceito de *gênero* não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida.” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Assim, ele reverbera no senso comum com diferentes interpretações.

As ciências sociais adotam o termo gênero em uma perspectiva analítica, eivado de sentidos, sendo ele “[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). Logo, o uso do termo se constitui em um elemento de linguagem utilizado para desconstruir a naturalização da desigualdade entre o sexo masculino e feminino.

Butler (2018) afirma que, culturalmente, se dá às características sexuais, uma sobrecarga atribuindo a elas o papel de balizamento do comportamento humano. A autora menciona a existência de atos performativos voltados a constituição de gênero. Assim, “O gênero não é de modo algum uma identidade estável nem *locus* de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos.” (BUTLER, 2018, p. 3). Logo, os padrões normativos são construções sociais que ao longo do tempo estabelecem contorno sobre o que é gênero dos padrões normativos da heteronormatividade binária.

A autora apresenta uma filosofia não especulativa que busca a essência do gênero, pois ela entende que encontrar a essência do gênero nos levaria a embocar a uma nova normatização. Desse modo, para Butler, gênero é uma performance, uma construção social. Entretanto, Scott (1995), vai além. Apresentando seu ponto de vista acerca de sua percepção sobre a interferência do gênero nas relações humanas, se volta para os fatos históricos que seguramente, teve a participação feminina apagada intencionalmente, numa denotação clara que o gênero atravessa todas as relações de poder. Logo, interfere nas relações políticas de forma direta ou indireta.

Ao trazer essa ideia afim de analisar determinados eventos históricos por meio da lente do gênero, vemos que há uma exacerbação do heroísmo masculino em detrimento das supostas fragilidades femininas. Desse modo, construímos uma ideia equivocada em relação aos indivíduos que nascem com o sexo feminino. Baseado na anatomia física, traçamos o seu papel na sociedade estabelecendo um determinado *script*. Da mesma forma, Butler (2018), afirma que:

Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade constituída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores,

vem a acreditar, além de performar como uma crença.(BUTLER, 2018, p. 3)

Assim, a autora destaca que esse debate trava uma disputa no campo dos estudos feministas onde a ideia do determinismo biológico é refutada, a exemplo do que nos diz Beauvoir (2009) sobre as expectativas sociais voltadas ao sentido de ser mulher. No intuito de oferecer subsídios para discutir as tão complexas ideias, a questão de gênero no campo discursivo e suas implicações nas relações sociais que se materializam na invisibilidade de um sexo em detrimento do outro, Bourdieu (2012) aponta que essa é uma estratégia de dominação e exploração socialmente construída que estabelecem critérios de classificação.

Em face a esta discussão sobre a divisão dos papéis entre gêneros, Bourdieu (2012) denomina o local em que ocorre a construção social, como “*habitus*”, local onde se inserem as funções sociais do homem e da mulher. Também é onde se calam os questionamentos, pois o *habitus* é um paradigma intransponível sob a óptica social onde o comportamento social é reproduzido entre as gerações.

Vale ressaltar que essa divisão de papéis sociais de gênero está arraigada no ideário social por meio de diferentes concepções e dentre elas, a religiosa, que estabelece uma redoma em torno do casamento como instituição da maternidade com destino obrigatório. Simone de Beauvoir (2009), destaca a forma sutil e romantizada como essas formas de opressão feminina atribuem à mulher a obrigação de pertencer a alguém, de ser mãe; logo, de cuidar.

A autora ainda chama a atenção para o olhar mítico em torno da imagem de Maria, a virgem, fato que encerra a sexualidade feminina, a (des)sexualização da mulher em função da maternidade de forma instintiva, elevando-a a um estatuto de perfeição inatingível. “A mãe santa tem como correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo [...]” (BEAUVOIR, 2009, p.343). Assim, usando como exemplo a figura santa de Maria, a autora desnuda a realidade e aponta algumas verdades acerca das imagens construídas em torno da mulher ao longo do tempo como o símbolo de beleza, de pureza, de perfeição, do bem, da virtude, do amor maternal, da “natureza” acolhedora.

Desse modo, as construções sociais são estrategicamente mantidas para justificar a dominação e transformar a mulher em algo diferente do humano, mantendo-a na condição de “outro”, a fim de convencê-la de que esse é seu destino. Assim, ela é facilmente aprisionada na posição de passividade sem apresentar resistência aquele que a oprime. “Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade.” (PERROT, 2007, p.76). Em suas palavras, Perrot

afirma que o corpo da mulher é objetificado e destinado a atender as expectativas masculinas.

Corroborando com esse pensamento, Biroli (2016) aponta que a performance destinada às mulheres perpassa por diferentes percursos, chega na objetificação sexual e a objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres.

Quanto a desigualdade de gênero, Bourdieu (2012) aponta que a sociedade ainda é embebida por uma visão falocêntrica, em um esquema simbólico que representa os órgãos sexuais como cheio/vazio e fecundo/estéril, onde o corpo feminino é representado como um receptáculo enquanto o homem dá a vida. Diante da supervalorização em torno da virilidade masculina, ao mesmo tempo que a sexualidade feminina é anulada, o domínio masculino se consolida em todas as esferas sociais.

#### **4.1.2. A Face Perversa do Patriarcado: a sujeição de gênero embalada na sacralidade**

O patriarcado é um conceito que, historicamente, sempre foi usado como pano de fundo de intensos debates que perpassam as ciências sociais. Aqui, pretendemos ir além de sua conceituação, mas sobretudo, contextualizá-lo ao longo da história no intuito de mostrar como ele influencia a trama social trazendo implicações à vida das mulheres.

Afim de ilustrar o efeito do patriarcado na vida das mulheres, recorreremos a Wolff, que em 1928, ao ser convidada para palestrar sobre mulheres, construiu a metáfora “*A Irmã de Shakespeare*”. Nessa história, a autora afirma que qualquer mulher que tivesse nascido no mesmo tempo que ele, no século XVI, mesmo sendo tão talentosa quanto, não teria tido o mesmo reconhecimento que ele, pelo simples fato de ser mulher. “Qualquer garota muito talentosa que tenha tentado usar seu dom para a poesia teria sido tão impedida e inibida por outras pessoas, tão torturada e feita em pedaços por seus próprios instintos contrários, que deve ter perdido a saúde e a sanidade, com certeza.” (WOLFF, 2014, p. 30), ou seja, o caminho para uma mulher é sem dúvida muito mais árduo. Ainda que ela tenha talento e habilidades, não é permitido às mulheres pensar em uma vida livre. Na época, as mulheres não ousavam enveredar pelo mundo das artes, pois esse caminho as levaria à prostituição.

Seguindo a análise, Wolff ressalta que se sua personagem sobrevivesse, em Londres, “[...] qualquer coisa que tivesse escrito seria torcida e deturpada, pois teria vindo de uma imaginação mórbida e esgotada. E, sem dúvida, pensei, ao olhar para as prateleiras nas quais não há peças escritas por mulheres, o trabalho dela não estaria assinado.” (WOLFF, 2014, p. 30). A contribuição da autora é importante nos debates acerca do patriarcado, pois ela foge da

teorização, traz por meio de sua personagem um exemplo que podemos ver em nosso cotidiano, fato intrigante, uma vez que essa fala foi feita em 1928. Quase um século após vemos que a estrutura patriarcal ainda persiste na sociedade e insiste em determinar “lugar de mulher.”

Hoje é consenso entre os teóricos que o patriarcado existe e é uma estrutura social, historicamente construída. A historiadora Gerda Lerner, em 1986, escreveu o livro a “*Criação do Patriarcado: a História da Opressão das Mulheres pelos Homens.*” No livro, a autora afirma que patriarcado é um movimento que nasceu em um determinado momento da história e se perpetua até hoje.

Carole Pateman escreveu, em 1940, o livro intitulado “*O contrato Sexual*”. Nessa obra, ela discorre acerca dos efeitos do patriarcado na sociedade a luz da teoria política clássica que emerge com a teoria do contrato social. Já no início de sua obra, ela apresenta um dos grandes equívocos existentes dentro dessas teorias acerca do contrato social e o fato delas se calarem diante do contrato sexual, uma vez que foi no contrato social que os teóricos construíram uma visão sobre o que é ser macho ou o que é ser fêmea. De modo implícito, para ela, o patriarcado é um esquema análogo ao escravismo.

Sobre a origem do patriarcado, Pateman (2021) aponta que:

Se o patriarcado é universal, ele deve preceder o capitalismo; o patriarcado pode aparecer, portanto, como uma relíquia medieval ou vestígio do antigo mundo do *status* que institui uma esfera familiar, paternal, natural, privada e distinta do mundo convencional, civil e pública do contrato e do capitalismo. (PATEMAN, 2021, p. 42)

Ainda de acordo com a autora, a legitimidade do patriarcado é delineada no contexto familiar. “A gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo.” (PATEMAN, 2021, p. 42). Sendo essa a condição atual da mulher na sociedade, o que nos traz inquietude e urgência é perseguir o ideário da desconstrução da hierarquia masculina.

Para a sociologia, o patriarcado é um sistema onde há a supremacia do homem nas relações sociais, seja no meio familiar, ou até mesmo no meio político, militar e econômico. Fernandes (1996), sugere que esse sistema não seja encarado pela sociedade como algo posto, como uma regra histórica, uma vez que a condição social humana é construída compreendendo seres humanos como sujeitos históricos.

Considerando que o casamento é um contrato, Pateman (2021) sugere uma interpretação ao contrato original, a de que homens no estado natural substituíram as inseguranças dada pela liberdade em troca da liberdade civil, protegida pelo Estado. No entanto, as mulheres não

participam do contrato original, se tornando meros objetos do contrato.

Assim, o contrato original é uma história de liberdade e o contrato sexual é uma história de sujeição, haja vista que no patriarcado a diferença entre os sexos é tida como natural. “O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza.” (PATEMAN, 2021, p. 32). Assim, o contrato social é a gênese de uma associação que celebra as relações sociais, regendo as obrigações de “patrão” e “empregado”, ou de “homem” e “mulher”, no casamento.

A psicanálise tem uma grande contribuição para a sustentação do patriarcado. Betty Friedan, em 1963, escreveu a *“Mística Feminina”*, identificando um sintoma social que ela denominou como “problema sem nome” e que se desdobra em um vazio existencial que leva a mulher a ser manipulada pela sociedade do consumo e dá às costas para o movimento sufragista e libertário, que teve muita força em 1930.

Em sua investigação com mulheres donas de casa do subúrbio estadunidense, ela encontra rastros de mecanismos de controle masculino sobre as mulheres. Ao seguir e pormenorizar seus estudos, ela encontra na psicanálise subsídios preconizados por Freud, o fio da meada que alinhava o patriarcado. Em seus estudos, ao não contrapor a degradação da imagem feminina, ele a endossa e traça o caminho das mulheres para a sujeição, por meio de sua teoria da *“inveja do pênis”*, ele trata a mulher como um ser incompleto *“homme manqué”*. Os estudos de Freud encontraram um terreno fértil, período em que as mulheres americanas haviam sido encasteladas em suas casas. Mesmo instruídas, não foram capazes de refutar os aspectos frágeis da teoria freudiana que se disseminou e serviu como fio condutor da visão machista, refoçando o homem como superior à mulher.

Essas e outras ideias deterministas ainda persistem no senso comum, a de que a mulher só será completa ao lado de um homem. Ao nascer mulher, a menina precisa ser preparada para se tornar esposa. Heleieth Saffioti, socióloga brasileira, escreveu o livro *“Gênero, Patriarcado e Violência”*, investigando a violência contra a mulher com o objetivo de entender os fenômenos sociais por trás dessa violência especialmente, na perspectiva de que parte dessa violência existe e resiste a partir do propósito de preservação da família; independente de como seja essa família, ela é uma instituição social que está envolta pelo sagrado.

Assim, é consolidada a ideia de que desigualdade entre homens e mulheres é algo natural. Saffioti (2015), afirma que o patriarcado é um sistema nocivo a sociedade uma vez que ele encerra na vida privada a violência contra a mulher sob a égide que o poder masculino deve se sobrepor.

Realidade que nos acompanha, pois “[...] essa desigualdade não foi camuflada nem

escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie.” (MIGUEL, 2014, p. 17). Desse modo, o patriarcado é na verdade uma forma de organização das relações sociais que mantém intactas as desigualdades, retirando direitos das mulheres que permanecem a margem da sociedade consideradas, portanto, menos cidadãs.

Há uma percepção que movimenta as mulheres a endossar o sistema patriarcal por meio do casamento, pois ainda persiste o discurso que a companhia masculina seja fundamental para a existência da mulher. Essa ideia é amplamente fortalecida por instituições religiosas que reforçam a naturalidade da sujeição feminina, fazendo a mulher se enxergar como um ser inferior e participando ativamente no processo de sua subordinação.

O homem que constitui a mulher como um Outro encontrará, nela, profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro. (BEAUVOIR, 2009, p. 15)

De acordo com Beauvoir, há entre homens e mulheres uma cumplicidade que mantém em pé o sistema patriarcal, arraigado em nossa cultura. Portanto, é uma construção social que torna as mulheres suscetíveis a reproduzir esse padrão de comportamento no modo automático, mesmo diante da resistência dos movimentos feministas que romperam séculos – ainda hoje persiste esse debate – e que nos coloca diante de uma grande fenda entre os gêneros.

Ao longo da história, a sociedade viveu um processo de transformação. No entanto, ainda produz polos de dominação e de submissão, perceptíveis na sociedade atual. Quando abrimos espaços para analisar, vemos que

Se na Roma Antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não existe mais, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. (SAFFIOTI, 2015, p. 45)

Para a autora, as situações de dominação e submissão são eventos expressados comumente por meio da anuência da sociedade. A de se considerar que as manifestações violentas contra a mulher podem transpassar as agressões físicas e psicológicas que, por si só, trazem danos irreversíveis à vida da mulher culminando no feminicídio. “[...] A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa.” (PERROT, 2007, p. 76). É importante observar que a permissividade de outrora, em relação ao domínio patriarcal que dispunha do direito a vida da esposa e dos filhos com aval do

sistema judiciário, é permissivo ao homem a tal ponto de lhe conceder o direito de decidir sobre a vida da mulher.

A sociedade de hoje não é a mesma sociedade de ontem. No entanto, algumas ideias persistiram por mais tempo que deveriam. Como exemplo disso no Brasil, apenas em 2022 foi possível varrer para o esgoto da história o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, intitulada “legítima defesa da honra”, que por muito tempo chancelou a violência contra a mulher. Em sua esteira machista, ele oferecia atenuantes para os casos de feminicídio e, caso o juiz o acatasse, a pena mínima de 12 anos para esse crime, cairia para 8, permitindo ao criminoso iniciar o cumprimento no regime semiaberto, amparado na tese de que o criminoso cometeu o fato sob domínio de violenta emoção provocada pela vítima (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Dono do corpo da mulher, o homem podia alegar defesa da honra e nos casos de traição, o marido traído tinha o direito matar a esposa. Logo, a vítima passava a ser apontada como a responsável pelas agressões sofridas e por sua própria morte, enquanto o acusado era transformado em “heróico defensor de valores supostamente legítimos” (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Essa lei vergonhosa e incabível foi substituída pela Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, proposta pela senadora Senadora Zenaide Maia (PROS-RN). Essa Lei visa criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar, contra a criança e o adolescente; contudo, há um longo caminho a ser percorrido.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), no ano de 2020, ocorreram 1.350 feminicídios e 230.160 casos de lesão corporal, em contexto de violência doméstica e familiar. Nesse mesmo período, foram concedidas pelos tribunais de justiça, 294.440 medidas protetivas de urgência.

Os dados acima, coadunam com a ideia de que o patriarcado ainda se faz valer da força física, para oprimir as mulheres e mantê-las sujeitadas ao poder masculino. Hannah Arendt, filósofa alemã de origem judaica, um dos pensamentos mais influentes do século XX, viveu em um momento em que o mundo passava por diversas transformações sociais e políticas. Em suas obras, nos convida a refletir sobre assuntos que são frequentemente abordados nos dias de hoje, como o totalitarismo, a política e o mal. Para Harendt (2004) o recurso da violência é sempre uma experiência tentadora, que visa buscar uma solução imediatista para impor limites. A raiva e violência são frutos da emoção humana.

Ainda que suas obras tenham sido apontadas como machistas por algumas feministas, elas fazem uma importante afirmação acerca da dominação. Para Arendt (2004, p. 24), “a

vontade de poder e a vontade de obediência estão inter-relacionados.” Assim, uma não sobrevive sobre a outra. As mulheres, a obediência; aos homens, o poder.

Lamentavelmente, a sociedade é tolerante aos episódios de violência contra mulher e parte da sociedade opta pela indiferença, partindo da premissa de que “em briga de marido e mulher, não se põe a colher.” Esse ditado popular, cunhado na perspectiva do patriarcado que aceita a aplicação de castigos físicos do homem em relação a mulher, denota que ainda persistem resquícios do pensamento de que o corpo da mulher é pertencente ao marido, sendo ele dono e podendo-lhe aplicar corretivos; afinal, quem ama castiga! “Bater na mulher é uma prática tolerada, admitida, desde que não seja excessiva. Se os vizinhos escutam os gritos de uma mulher maltratada, não interferem. ‘O homem deve ser rei em sua casa.’” (PERROT, 2007, p. 48). As palavras de Perrot, apontam a permissividade da sociedade em relação a violência contra a mulher.

No entanto essa realidade vem sendo gradativamente modificada. Alterando em alguma medida as relações sociais, ainda que haja um longo percurso a ser percorrido no sentido de alcançar a sociedade ideal, mecanismos legais como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha e a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 essa lei Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos se constituem em um importante marco na construção de políticas públicas de proteção a mulher.

A face violenta do patriarcado raramente é mostrada, costuma ficar oculta e é tratada como fato isolado. Sempre que possível, nos casos de violência consumada, costuma-se culpabilizar as vítimas pelo ocorrido. No entanto, quando norteadas pelo patriarcado, a família que deveria ser proteção, passa a ser o oposto disso, colocando em risco a segurança física e emocional de seus membros. Por meio da manifestação da agressividade e da violência em seus lares, muitas vezes, mulheres, crianças e adolescentes abandonam suas casas e se entregam a delinquência, sendo cooptados pelo crime ou pela prostituição.

Para os conservadores, acirrar a dualidade entre o sistema patriarcal vigente e o movimento feminista, é fundamental. Para eles o movimento feminista é uma ameaça ao patriarcado porque ele denuncia de forma contundente a sujeição, a violência, o silenciamento e a invisibilidade da mulher. Para assegurar que a mulher não se voltará contra a exclusão, o apagamento, a sabotagem e a desvalorização feminina na esfera social, necessitam contrapor esse pensamento. Isso porque, na atualidade, persiste a ideia da transferência do corpo da mulher para o marido no ato do casamento de forma implícita, remetendo a ideia que o corpo

feminino sempre pertence ao homem. Antes de pertencer ao marido, pertencia ao pai, que pode controlá-lo.

Lerner (2019) aponta que a resistência do patriarcado na atualidade, se dá porque há uma base que o sustenta e nessa base estão “instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores.” (LERNER, 2019, p. 17). As mulheres são retidas e enclausuradas, pois a elas sempre lhes é imputada a culpa. Del Priore (2020) ressalta a contribuição da Igreja Católica nesse sentido, pois a mesma reconhece a mulher como a responsável pelo mal ter se espalhado na Terra, pela expulsão do homem do paraíso.

Assim se constroem as sociedades misóginas, onde a mulher é passível a diferentes tipos de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada. Em que o argumento da união entre homens e mulheres produzem laços de proteção não se sustenta, o que perdura é a sujeição.

Segundos dados da ONU (2021), “22% dos países não consideram estupro no casamento, ou seja, cerca de 3 bilhões de mulheres estão sujeitas a violência doméstica, sem nenhuma lei que criminalize o chamado estupro marital.” Ao mesmo tempo, ainda se vende a ideia de que o ambiente doméstico é onde a mulher está protegida. Logo, “[...] lutar contra essa proteção só pode ser coisas de feministas, essas mulheres mal-amadas que querem acabar com a família tradicional e com o sistema patriarcal.” (LERNER, 2019, p. 22). Por meio desse discurso, é vital para o patriarcado propagar que o feminismo atenta a instituição familiar, no sentido de garantir o engajamento de homens e mulheres em sua defesa.

Sobre o estupro no casamento, Biroli (2014) afirma existir uma dualidade convencional entre a vida pública e a vida doméstica, que essa visão intencionalmente foi uma barreira impeditiva para tematizar a violência no âmbito doméstico. O estupro no casamento, esse era visto como um tema particular que precisava ser discutido nessa esfera, sendo a prática naturalizada como algo esperado na relação conjugal.

Outro argumento utilizado para amenizar estupro é de que “Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina.” (SAFFIOTI, 2015, p. 28). A visão polarizada entre homens e mulheres quanto ao sexo, é usada como justificativa para a figura masculina.

Lamentavelmente, essa prática não está restrita às relações conjugais, o que por si só, representa um absurdo. Mas, essa prática vai além e compromete a mulher, desde a mais tenra idade, pois o estupro, muitas vezes, acontece no silêncio dos lares e torna vítimas as mulheres de todas as faixas etárias. Castorino (2015) afirma que o estupro é um fantasma que assombra

as mulheres de todas as idades, praticado por pessoas (homens) pertencentes ao núcleo familiar: pais, irmãos, tios, avós e entre outros membros da família.

Muitas vezes movidos pelo pensamento equivocado que nos remete ao determinismo biológico diante dos impulsos sexuais masculinos, o que vemos é uma permissividade frente a essa violência, onde a predominância da força objetifica o corpo da mulher, que nunca pertence as mesmas. A conduta permissiva da sociedade que silencia esse tema, provoca sequelas profundas na vítima.

O abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. (SAFFIOTI, 2021, p. 19)

Como menciona a autora, o machismo faz vítimas. Lamentavelmente, meninos e meninas são violentados sexualmente por parentes próximos, ou muitas vezes pelos pais, que considera-os propriedades suas.

Dentre os efeitos causados na sociedade pelo patriarcado, podemos elencar, como exemplo a imposição às mulheres em relação aos afazeres domésticos, por obrigatoriedade, sem remuneração e sem reconhecimento como trabalho. É algo naturalizado de tal forma que parece ser instintivo. Nas camadas menos abastadas, essa obrigação recai sobre as meninas desde muito cedo.

Ainda persiste a ideia de a mulher deva pertencer a alguém, nunca a si mesma. Del Priore (2020), afirma que essa ideia é como uma engrenagem, onde a mera repetição afasta a possibilidade de cunhar uma brecha que possa sinalizar que há algo errado, uma vez que determinados comportamentos são repetidos e atravessam gerações.

Ainda de acordo com Del Priore (2020), no Brasil, a mulher enfrentou uma longa batalha para ter o direito ao divórcio, ocorrendo à revelia da Igreja Católica. A instituição preconizou o matrimônio como um laço indissolúvel, mas a comunidade eclesiástica decidia sobre a separação e anulação de matrimônio em duas circunstâncias: adultério ou dilapidação de bens. “Em Mariana, Minas Gerais, a branca dona Florência Rosa de Lemos pediu ao tribunal eclesiástico para se divorciar, pois seu marido Bernardo Xavier, tinha se amigado com uma mulher pública [...]” (DEL PRIORE, 2020, p. 34). Esse fato ocorreu em 1977 e se constitui em um marco para a emancipação feminina.

Todavia, esse processo foi moroso. De acordo com Moura, Castorino e Seluchinesck (2016) somente em 1977 a lei do divórcio foi aprovada, possibilitando um novo casamento, por

uma única vez. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o casamento pode ser dissolvido por meio do divórcio, o que é um avanço, pois permitiu casamentos subsequentes.

O fato é que a mulher ainda precisa lutar pela liberdade. Chimamanda Ngozi Adiche (2012), destaca que a aversão às mulheres encontra vazão na sociedade porque pais e mães educam os filhos e filhas em uma perspectiva machista, relatando um fato importante que vivenciou. Ao tentar se hospedar em um dos melhores hotéis da Nigéria, foi interpelada pela segurança com perguntas inconvenientes “Nome? Número do quarto da pessoa que eu visitava? Eu conhecia essa pessoa? Poderia provar que era hóspede do hotel e mostrar a minha chave?” (ADICHIE, 2012, p. 14). A autora conclui que o segurança, ao vê-la desacompanhada, supôs que ela só poderia ser prostituta, enquanto um homem sozinho pode entrar no mesmo hotel sem ser perturbado.

Para exemplificar um pouco estas ideias, recorremos a Albano (2020). Segundo ela, aos seis anos de idade, ela e sua mãe foram a uma loja de sapato e a mesma gostou de um par. Sua mãe a interpelou dizendo que aqueles sapatos não eram para mocinha; sapatos vermelhos, eram para putas. A autora conclui que “[...]a cultura tem relação com as nossas crenças profundas que são colocadas em prática todos os dias, em cada uma de nossas condutas.” (ALBANO, 2020, p. 15). O patriarcado controla os corpos femininos, que foram dissociado do prazer em nome do dom da procriação. Vivemos o efeito histórico social dessa ideia, toda vez que uma mulher é abusada, suas vestes são avaliadas e a ela constantemente passa de vítima a culpada.

#### **4.1.3. Relações Sociais de Sexo a Divisão Sexual do Trabalho**

“Meninos vestem azul e meninas vestem rosa.”, frase emblemática proferida pela Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves, em 2019 (PAINS, 2019). Na época, essa declaração foi comemorada pela ala conservadora da sociedade que bradava: “estamos iniciando uma nova era da sociedade brasileira!”, reverberando na mídia e alvo de intensos debates. Todavia, ao trazê-la a luz da ciência sociais, vemos que de novidade ela não traz nada. Ela é apenas um gatilho ideológico que reforça a desigualdade entre os gêneros.

Ao longo da história da sociedade brasileira, vemos que a perspectiva das relações de gênero foi estabelecidas socialmente e desdobrada na divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli (2016), isso promove rupturas sociais, pois “as relações de trabalho também expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres, organizados por outras variáveis, entre as quais se destacam classe e raça.” (BIROLI, 2016, p. 720). Logo, afeta a

sociedade como um todo, porque engessa as liberdades individuais.

Nota-se que no campo do trabalho, o domínio masculino é representado por meio da divisão sexual do trabalho, termo cunhado pela sociologia, para indicar a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Marcado pela desigualdade, essas são sistêmicas, pois a sociedade hierarquiza as relações de trabalho pautadas no sistema de gênero que estabelece as relações sociais de sexo.

As relações sociais de sexo, tendo como base material a divisão sexual do trabalho, demonstram que o fato de socialmente haver trabalhos ditos parahomens e para mulheres, e o trabalho do homem ser mais valorizado, perpetua a desvalorização social e econômica da mulher, mantendo-a em uma posição subalterna, e dificultando a equidade entre os gêneros. (MOREIRA, GUIMARÃES e QUIRINO, 2020, p. 157).

Moreira, Guimarães e Quirino (2020), apontam que as relações sociais de sexo iluminam a divisão social do trabalho, que na verdade se constitui na divisão sexual do trabalho. Sendo assim, “a divisão sexual do trabalho é uma importante categoria para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros a partir de uma base material.” (QUIRINO, 2015, p. 233), corroborando com a desigualdade de gênero, mantendo a mulher em uma situação de sujeição em relação ao homem.

Para Quirino (2015) uma sociedade delineada nos contornos capitalistas e amparada pelo patriarcado designa as mulheres determinados papéis na sociedade. Dentre eles, estão funções menos atrativas aos homens, do ponto de vista da remuneração. Sobretudo porque, o trabalho ao ser pensado em um conceito amplo, abrange diferentes categorias: o trabalho formal e não formal, trabalho remunerado e trabalho não remunerado, trabalho doméstico e trabalho profissional.

Kergoat (2009) aponta que há uma diferença entre trabalho e emprego. Ao observar o trabalho por esse prisma, vemos que em nossa sociedade ele é dividido e essa divisão, pode ser feita entre trabalho produtivo e trabalho remunerado (que gera renda) e o trabalho reprodutivo (realizado na esfera doméstica), fundamental para oferecer condições de vida familiar. Porém, não gera renda e é oferecido gratuitamente, na maioria dos casos, pela mulher.

Outro aspecto importante que sustenta a divisão sexual do trabalho é apontado por Ferrito (2021). Para ela, as leis que regem o trabalho foram pensadas na figura do trabalhador, partindo da imagem do homem branco, operário, com vínculo laboral e casado. Assim, a figura do trabalhador, vem acompanhada da presença de figura espectral de sua esposa, responsável por permitir que ele tenha toda dedicação necessária ao trabalho produtivo enquanto ela,

gratuitamente, presta o trabalho reprodutivo. O segredo da produtividade masculina em uma sociedade fundada no patriarcado é justamente a imposição do trabalho sem remuneração para as mulheres.

Às mulheres foi designada a esfera doméstica como local de atuação, na medida em que, no âmbito público, estavam estruturalmente subordinadas aos homens, na figura do pai, irmão, marido ou filho. Assim, enquanto o homem exercia suas atribuições no espaço público, tratando de economia e política, às mulheres couberam os deveres de cuidado e reprodução. (SILVA, FERRITO e LEAL, 2019, p. 5).

Como apontam Silva, Ferrito e Leal (2019) a sociedade vê homens e mulheres com diferentes olhares, legitimando a subordinação feminina. O que vemos é que a desigualdade enfrentada pela mulher, em relação ao homem, se dá em diferentes contextos, sendo eles culturais, jurídicos e no plano econômico.

No intuito de elucidar a dominação de gênero construída pela sociedade patriarcal, Pateman (2019) aponta a participação do Estado na consolidação desse processo, por meio do contrato de casamento. Para a autora, “o contrato de casamento reflete a organização patriarcal da natureza corporificada no contrato primitivo. Institui-se uma divisão sexual do trabalho no contrato do casamento.” (PATEMAN, 2019, p. 184). Isso corrobora com a ideia de que a divisão social do trabalho é na verdade, uma divisão sexual do trabalho, categoria construída socialmente por meio da visão do patriarcado e que está disseminado na sociedade há muito tempo. “Ou seja, o pátrio poder domina mulheres e crianças, efetivando-se por meio do controle do *òikos*-espaço familiar e da *pólis*-cidade/Estado.” (SANTOS, 2021, p. 12). Como aponta Santos, essa divisão aconteceu em diferentes tempos históricos e em diferentes contextos sociais.

Para Saffioti (2015), essa é uma realidade socialmente construída ao longo do tempo. Ao lançar um olhar para a história, vemos que ao sexo masculino, era-lhes atribuído a tarefa de caça e por vezes, o abandono do núcleo familiar para se unir a outros homens. Para os indivíduos do sexo feminino, atribuía-se a tarefa de gerar vidas e de cuidar de seus descendentes, em uma relação de absoluta dependência àquele a quem competia trazer o sustento para a família, o provedor.

Correntes teóricas tradicionalistas associam a divisão sexual do trabalho como algo determinado por uma força superior. Desse modo, “Se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinam a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina.” (LERNER, 2019, p. 43). Essas correntes se amparam na ideia do determinismo biológico como algo sagrado.

Outra justificativa usada para amparar a divisão sexual do trabalho é a maternidade.

Nesse sentido é importante dar historicidade à maternidade para que possamos acompanhar sua evolução ao longo do tempo. Lerner (2019) afirma que os humanos sofreram algumas adaptações evolutivas que os diferencia dos demais animais, essas mudanças contribuíram para que o bebê humano se tornasse dependente da mãe por mais tempo que qualquer outro bebê.

Antigamente, somente os braços da mãe eram capazes de aquecê-lo e do corpo da mãe, ele tirava sua fonte única de sustento. Nesse período, a negligência ou ausência da mãe era fatal. Então, podemos afirmar que a mulher foi fundamental para a sobrevivência da espécie, precisando se dedicar grande parte de sua vida à maternidade, sem opção de escolha.

No entanto, Lerner (2019) também aponta que nas condições extremas que viviam nossos antepassados, a mulher precisava de várias gestações para que no mínimo 02 filhos chegassem a vida adulta. Embora, não há dados específicos quanto a expectativa de vida no período do paleolítico e do neolítico, estudos de fósseis indicam que era em torno de 30 a 40 anos.

Outro aspecto que precisa ser considerado é que na época a infância era bastante prolongada, as mulheres amamentavam até os 2 ou 3 anos de idade. Compreende-se que era aceitável que essas sociedades se organizassem diante de tal necessidade da forma que fosse possível construir crenças, tradições e valores dentro de suas culturas que estruturasse essas práticas essenciais.

Embora seja razoável presumir que algumas mulheres em cada tribo ou bando fossem fisicamente capazes de caçar, também pode se presumir que não queriam participar de caçadas a grandes animais com regularidade, pois ficariam sobrecarregadas fisicamente com filhos na barriga, nos quadris ou nas costas. (LERNER, 2019, p. 71)

Ao olhar para essa mulher citada por Lerner é perfeitamente aceitável que a mesma ocupe grande parte de sua vida a maternidade. Porém, os tempos são outros e os avanços tecnológicos aconteceram e impactaram significativamente todas as áreas da sociedade, inclusive a maternidade. Argumentos suficientes para contrapor as correntes tradicionalistas que defendem a divisão sexual do trabalho em função da maternidade, essas desconsideram as mudanças ocorridas na sociedade.

Em suas palavras, Lerner desmonta a ideia pré concebida que a maternidade pode ser um entrave a vida da mulher. Porém, discursos semelhantes a esse ainda são reverberados na atualidade. Em 2015, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), atual Presidente da República, em entrevista ao portal do Jornal Zero Hora, proferiu as seguintes palavras:

[...] Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? 'Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-

maternidade...’ Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano. (LIMA, 2015)

Nota-se nas palavras do parlamentar brasileiro, que o patriarcado é sustentado pelo capitalismo e esse, desconsidera a importância da maternidade. Para o mercado, o evento da maternidade se configura em prejuízos. A fala não é problemática, apenas pelo cunho machista, mas sobretudo por desconsiderar que a tecnologia apresentou avanços na sociedade se estabelece em um novo delineamento. Hoje não há mais justificativa para a divisão das tarefas com base na força física.

Saffioti (2015) afirma que o sexismo não é simplesmente uma ideologia e sim, uma estrutura de poder que oprime as mulheres. Todavia, sabemos que o senso comum percebe, aceita e valida comportamentos sexistas com muita naturalidade. Assim, esses padrões se perpetuam por gerações com características trazidas por nossos antepassados, relacionando força física a determinadas profissões. No entanto, com a evolução industrial, a força física se tornou desnecessária, mas ainda assim a atuação masculina no trabalho produtivo é mais valorizada em detrimento da presença feminina.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 as mulheres correspondiam a 52,2% (109,4 milhões) da população residente no Brasil. Mesmo assim, elas são discriminadas e estão sub representadas; logo, são menos remuneradas.

Assim, ficam designados os supostos “lugares para mulheres”, que vão abrindo espaço para diferentes formas de opressão e desigualdade contra o gênero feminino. Desse modo, “A implicação disso é que o trabalho da mulher, incorporado à produção do casal, não merece salário ou, antes, já que a produção da mulher é trocada pelo marido como sendo sua, que o trabalho da mulher pertence ao marido.” (DELPHY, 2015, p. 105). Com o passar do tempo, esses padrões foram incorporados na sociedade, sobrevivem ao contexto atual e precisam ser repensados.

Embora seja uma mera imposição sociocultural e política, o capitalismo se apropriou desse modelo para fomentar a exploração feminina e isso culminou com a realidade atual de exploração do trabalho feminino nas duas esferas, tanto na privada, quanto na pública. “A apropriação e a exploração do trabalho das mulheres no casamento constituem a opressão comum a todas elas. Como seres destinados a se tornar ‘a mulher de’ alguém, as mulheres destinadas à mesma relação de produção formam uma única classe.” (DELPHY, 2015, p. 114). Logo, há uma divisão desigual do trabalho doméstico que passa ser considerado como trabalho feminino.

Na esfera privada temos as horas de trabalho invisíveis, realizado pelas mulheres. “O tempo das necessidades humanas – tanto das tarefas de lavar, limpar e cozinhar, como de afeto, amor e atenção – não foi considerado no modelo econômico, pois não gera valor diretamente ao capital.” (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p. 110). As autoras apontam que os homens seguem fazendo o trabalho produtivo, aquele que gera renda em detrimento da dedicação feminina em fazer o trabalho reprodutivo, aquele que não tem valor para o mercado.

É aí que intervém o trabalho como mecanismo privilegiado para compreender, por meio de práticas sociais, as relações sociais de classe, raça e sexo, na sua tríplice dimensão de exploração, dominação, opressão. Quem trabalha para quem? Quem se beneficia com esse trabalho? Quem faz quem trabalhar? Essas são as questões a serem estudadas. Mas quando eu digo “trabalho”, não é qualquer trabalho. A minha definição de trabalho estende-se para outras relações além de capital-trabalho. (KERGOAT, 2014, p.17)

Como afirma a autora, a exploração do trabalho feminino não fica restrita a esfera pública e invade a doméstica. Ainda de acordo com Kergoat (2014), a divisão sexual do trabalho se alicerça a partir de duas lógicas basilares: a lógica da separação e a lógica da hierarquia, que estabelece ao trabalho próprio do homem um valor superior ao próprio das mulheres. Às mulheres, cabe a acomodação nos lugares e carreiras estabelecidas de acordo com a perspectiva social.

No entanto, há um entendimento por parte da sociedade que cabe a mulher a tarefa de cuidar e educar os filhos, uma vez que “de tempos em tempos surgem teses que atribuem a desintegração da família tradicional e o aumento da violência juvenil ou à ausência da mãe, ocupada demais com o trabalho.”(KERGOAT, 2014, p.15). Essas ideias permeiam discursos envolvidos no conservadorismo, deixando o poder patriarcal explícito, justificativa usada para reservar as atividades mais bem remuneradas para os homens.

Para a mulher assumir postos de comando em uma empresa o caminho tende a ser mais íngreme, conforme Fernandez (2019) e Lima (2016). Para tal justificativa, fazem uso de duas metáforas, a do “teto de vidro” e do “piso pegajoso”, explicitando a desigualdade existente no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

É fato. Existe uma dicotomia entre os papéis atribuídos socialmente, a homens e mulheres. Os homens tem livre acesso à vida pública e as mulheres são restritas a esfera privada. “Tal ordenação social com base no gênero foi exemplarmente capturada pelo antigo adágio, consoante o qual o lar do homem é o mundo e o mundo da mulher é o lar” (FERNANDEZ, 2019, p. 80). Essa divisão parte da premissa que, aos homens cabe ocupação do espaço público e às mulheres, a circunscrição ao espaço privado.

Ferrito (2019) afirma que o sistema patriarcal é vigente na sociedade brasileira, isso fica explícito ao analisar os direitos trabalhistas. Esses abarcam apenas o trabalho realizado na vida pública, considerado o labor. A autora chama a atenção para a forma sutil, quase imperceptível que exclui a mulher da proteção legal, essa exclusão aconteceu de forma oblíqua, partiu do conceito do trabalho tutelado, evidenciando a divisão entre o espaço público e o doméstico, ou seja.

[...] reserva aos homens as atribuições inseridas na cadeia produtiva e, às mulheres, o serviço doméstico e de cuidado, fica claro que a legislação classificou como labor apenas as inseridas naquele âmbito, no qual atuam os homens. Desse modo, ficou estabelecido de forma furtiva que trabalho seria, pois, aquilo que os homens fazem. (FERRITO, 2019, p. 41).

Nota-se a afirmação da autora que o direito trabalhista foi construído sobre o alicerce do sistema capitalista patriarcal. Coube ao movimento feminista adentrar essa seara e expor as falhas desse modelo. Um modelo que privilegia o homem trabalhador e explora a mulher trabalhadora, uma vez que todo o trabalho realizado no âmbito doméstico, ou seja na vida privada é de responsabilidade da mulher que muitas vezes precisa dobrar a jornada de trabalho para atender todas suas demandas.

Desse modo, ao observar os pilares do direito do trabalho, constatamos que ele não é neutro. Foi moldado na perspectiva masculina e essa ignora as demandas domésticas. Recorremos a Pateman (2019) para elucidar essa questão e ela nos aponta que os conceitos de vida pública e vida privada, são fatores fundantes do patriarcado. Eles delimitam “lugares” adequados para mulheres. Se estende ao contexto familiar, onde reproduz a ideia que a vida privada, ou seja, a vida doméstica é o lugar adequado para as mulheres, por isso as atividades domésticas são vistas como tarefas exclusivamente femininas.

Logo, [...] “a obrigação de fornecer serviços domésticos gratuitos é só das mulheres; principal porque, mesmo quando ela trabalha “fora”, o pertencimento de classe derivado é condicionado por sua exploração enquanto mulheres.” (DELPHY, 2025, p. 116). Ao assumir todas as atividades domésticas a mulher tem seu tempo encurtado e a redução do tempo influencia na conquista de seu espaço profissional. Para ilustrar Lerner (2019) utiliza-se de uma linguagem metafórica para apresentar a desigualdade entre gêneros fazendo uma analogia a atuação das mulheres na sociedade à uma peça de teatro.

Homens e mulheres vivem em um palco no qual desempenham seus papéis designados, ambos de igual importância. A peça não pode prosseguir sem os dois principais tipos de atores. Nenhum deles contribuem mais ou menos para o conjunto; nenhum é secundário nem dispensável. Mas, o cenário é concebido, pintado e definido por homens. Homens escreveram a peça, dirigiram o

espetáculo, interpretaram os significados da ação. Eles se auto escalaram para os papéis mais interessantes e heroicos deixando as mulheres como coadjuvantes. (LERNER, 2019, p. 38)

A metáfora utilizada por Lerner nos remete a realidade que vivenciamos no cotidiano em todas as esferas sociais. Uma vez que há um discurso implícito, “todo lugar, é lugar de homem” assim eles podem determinar as regras, consentir a participação ou não de forma imperativa, inclusive nos espaços públicos onde ele é a minoria em termos numéricos, no magistério por exemplo. Na sequência a autora segue com sua análise:

Por fim, com muito esforço, as mulheres ganham o direito ao acesso à distribuição igual de papéis, mas antes precisam se “qualificar. Os termos das “qualificações” são novamente definidos pelos homens; eles julgam se as mulheres estão à altura; eles permitem ou negam a entrada dela. Dão preferências as mulheres submissas e àquelas que se encaixam perfeitamente na descrição da vaga. Homens punem, por meio da ridicularização e exclusão, qualquer mulher que se ache no direito de interpretar o próprio papel ou – o pior dos pecados -escrever o próprio roteiro. (LERNER, 2019, p. 38)

A exigência de qualificação nunca é paritária entre os sexos às mulher a exigência é sempre maior, como menciona Lerner (2019), quem estabelece essa métrica são os homens. Portanto são eles que decidem se elas podem ou não entrar em um determinado sistema. Todavia, a entrada não lhes garante a permanência. Há um código de conduta, a mulher está sempre sob vigilância. Não é permitido à ela promover mudanças, sob a alegação que a rebeldia provoca desordem e esse culmina no caos social.

Leva muito tempo para que as mulheres entendam que receber papéis “iguais” não as tornará iguais enquanto o roteiro, os objetos de palco, o cenário e a direção ficaram estritamente a cargo dos homens. Quando as mulheres de são conta disso, se reúnem entre os atos, ou mesmo durante o espetáculo, para discutir o que fazer a respeito, a peça chega ao fim. (LERNER, 2019, p. 38)

Os homens ditam as regras à sociedade como aponta a autora. A opressão e a exploração acompanham a existência da mulher e sempre chegam a um desfecho discriminatório, “Ao se desdobrarem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem reciprocamente. Ou seja, o gênero constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o gênero, a classe constrói o gênero e a raça.”(KERGOAT, 2014, p.13).Logo como aponta Kergoat a sociedade como um todo é atravessada pelos efeitos nocivos da desigualdade de gênero.

A desigualdade gênero é um fato e não está restrito ao mundo do trabalho. Ferrito (2019) aborda um aspecto importante da discussão sobre a divisão sexual do trabalho, voltado às características como a sensibilidade feminina, considerada em momentos que é oportuno ao capitalismo em outros momentos ela passa despercebida.

Assim, a tese da fragilidade do corpo feminino é muito utilizada quando convém excluí-la de mercados de trabalho mais rentáveis. Quando do indivíduo é retirada a sua humanidade, tornando-o mera objeto de exploração, as diferenças físicas entre corpos femininos e masculinos são superadas, e ambos transformam-se em instrumentos igualmente abusados. As mulheres terminam, ainda, por sofrer violências mais incisivas, na medida em que, junto com a exploração de seu trabalho, amargam ofensas sexuais de vários tipos. (FERRITO, 2019, p. 60)

A autora destaca que quando o corpo é desumanizado e transformado em ferramenta ou objeto não há diferença biológica, vigor ou força física, ali são considerados todos iguais, ou seja, de todos se exigem a mesma produtividade. Logo, divisão sexual do trabalho não se sustenta, ela é meramente discursiva, está a cargo do sistema capitalista que não titubeia em explorar e oprimir os corpos femininos na ânsia de atender às próprias expectativas materiais.

#### 4.2. SEÇÃO II- EDUCAÇÃO FEMININA: A MULHER VISÍVEL

Vestida de azul e branco  
Trazendo um sorriso franco  
No rostinho encantador  
Minha linda normalista  
Rapidamente conquista Meu  
coração sem amor (Nélson  
Gonçalves)

A epígrafe, traz um trecho da música “Normalista” interpretada por Nélson Gonçalves. Nos incita iniciar nosso diálogo acerca do olhar que se lançava sobre a mulher como estudante, “normalista” a denominação atribuída aquelas que frequentavam a Escola Normal.

Todavia, nem sempre a presença da mulher na escola teve esse traço poético. A mulher brasileira demorou muito tempo para ter a liberdade de se locomover nos espaços públicos, viveu por muito tempo à sombra dos homens e sob as imposições deles. Assim, idealizou-se a imagem da mulher pura e dócil e que tinha seu papel social somente voltado para o lar e maternidade. Fato que resultou no encarceramento dos corpos e mentes femininas.

Aqui apresentamos um recorte teórico, como um meio de compreender por meio da história a trajetória de mulheres na educação, marcada por um contexto de lutas. Logo, foi necessário despender grandes esforços a fim de ultrapassar barreiras fortemente embasadas pelos dogmas da Igreja, bem como por protestos e opiniões contrárias para impedi-las de frequentar a escola, e ter a oportunidade de desempenhar um trabalho remunerado.

Atualmente vivenciamos a feminização do magistério, aqui buscamos compreender as causas e as motivações do processo de feminização do magistério que aconteceu ao longo da

história. Essas ponderações exigiram um aprofundamento teórico a fim de investigar os fatores imbricados nesse fenômeno, para além daquilo que é visto.

Para desviar uma análise genérica ao discorrer sobre a feminização do magistério brasileiro, nos propomos a refazer o percurso histórico da atuação da mulher na sociedade brasileira, a influencia do movimento feminista, inserção da mulher na educação brasileira e a feminização do magistério, consideramos esse processo fundamental, pois nos possibilita traçar uma linha cronológica evidenciando os entraves enfrentados pelas mulheres para garantir a presença feminina na educação brasileira desde sua implantação até a atualidade.

Para tal, é importante conhecer a organização do magistério ao longo da história a fim de estabelecer a relação existente entre a feminização do magistério. Nesse intento nos apoiamos em teóricos como: Ribeiro (1992), Viana (2002), Yanoullas (2011), Saffioti (1978), Almeida (2002), (2011), Fôlha (2019), Foucault (2009).

#### **4.2.1. Ser Mulher: Representações Femininas no Brasil Colonial**

Com a chegada das portuguesas no Brasil, consolidou-se uma nova sociedade, o Brasil colônia. Essas mulheres vieram de longe e amargaram aqui uma realidade de clausura e submissão, ficavam a maior parte do tempo presa em suas casas e eram obedientes aos maridos, seus senhores. Mariano (2013) aponta que a história dessas mulheres era tortuosa, viviam confinadas em casa dominadas em parte pelo patriarcado e também por princípios religiosos. “[...] Dessas mulheres esperavam-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política” (ALMEIDA, 2007, p. 95). A elas restavam poucas alternativas fora do ambiente doméstico. Na verdade elas se ocupavam exclusivamente com os afazeres do lar e ao cuidado com a prole.

De acordo com Barreto *et al* (2019) a civilização ocidental herdou uma democracia que em suma nasceu antidemocrática, ela silenciou todos os sujeitos de de acordo com seu padrão não se adequava aos padrões de cidadania, assim suprimiu o direito a palavra as mulheres, estrangeiros, velhos, escravos, analfabetos e crianças. Desse modo “presenteou um grupo restrito de sujeitos pertencentes ao sexo masculino com o direito de poder-saber, o qual logo se converteu em saber-poder.” (BARRETO *et al*, 2009, p. 9). Assim, o direito à educação feminina sequer foi cogitado.

Ribeiro (2000) afirma que a história da mulher brasileira é uma história de submissão, uma vez que seu percurso se entrelaça-se em três berços culturais, essa tríade é composta por:

As senhoras reclusas com meninas órfãs pálidas portuguesas e indígenas libertas, bronzeadas pelo sol tropical. Ainda no mesmo período, quase no seu início, acrescenta-se a esse entrelaçamento, uma terceira mulher: a negra e sua condição de escrava dos donos do poder vigente. Todas são subservientes, em graus menores ou maiores. (RIBEIRO, 2000, p. 1-2)

Em suas palavras a autora ressalta a submissão feminina em maior ou menor grau, dentre elas a indígena liberta era a que tinha uma certa independência, no entanto era necessário cautela. “O preço da sua liberdade, porém, da sua não submissão à força masculina portuguesa, resultaria, muitas vezes, em sua morte, em sua extinção.” (RIBEIRO, 2000, p.2). Desde os primórdios, a sociedade brasileira foi sustentada pelo patriarcado.

A ausência da educação feminina coincide com a construção de gênero. Em um breve histórico acerca das mulheres vemos que ela teve inclusive a condição humana questionada. “No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades.” (PERROT, 2007, p.11). As palavras de Perrot (2007) coadunam com o que nos diz Prá e Cegatti (2016) a sociedade brasileira segregou, não estendeu a elas o direito à educação.

Ainda percorrendo o caminho historiográfico, Saffioti (1978) discorre sobre a instrução feminina na colônia e no império, para a autora, dada a sociedade rude que se estabeleceu no Brasil, cuja principal atividade econômica estava voltada para a extração predatória de recursos naturais com vistas na obtenção de lucros a instrução não era significativa, não representava um valor social, logo para a mulher ela era algo distante quase inatingível, nesse sentido Mariano (2013) destaca que a mulher nessa época era atribuído o mesmo patamar que era dado ao cão, ambos deviam obediência ao mesmo senhor, o patriarca da casa.

Fôlha (2019) afirma que durante 322 anos de 1500 a 1882, período colonial, persistia o pensamento que as mulheres não necessitavam ler e escrever, por isso a educação não era ofertada as mulheres fossem: brancas, ricas, pobres, negras, escravas e indígenas. As palavras da autora coadunam com o que nos diz Ribeiro (2000), nessa época a atuação feminina limitava-se “[...] aos cuidados da casa, marido e filhos” (RIBEIRO, 2000, p.79). A autora ressalta que essa visão estava alinhada à tradição ibérica transportada de Portugal para a Colônia.

Essa tradição “[...] considerava a mulher um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil” (RIBEIRO, 2000, p.79). Para elas não era preciso oferecer educação, até porque ela não tinha capacidades cognitivas para aprender.

Os indígenas fizeram oposição a essa situação. A sujeição feminina os incomodou, de

acordo com Lopes, Faria Filho e Veiga (2003) a primeira reivindicação feminina no Brasil partiu deles direcionaram ao Padre Manoel de Nóbrega o pedido que ensinasse suas mulheres a ler e escrever. O Padre, ao ouvi-los, sensibilizou-se e remeteu uma carta à Rainha de Portugal, Dona Catarina, solicitando educação para elas. Em seus argumentos estava o seguinte questionamento; tendo a presença e assiduidade feminina maior nos cursos de catecismo, por que também elas não podiam ler e escrever?

Os casais indígenas eram muito ligados, eles as consideravam uma companheira, as oportunidades desiguais os incomodavam, eles viam que o trabalho e o prazer de ambos era equitativos e socialmente importantes. O próprio Padre Anchieta escrevia em seus relatos: “sempre andam juntos”. (LOPES, FARIA FILHO e VEIGA, 2003, p. 80).

A resposta veio com uma negação, a Rainha negou a iniciativa alegando ser uma ousadia, que poderia apresentar “conseqüências nefastas” dar acesso às mulheres indígenas à cultura dos livros da época, pois as índias iriam se rebelar contra a submissão às quais eram submetidas, não ficariam caladas diante dos abusos sexuais praticado pelos portugueses, tampouco diante da escravidão imposta pelas mulheres brancas. A negação veio acompanhada da justificativa que estaria evitando uma revolução política e social. (LOPES, FARIA FILHO e VEIGA, 2003)

Mesmo assim, a primeira mulher alfabetizada no Brasil foi uma indígena, a índia Caramuru, Ribeiro afirma que existe uma prova que ela foi a primeira pessoas a alfabetizada no Brasil do sexo feminino. Essa prova consiste em “ uma carta escrita e enviada no dia 26 de março de 1561 ao bispo de Salvador (alguns dizem ao Padre Manoel de Nóbrega). Portanto essa missiva seria o primeiro documento escrito por um brasileiro, no caso do gênero feminino.” (RIBEIRO, 2000, p.11) Embora tenha sido uma situação pontual, foi a primeira rachadura feita nos muros do machismo.

Sempre em evidência, o controle em relação a mulher era exercido em torno da vigilância voltada a sexualidade feminina, que era encerrada, Del Priore (2011) vasculha documentos públicos (registros judiciais) e escritos íntimos como poemas e cartas de amor afim de estabelecer um panorama a cerca da sexualidade feminina, sua investigação resulta no livro “Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.” Nessa obra ela conclui que a mulher é vista como um “ser assexuado, embora tivesse clitóris, à mulher só cabia uma função: a de ser mãe. Ela carregou por quinze séculos a pecha imposta pelo cristianismo: a herdeira de Eva.” (DEL PRIORE, 2011, p. 34). Assim, afirma que, a sexualidade feminina fora sequestrada pela igreja.

Perrot (2007) destaca que os casamentos geralmente arranjados transferiam a mulher de

uma família para a outra, com o aval Igreja que instituiu o casamento como um dos sacramentos, estabelecia ao esposo plenos direitos a vida da mulher.

É claro que o amor conjugal pode existir. Mas é um golpe de sorte ou o triunfo da virtude. O amor se realiza mais fora do casamento: amplamente tolerado para os homens, cuja sexualidade seria incoercível, é muito menos tolerado para as mulheres, cujo adultério é passível de ser levado aos tribunais, enquanto o dos maridos só pode ser condenado se praticado no domicílio conjugal. (PERROT, 2007, p. 47)

Em suas palavras Perrot, afirma que era incumbência feminina zelar pela fé, moral e sua honra era resguardada pelo homem, representado na figura do pai, irmão até chegar ao casamento onde ela era entregue ao marido. Vale ressaltar que o casamento era privilégio da mulher branca, as negras escravas, eram sujeitadas a servir seu senhor, assim como as indígenas que não eram libertas.

Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia. Esse direito ocorria devido à sua condição de “senhor” da família patriarcal. Aliás, é oportuno explicitar aqui que família vem da palavra latina “*famulus*” que significa escravos domésticos de um mesmo senhor: mulheres, filhos, crianças, escravos, terras, etc. Eram “bens” pertencentes ao poder dito na época “naturalmente” construído ao deleite do gênero masculino. (RIBEIRO, 2000, p.2)

A autora, ressalta que a premissa era o corpo feminino deveria servir ao português. Voltando a situação do casamento, era tido como uma instituição destinada a regular a integridade da família. Del Priore (2014) aponta que era atribuído a mulher o papel de guardar a honra solteira devia se manter virgem e casada deveria pertencer apenas ao marido, encastelada a mulher não tinha opção de reagir a apressão que lhe era imposta. Dessas mulheres não se esperava nada, além das prendas domésticas, dedicação a vida religiosa, e esmero ao cuidar do lar. Era muito incipiente o movimento em torno de oferecer a mulher a educação escolarizada, ideia refutada por grande parte da sociedade.

O pensamento em torno da mulher foi influenciado pela doutrina Positivista, do filósofo francês Augusto Comte, ele teve no Brasil adeptos, um de seus adeptos foi Antônio Almeida Oliveira, o mesmo escreveu a obra “O Ensino Público”, publicado em 1874, onde ele pontua que a educação oferecida às mulheres no Brasil era um equívoco, sem nenhuma relevância social. Ele considerava fundamental que:

[...] procuremos quanto antes melhorá-la no sentido que proponho, isto é, no sentido de a fazermos mãe de família. [...] Conseguído isso, sua obra será naturalmente principiada e acabada. Cada casa será uma escola, cada mulher, um professor, cada fase de seu aperfeiçoamento um como avatar dos nossos progressos. Elas que até agora só pelo seio têm servido a sociedade, passarão a lhe servir também pelo espírito

(OLIVEIRA, 2003, p.347-348).

O referido autor, em suas palavras deposita sobre as mulheres a responsabilidade direta da civilização e do progresso da humanidade. Em seu discurso ele expõe uma ideia que arraigada na sociedade da época que ainda persiste no ideário conservador: a ideia de que a mulher deveria ser mais educada do que instruída, visto que a preocupação e ênfase dessa maior instrução recaíam sobre a sua formação moral, ou seja os padrões comportamentais.

De acordo com Mariano (2013) a situação dessas mulheres começou a mudar com a chegada dos Jesuítas de início se dedicaram à alfabetização de filhos de colonos brancos e dos indígenas. A educação oferecida pelos jesuítas aprofundava a desigualdade de gênero, enquanto os meninos recebiam instrução, as mulheres se refugiavam nas igrejas, assim enquanto os homens eram alfabetizados as mulheres não receberam nenhum instrumento de libertação, ao contrário receberam instruções de submissão à igreja e ao marido, Saffioti (1978) aponta que neste período:

O princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica e validado pela Igreja Católica, iria, assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural. (SAFFIOTI, 1978, p. 267).

Assim, se estabelece a sociedade brasileira sob a égide da sujeição feminina como ressalta Saffioti (2013), a participação feminina na cultura da sociedade brasileira foi muito incipiente uma vez que sem voz, é considerada um ser insignificante relegado ao silêncio, a submissão e a sujeição em face da sociedade patriarcal sustentada pela igreja católica. “Após o enfraquecimento do controle eclesial, é a esfera privada sob autoridade masculina que foi o espaço de amalgamação das modalidades da heteronormatividade com o advento da modernidade.”(TAIN, 2019, p.41).

Esse modelo educacional, perdurou cerca de dois séculos, deixou seu legado na história do sistema educacional brasileiro, que foi construído sob um modelo educacional homogeneizante voltado a sujeição dos povos nativos aos portugueses, Freire (2001) denominou esse modelo como “colonizador de mentes”. Assim se constituiu a primeira experiência educacional brasileira. No intuito de implantar um sistema educacional, à luz da negação cultural e dos princípios religiosos, logo avesso a liberdade e envolvido na visão patriarcal, negando a mulher o direito a educação.

Após a ruptura com os jesuítas, foi cessada a oferta de ensino pela Companhia de Jesus na então colônia brasileira, iniciando-se uma reforma educacional no Brasil, Ledesma (2010),

aponta que houve um lapso de 13 anos entre a expulsão dos jesuítas até a reforma pombalina chegar ao Brasil.

Para esse período estavam previstas mudanças no cenário educacional visando adaptar o Brasil colônia a nova ordem pretendida em Portugal, logo, “a formação “modernizada” da elite colonial (masculina) era uma das exigências para que ela se tornasse mais eficiente em sua função de articuladora das atividades internas e dos interesses da camada dominante portuguesa.”(RIBEIRO, 1992, p.35). Para isso era preciso pensar em um percurso formativo que pudesse atender as novas demandas.

No ano de 1722 por meio de uma ordem régia implantou, no Rio de Janeiro e na primeiras cidades do Brasil, aulas de primeiras letras, de gramática, de latim e de grego, impondo assim o "subsídio literário" por meio de impostos que deveria prover a educação em Portugal e na Colônia.

#### **4.2.2. Elas chegam a escola: Uma fresta para a autonomia**

Como dito anteriormente foi negado às mulheres o direito a educação, fenômeno observado no mundo todo após a revolução francesa, houve a promulgação da constituição em 1791, onde as mulheres não foram reconhecidas cidadãs. Em resposta Mary Wollstonecraft em 1792 escreveu o livro, “*Reivindicações dos Direitos das Mulheres*” uma obra fundante do movimento feminista, o livro inicia esse debate cerca de um século antes de ser inventada a palavra feminismo e dentre as denúncias que a obra apresenta uma delas é o direito a educação ser estendido as mulheres da mesma forma que ao homem, segundo a autora meninos e meninas recebem uma educação diferente e isso molda uma sociedade desigual.” Se fosse permitido aos meninos e às meninas que realizassem os mesmos estudos juntos, tal elegante decoro que produz a modéstia sem aquela distinção de sexo que contamina a mente poderia ser desde cedo inculcado.”( WOLLSTONECRAFT, 2021, p.230) Nota-se que as reivindicações da autora há quase três séculos em alguma medida são as mesmas que apresentadas nesse texto.

Após 300 anos da chegada dos portugueses no Brasil, foi consolidado o sistema educacional brasileiro. Fólha (2019) destaca que “durante o século XIX, época do Período Imperial no Brasil, vivia-se um momento notável para o desenvolvimento da educação brasileira.”(FÔLHA , 2019, p. 29). No decorrer do tempo as reivindicações pela educação feminina passaram a ganhar força. As meninas das classes mais abastadas passaram a receber educação em seus lares, por meio da figura da preceptora.

Dado o grau de subordinação da mulher no período, a maioria dessa faixa da população era analfabeta. Uma pequena parte era tradicionalmente preparada na família pelos pais e preceptores, limitando-se, entretanto, às primeiras letras e ao aprendizado das prendas domésticas e de boas maneiras. (RIBEIRO, 1992, p.35)

Nota-se nas palavras de Ribeiro que as mulheres não tinham liberdade para tomar decisões sobre suas vidas, a família tomava as decisões por ela, sendo assim a elas era concedido o acesso à educação religiosa, nos recolhimentos e conventos. Ali, surgiram então as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério sob a alegação que a mulher professora poderia contribuir com a formação das meninas, enfatizando as habilidades manuais voltadas pela agulha e o bordado do que a instrução propriamente dita.

Fernandes (2019) destaca que a existência dos conventos onde as mulheres eram confinadas para receber a educação que aos olhos dos homens lhes era conveniente. Esses espaços eram comumente usados por homens para aprisionar as filhas, uma vez que temiam ter que realizar a divisão de bens com futuros genros. Existiam também os casos de marido traído que optaram por deixar as mulheres nos conventos. É inegável a participação da igreja no fortalecimento do patriarcado.

As principais destinatárias da ideologia católica eram as mulheres, consideradas indispensáveis no fortalecimento do lar cristão. Recaiam sobre elas as injunções da moralidade e religiosidade. As que se enquadravam nessas normas eram consideradas honestas, as demais eram as transgressoras, que deveriam sofrer a rejeição social e serem marcadas pelo estigma do pecado. (ALMEIDA, 2011, p.144)

Almeida, afirma que nessa época as mulheres viviam envolvidas pelos preceitos religiosos que estabeleciam o regramento do comportamento feminino. Nesse período a formação das meninas era voltada exclusivamente às prendas domésticas, leitura dos livros de receita e as regras de convivência, assim as mulheres eram tolhidas do acesso a educação formal, eram vigiadas para que não ousassem a aprender, tampouco buscar sua emancipação.

A emancipação feminina era uma atitude reprovável aos olhos da igreja, que se impunha como uma baliza social, ditando comportamento e tendo como principal alvo as mulheres. “As igrejas ainda se representam como moralizadoras e guardiãs da ética sexual e da sacralidade do casamento, além de incumbidas de facilitar a passagem das almas para a vida eterna.” (ALMEIDA, 2011, p.145). Assim, as mulheres foram consideradas pela igreja como as guardiãs dos preceitos morais.

A religiosidade ancorada no sagrado, se revestia de caráter disciplinador e influenciava em vários aspectos da vida cotidiana:” a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces do poder na convivência entre os

sexos.” (ALMEIDA, 2011, p.153). Essa normatização pesou mais sobre a vida das mulheres.

De acordo com Marinho (2017) a carta constitucional de 1824 garantiu a expansão do ensino à “todos os cidadãos”, inclusive para as mulheres. No entanto, apenas no ano de 1827 foi sancionada a primeira lei que regulamentou o ensino público no Brasil. Posteriormente em 1834, o Ato Adicional à Constituição delegou às províncias a regulamentação e descentralização do sistema de instituição pública de ensino primário e secundário.

Esse período “foi um marco para as mulheres, na medida que se ratificou seu direito a instrução, significou também um instrumento que acentuou-se a discriminação sexual, pois só admitia o ingresso de meninas na escola primária.” (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p. 5). Um passo importante havia sido dado, as meninas haviam chegado a escola, no entanto, o caminho a ser percorrido era longo no sentido de avançar, até a equiparação entre homens e mulheres no campo educacional.

Vozes se juntaram em nome dessa luta, dentre elas se destaca uma importante ativista brasileira Dionisia Gonçalves Pinto, uma mulher que é fruto de seu tempo e aqueles eram tempo de luta, tempos agudos. “No ano de 1931 ela estreia nas letras. No Espelho das Brasileiras, um jornal dedicado às senhoras pernambucanas do tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin, começa a surgir a escritora.(BARBOSA, 2016, p.25)”. Ela foi a precursora do movimento feminista, as palavras dela invocavam a importância da emancipação feminina, por meio dela a opressão foi denunciada inicialmente no jornal

Em seguida veio seu primeiro livro intitulado “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, uma tradução livre do *Vindication of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft. Em relação ao nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Ele é um pseudônimo escolhido [...] revela sua personalidade e opções existenciais: Nísia, diminutivo de Dionísia; Floresta, para lembrar o sítio Floresta; Brasileira, como afirmação do sentimento nativista; e, Augusta, uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto. ( BARBOSA, 2006 , p.26).Nísia, viveu em um contexto de luta, aos poucos a luta pela educação das mulheres foi fortemente abraçada por aquelas que conseguiram romper o preconceito ganhavam espaço.

Inicialmente essa luta foi centralizada no entorno de Nísia Floresta, figura icônica. Aos poucos o movimento foi conquistando novos adeptos, que foram receptivos a ideia de estender as mulheres os direito “da instrução e do conhecimento de si mesmas, até como forma de ajudá-las a ver com novos olhos o mundo em que viviam.” (BARBOSA, 2006, p.45). Quando homens

passaram a ingressar no movimento a sociedade passou a ser tensionada e o movimento passou a ganhar entre os diversos segmentos sociais.

Em meados dos século XIX, Saffioti (1978) aponta que um fator foi determinante para que a sociedade repensasse a educação, bem como seu acesso pelas mulheres. O início dos processos de industrialização e urbanização. Portanto, foi na virada do século XIX que o país vivenciou grandes transformações: um acelerado processo de urbanização, mudanças econômicas e convulsões políticas e sociais. Surgiram então, novas demandas as mulheres e isso reflete em alterações no processo de educação feminina.

Fato que Del Priore (2011) denomina como “as primeiras rachaduras no muro da repressão”, a autora enfatiza a presença do corpo feminino no cenário público, ainda que sob a resistência da política higienista o corpo e a sexualidade feminina se consolidam e escandaliza a sociedade alicerçada no conservadorismo.

Essas mudanças são significativas, porém elas encontravam entraves, foi difícil garantir que mulher tivesse condições de participar ativamente da sociedade e contribuir com os novos arranjos sociais. “A sociedade oferecia, como o faz ainda hoje, sérias resistências à instrução da mulher, resistências essas que se avolumam à medida que se sobe na escala de escolarização.”(SAFFIOTI, 1978, p. 180). Nota-se nas palavras da autora que havia uma dualidade nesse processo de um lado o ideal de educação doméstica era mantido, do outro havia a necessidade da educação escolarizada, cada vez mais crescente devido aos novos arranjos sociais.

Nesse sentido, é importante deixar claro que a expectativa de educação feminina, ainda que apresentasse uma interface progressista ela permanecia atrelada ao ideal de mulher nos padrões cristãos. “durante longos períodos da história a educação foi privilégio das classes abastadas. Desde o alunato até o corpo docente, apenas homens de famílias de “prestígio” costumavam chegar a todos os níveis de ensino. (PRÁ e CEGATTI, 2016 p.217). Obviamente, a mulher não iria receber educação idêntica à do homem, nem a equiparação social dos papéis tradicionalmente atribuídos a representantes de um e outro sexo.

Para ilustrar esse cenário trazemos Moreno (2014) que nos afirma que “as conquistas das mulheres não são lineares, e mesmo as que são inscritas nas leis não são definitivas.” (MORENO, 2014, p.6). No caso aqui ilustrado, o direito a educação, embora previsto em lei não se materializava.

Em suas palavras Saffioti (1978) destaca que a mulher adentrou a educação de forma gradativa e foi lentamente ganhando espaço e se firmando na educação, em detrimento da resistência da sociedade que desconsiderava, ainda desconsidera a importância de estender o direito à educação as mesmas.

Almeida afirma que tais, que as mulheres se sentiram insegura em relação a esse passo, adentrar a educação, devido aos padrões sociais estabelecidos à época, que impunha normas rígidas às mulheres, não era vista com bons olhos a adoção de novos padrões de comportamento. As ideias da igreja estavam arraigadas no ideário social “sob suas sombras se modelavam as identidades, os comportamentos, hábitos e costumes e se normatizava a vida social e a sexualidade. Transgredir as normas religiosas era romper com as regras da sociedade, da política e da economia; não ter acesso à educação era estar à margem do sistema.”(ALMEIDA, 2011, p. 146).

Essa prática de domínio foi realidade durante muito tempo, perdurou os redutos religiosos que seguindo alguns dogmas que interferiam na estrutura social. Essas barreiras foram rompidas aos poucos. A princípio a educação escolar tratou as meninas de forma desigual priorizando a condição feminina, na verdade a estereotipação feminina e insistiu em apresentar um currículo voltado às atividades domésticas. A entrada das meninas na escola, provocou outro fenômeno social importante, surgiram vagas para as professoras Viana (2002) aponta que:

No ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, no Brasil, a docência feminina nasce no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário. Nos últimos anos do Império, sobretudo a partir de 1860, mulheres assumem a função de professoras, fazendo parte do quadro de funcionárias públicas em várias províncias. (VIANA, 2002, p. 84)

As palavras de Viana afirma que esse momento se constitui em um marco para a sociedade brasileira. Quando é reconhecido a mulher o direito à profissão. Porém, a mulher adentra ao magistério estereotipada como uma figura frágil, delicada, supostamente meiga sob o domínio do pai. A sociedade entende que sua presença na escola é importante, para que os valores femininos não se percam.

Elas seguiram sua trajetória desbravando novos horizontes, no entanto isso desagradava a sociedade patriarcal. “O século XIX começa a desenhar um afastamento entre as mulheres que trabalham em espaços públicos e o casamento, e este quadro tendeu a se ampliar no século XX.” (SANTOS, 2017, p. 94) Os homens temiam ter como esposa mulheres que estudavam. E coube a elas fazer a escolha entre seguir uma carreira ou constituir uma família. Muitas seguiram o caminho do celibato pedagógico.

Segundo Louro, sobre o ingresso da mulher no magistério, o discurso normativo se localizaria nestes termos e condições: “a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios e necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos, ou na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos.”(LOURO,2001, p.447). A presença feminina nas escolas era pouco expressiva, por muito tempo persistiu a ideia a de que o acesso à educação não deveria ser uma das prioridades femininas, afinal ela era mais oportuno se ocupar com funções inerentes a sua natureza.

No final do século XIX foi proclamada a República no Brasil, e com ela novos arranjos sociais foram formados. A Proclamação da República trouxe novos ares ao Brasil, foi o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser reforçados, por conta das mudanças que ocorreram na sociedade brasileira republicana. Isso influenciou em mudanças nas relações entre homens e mulheres eram fundamentadas nas representações que faziam de si e nas representações que projetavam sobre o outro. (VILAR e DOS SANTOS, 2021)

Nesse cenário desponta algumas referências do femininas que passam a se destacar na luta pela educação, um exemplo é Anália Emília Franco. Professora brasileira, cuja trajetória serve de inspiração, de acordo com De Santana e De Santana (2017) sua historiografia foi guardada e silenciada, por muito tempo. No ano de 1868, aos 15 anos, Anália iniciava-se no magistério auxiliando sua mãe em escolas da Província de São Paulo, período que a mulher não tinha acesso a educação formal, cabia naquele contexto social o pensamento que o melhor livro para a mulher era “a almofada e o bastidor”, que ao manter a mulher longe do saber era um meio de preservar sua docilidade, logo a mulher seria um ser facilmente manipulável.

Nesse contexto vive Anália, imbuída do espírito de luta e insubordinação, ela apresenta inúmeras possibilidades as mulheres, usou o jornalismo como meio de denunciar a opressão feminina e incentivar as mulheres a lutar pelo acesso a educação uma vez que nesse período a maioria das mulheres eram analfabetas.

Nessa época, os jovens procuravam se alocar no mercado de trabalho. Isso era posto aos que tinham opção, aqueles que tinham condições de buscar profissões. “Durante os anos 1920, as ideias sobre as possíveis mudanças na concepção educacional fervilhavam. Buscava-se uma educação popular que pudesse atingir qualitativamente a maior parcela possível da população. “(SILVA, 2015, p.65). Essas ideias alinhavam um movimento que foi unindo a elite

intelectual em busca de mudanças para a sociedade brasileira, a fim de se encaixar nos novos moldes.

De acordo com Silva (2015) surgiu em torno da educação, um movimento que uniu educadores e artistas os mesmos apoiaram as mudanças, dentre elas a valorização da cultura brasileira, no campo da literatura (e artes em geral), da política quanto no campo educacional, o movimento visava a formação de uma identidade nacional por meio da cultura.

Intelectuais como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Cecília Meireles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo defenderam e elevaram a cultura popular no campo educacional como um fator de formação humana. Neste contexto, fomentam-se ideias que visavam alterações das práticas pedagógicas e também da estrutura física das escolas em função destas. (SILVA, 2015, p. 61)

Esse grupo ficou conhecido como Pioneiros da Educação. Eles iniciaram no Brasil o movimento Escola Nova, o qual já existia em outros países. Esse movimento citado por Silva (2015) foi marcado por uma tensão com a igreja católica, pois ambos defendiam projetos educacionais diferentes em relação aos meios, ao mesmo tempo que convergiam com uma pauta, um projeto educacional como causa cívica de redenção nacional.

De modo especial, a partir do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932, as mazelas da educação brasileira foram todas postas em relevo, denunciadas e anatematizadas.” (SAVIANI, 2005, p. 2). Assim, o governo passou a ser pressionado e em face dessa pressão social mudanças passaram a ocorrer paulatinamente. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi um documento que tinha por objetivo a realização de congressos, conferências e eventos a fim de debater os princípios fundantes da educação no âmbito nacional, nessas discussões as ideias eram confrontadas, duas correntes em especial se digladiavam:

Uma era já tradicional, representada pelos educadores.' católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), a educação em separado e; portanto, diferenciada para os sexos masculino e feminino, o ensino particular a responsabilidade da família quanto à educação, etc. Outra era representada pelos educadores influenciados pelas “idéias novas” e que defendiam a laicidade, a co-educação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação, etc.(RIBEIRO, 1992, p.99)

Mesmo em meio as divergências, Ribeiro destaca que havia um ponto comum em que todos concordavam a educação devia ser oferecida livre de ideologias seja de esquerda (comunismo) ou de direita (fascismo). Debate que foi retomado na atualidade. Almeida afirma que nesse período mulheres brasileiras se articulavam politicamente por meio das intelectuais letradas fundavam o movimento feminista que lutava pela expansão de direitos as mulheres dentre eles do direito ao voto e uma educação igualitária com mais instrução as mulheres, enfim

lutavam pela cidadania unidas.

Nesse intento a imprensa reforçou a luta feminina, aliando-se a ela, Mariano (2013) aponta que nesse período começava a circular nos jornais da época opiniões que alertavam a sociedade no sentido de que não havia possibilidade dela evoluir pela metade, ou seja, somente com um dos gêneros (neste caso o masculino) detendo todos os benefícios da ciência, da técnica e, conseqüentemente, do poder.

Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que doméstica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença teve seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, colocou nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. (ALMEIDA, 2014, p. 57)

Desse modo, paulatinamente as mulheres passaram a ser mais aceitas no ambiente educacional, como afirma Almeida, o discurso que as mulheres eram seres destinados a educar e a cuidar ganhou força e as portas do magistério se abriram. Enquanto, na Esfera social temos um avanço importante, a Constituição de 1934, estabelece a mulher o direito ao voto, o que aconteceu após vários movimentos de luta e de resistência à exploração do seu trabalho, e a resistência ao encarceramento do pensamento feminino na toma de decisões que envolvem a sociedade, assim, a emancipação feminina dá mais um passo.

Aliado a isso, o movimento feminista passa a ganhar força ao redor do mundo, nesse período surge novos recursostecnológicos, difusão dos meios de comunicação, assim as vozes das feministas passaram a romper algumas barreiras, por meio da imprensa ideias atravessaram fronteiras e passaram a influenciar o pensamento de países periféricos como o Brasil, que rapidamente se alastraram por todo o território nacional. “Para isso, a contribuição da imprensa feminina foi decisiva e as mulheres instruídas aproveitaram esse espaço aberto no mundo das letras para se fazer ouvir e expor uma nova maneira de pensar, diferente daquela dos tempos do Império. (ALMEIDA, 1998, p. 27). Logo, a reverberação da voz feminina, em face das reivindicações foram acatadas por uma parcela da sociedade, que passaram a compreender e denunciar a exploração e desigualdade social vivida.

Assim, o movimento passa a ganhar força, a luta pelos direitos femininos era pautada na conquista do direito civil e político ao voto. Inspiradas pela Revolução Francesa, que ocorreu em (1789) as mulheres seguem em luta pelo direito à cidadania, nesse bojo estavam os direitos fundamentais negado pelo estado a elas até então, no cenário educacional, Bruschini e Amado (1988) apontam que a educação era estendida de forma universal apenas a título de projeto

governamental, na prática isso não se concretizava, era grande o número de excluídos da escola e dentre eles a maioria eram as mulheres.

#### **4.2.3. Viver para ensinar, as Escola Normais e a formação de professoras**

Desde a Colônia, já existiam as relações dos oligarcas com a hierarquia católica. Essas relações se fortaleceram ao comungarem com a rejeição tradicional da Igreja a tudo que se referisse à emancipação feminina.

A mulher excessivamente instruída poderia esquecer-se da função reprodutiva, essencial para a sua realização individual e da família, o que também vinha ao encontro de uma ideia de tradição e propriedade que Igreja e oligarquias compartilhavam. Ao incorporar o exemplo do arquétipo da Virgem da religião católica e os atributos de bondade e pureza, o catolicismo não poderia admitir a possibilidade das mulheres se afastarem do sagrado recesso do lar e da sua verdadeira missão, a maternidade. (ALMEIDA, 2012, p.299)

Mas, os tempos eram outros, a sociedade avançou e com ela novos desafios surgiram, no entanto algo não mudou, persistia ainda viva a imagem da mulher estereotipada, construída no Brasil colônia que tinha como pressuposto a fragilidade feminina, a mulher era considerada um ser indefensável que deveria ser tutelada pelo homem.

Logo, a mulher sendo considerada um ser frágil, doce e indefeso, sua capacidade intelectual era subjugada, no ideário social ancorado nos princípios do patriarcado, a figura feminina deveria se voltar a realização de atividades voltadas ao lar e ao cuidado. Assim acreditou-se que sua entrada no magistério seria ideal. “A queremos seriamente reformarmos e ensino público, e com eles nossos costumes, uma das primeiras coisas que devemos fazer é chamar a mulher em seu auxílio. (OLIVEIRA, 2003, p.332). Este ideário foi adotado pela elite intelectual e política, que reconfigurou o valor da mulher na sociedade. Esse ideal se constituiu em uma missão ao sexo feminino: ser educadora de sua prole, além da mantenedora das bases da pátria.

Através do Estado, o ambiente familiar é recriado na escola, sobretudo pelo emprego das mulheres como professoras, de quem se espera que tenham atitudes maternas com as crianças. Além disso, a própria organização social do saber que a escola estabelece ensina as raparigas a ocuparem lugares na esfera doméstica como objetivo central das suas vidas. (ARAÚJO, 1990, p.50). A ideia implícita nesse discurso, de acordo com Araujo estabelece uma nova forma de domesticidade feminina, agora ela estenderia para a sociedade a tarefa que ela já fazia em casa. A maternidade foi vista como modelo conduta a ser adotadas pelas mulheres

professoras, sua relação com os alunos na sala de aula deveria ser semelhante à da mãe com seus filhos.

Associa-se a maternidade a uma representação do ensinar. Onde a escola e família, funcionariam como um "par". Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. (ALMEIDA, 1998, p.28) Desse modo vemos que a profissão docente foi apresentada a mulher de forma romantizada

Esse estímulo dados as mulheres para ingressarem no magistério acontece devido ao crise que a sociedade vive. Almeida (2007) afirma que na primeira década republicana a mão de obra era escassa em todo o território nacional, o que motivou a sociedade se voltar para a educação, a escola normal surgiu por meio dessa demanda. O período entre o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, aconteceram mudanças socioeconômicas em virtude da implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, o mundo assolado pelas consequências de duas guerras mundiais, amargava seus efeitos, a sociedade passa por um reordenamento. Isso impulsionou a abertura do campo educacional.

Como havia sido estendido as meninas o direito a educação, a presença delas na escola mulher provoca um debate na sociedade, um mal-estar social é instalado, em relação a figura do professor, até aqui a presença masculina na educação é majoritária, uma vez que eles tinham acesso livre a educação desde o período colonial. “Como não se tolerava a co-educação e os tutores deveriam ser do mesmo sexo de seus alunos, um espaço para a profissionalização feminina foi aberto, ao mesmo tempo em que se expandia a própria instrução da mulher.” (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p.5). Uma vez que a sociedade conservadora via na co-educação um risco eminente.

Importante observar que o estado não concedeu o direito a profissionalização feminina como reconhecimento a sua cidadania, foi diante das reivindicações sociais em uma visão sexistas que as mulheres foram recrutadas a ingressar na carreira do magistério, uma espécie de controle feminino, mulheres educam meninas, homem educam meninos.

Ainda que a república tenha afastado a religião do estado na educação a igreja católica tinha uma forte influência, invocava-se a moralidade religiosa, associando a figura feminina a

Maria, esperava-se da professora, que ela se dedicasse a sua sagrada missão a de ser mãe, isso associava-se a pureza feminina. “Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora de seus filhos e filhas.” (LOURO, 2001, p. 447). Após esse apelo, as mulheres começaram a se interessar pelo magistério para elas uma oportunidade de ingressar em uma carreira.

O incentivo dado as mulheres para que elas adentrassem o magistério apresenta de forma velada a configuração da divisão sexual do trabalho. Desta forma, “independentemente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina”. (SAFFIOTTI, 1976, p. 228). Assim, ao adentrar o magistério a mulher professora” oferece mão de obra barata, como produz relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de exploração e opressão.” (ALVARENGA e VIANA, 2012, p.12) Como ressaltam as autoras, a divisão sexual do trabalho foi traçada de modo que às mulheres não restou outra opção que não fosse a tácita aceitação.

Os motivos que levaram o grande interesse das mulheres pelo magistério perpassam pela possibilidade de ela conseguir a almejada independência financeira, algo muito distante da realidade feminina na época. A mulher coube abraçar a única possibilidade de ter uma profissão.

[...] ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério (ALMEIDA, 1996, p.74).

As palavras de Almeida ressaltam que as mulheres foram se adequando ao magistério, porém o modelo da carreira profissional docente foi pensado no sentido de manter os privilégios masculinos com a determinada servidão feminina no lar. “O modelo sustentado por uma mão invisível: o modelo capitalista e patriarcal que organiza a nossa sociedade desconsidera a importância do trabalho doméstico e de cuidados para a garantia de seu funcionamento.” (SUCUPIRA e DE FREITAS, 2014, p.109). Isso reforça o sentido patriarcal de aos homens era garantida a vida pública, uma vez que eles não podiam abrir mãos do apoio das mulheres afim de organizar suas vidas, na esfera doméstica.

Para o estado, a organização espacial, horários, estrutura hierárquica, leva a essas instituições a prescrição de comportamentos humanos estabelecidos e homogêneos, assim embalado na ideia de ordem vem o controle, o engessamento, a estereotipação que determina

papéis para os diferentes atores sociais a sujeição feminina aos domínios do patriarcado teve o apoio fundamental da igreja como aponta Almeida (2012).

Dessa forma, as portas foram abertas as portas do magistério às mulheres, as mãos femininas passaram fazer educação, houve uma entrada massiva de mulheres na escola, “em meados no século XIX foram fundadas as primeiras instituições destinadas a preparar os professores para as práticas docentes.” (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p.5). Fato que contribuiu para que as mulheres fossem se profissionalizando, por meio das Escolas Normais, que inovavam por atender homens e mulheres, porém em pouco tempo a presença da mulher predominou.

As mulheres enxergavam nas escola normais a oportunidade de dar sequencia a sua trajetória formativa, uma vez que sua entrada em outras carreiras eram marcada por diferentes obstáculos. “O saber institucionalizado que elas buscavam e que lhes garantia certa liberdade no espaço público e poder intelectual, emanava das Escolas Normais. Estas instituições referendavam a formação da professora normalista e lhe atribuía as competências para o exercício do magistério primário. “(SANTOS, 2017, p.58) Assim, com a inauguração da sessão feminina da Escola Normal, no estado de São Paulo, as mulheres seguiram em marcha para o magistério, inicialmente ela foi direcionada para moças órfãs, pobres, sem dote, às quais lhes era interditado o sonho de conseguir um bom casamento, logo como medida de minimizar o peso delas para sociedade, lhes foi ofertada condições de um emprego digno, necessariamente uma ocupação atrelada ao cuidado, como é o magistério.

Após e estado de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro acompanhou esse avanço e em pouco tempo era possível apresentar em dados quantitativos que a presença feminina no magistério público primário era maior que a masculina. Assim como, no estado de Minas Gerais, elas representam 50% do corpo docente já no final do século XIX. No Estado de São Paulo, o acesso efetivo das mulheres às Escolas Normais para a formação de professores e professoras deu-se entre 1875 e 1880 com a criação de uma sessão feminina.

No século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou a tal ponto que, no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. O Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino público primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino,

elas somavam 65%. (VIANA, 2002, p. 85) Entre os diferentes aspectos que contribuíram com o abandono do magistério por parte dos homens.

Na esteira dessas mudanças Viana (2002) destaca que o apelo emocional feito as mulheres para que as mesmas se dedicassem ao magistério da educação básica como uma forma de sacerdócio, onde atuação deveria ser por meio de uma devoção, ainda que a carreira apresenta condições hostis foi acatado pelas mulheres. Assim no ideário social, até hoje a carreira do magistério é vista como função feminina, por estar associada ao trabalho reprodutivo de cuidar e educar, essa estreita relação do trabalho docente com a maternidade induz o senso comum a justificar entre outras coisas, os baixos salários e uma carreira cada vez menos atraente e intencionalmente precarizada.

Dessa forma se manteria intacta a estratificação social, a ordem social, ou seja, a divisão sexual do trabalho. As mulheres não seriam expostas a ideias divergentes que pudessem descaracterizar a imagética feminina. Aqui se insere a ideia de Foucault (2009) em sua obra vigiar e punir ele preconiza o sequestro dos corpos, como medida de controle social. “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 2009, p, 121). Desse modo, a figura materna tida como sagrada e função exclusivamente feminina foi considerada uma qualidade adequada para o exercício do magistério, assim criou-se em torno da mulher a ideia que ela tinha os atributos adequados para ser professora, por ser mãe como condição primordial.

Até a década de 30 o magistério foi a única profissão feminina considerada respeitável, a única forma institucionalizada de emprego para a mulher da classe média como afirmam Bruschini e Amado (1988). A possibilidade de aliar uma profissão revestida de dignidade e prestígio sem ter que abandonar as funções domésticas, e à maternidade. Assim “ser professora” passou a ser o desejo das jovens, e a sociedade que a princípio temia uma mulher instruída, agora entende que elas podem estudar, desde que haja uma normatização para que elas não passem a oferecer riscos a sociedade.

Nota-se que a inserção feminina na educação brasileira, não foi algo aceito por unanimidade, ao contrário, foi um processo marcado por conflitos de acordo com Prá e Cegatti (2016) uma vez que sustentada pelo domínio patriarcal a educação feminina poderia se materializar como uma afronta aos homens.” O cenário desenhado na primeira metade do século XIX, sob o impacto das primeiras leis de Instrução Pública, demarcou a expansão da educação

feminina em quase todos os países do mundo.” (PRÁ e CEGATTI, 2012, p.220). Motivo pelo qual, o percurso para a incorporação das mulheres à rede educativa e aos diferentes níveis de ensino foi lento e cercado por desafios. Para seguir esse percurso as mulheres tiveram que confrontar o viés masculino e de classe do sistema educacional.

Mesmo em um cenário hostil, Prá e Cegatti (2012) apontam que as mulheres avançaram as barreiras impostas e aos poucos foram expandido seu território por meio da educação. Mesmo diante dos percalços, a trajetória feminina na educação aos poucos foi se consolidando em torno de um novo desenho social.

Com a pressão social em virtude das novas demandas do mercado de trabalho, importante observar, embora seja uma conquista pautada na luta, as reivindicações foram atendidas devido uma demanda mercadológica ao qual o governo sempre foi subserviente. “Os modelos de produção fordista e taylorista, que preponderaram durante os séculos XIX e XX, buscavam a otimização da produção a partir da determinação de um jeito específico de trabalhar, considerado o mais produtivo.” (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p.107). Na ausência das mulheres na tomada de decisões e construção de políticas públicas, as carreiras profissionais são estruturadas sob a égide da visão patriarcal.

O mundo público, da produção e da política, foi sendo construído a partir das práticas dos homens, como espaços privilegiados para os homens. A organização da política, a ideia de partidos políticos, a noção de cidadania foi construída antes de as mulheres terem direito a voto, de modo que as mulheres não eram consideradas sujeitos dessa cidadania. (MORENO, 2014, p.8)

Nesse contexto, a mulher foi sendo agregada gradativamente aos debates sociais e ao mercado de trabalho, sem poder de decisão e subordinada ao domínio masculino. Ainda assim, a escola ampliou o número de vagas e às mulheres foi permitida a educação formal, ao olhar para a podemos constatar que as mudanças que porventura ocorreram no sistema educacional, foram resultados de concessões, ou seja do atendimento as reivindicações, portanto, resultado da luta que se materializaram em conquistas femininas. (ALMEIDA, 1998) Logo, aquilo que foi tido como uma conquista do movimento feminista, revela uma face nada otimista, ao observar a presença feminina no magistério por outro ângulo, constatamos que que na verdade foi uma ilação sob o pretexto da ampliação de direitos, escondia o fato que aos homens não eram mais interessante permanecer nessa função.

#### **4.2.4. A Profissionalização das Mulheres Professoras e a Feminização do Magistério**

Antevendo a discussão proposta fomos buscar o significado de dois termos que

comumente aparecem nas discussões sobre o magistério devido sua semelhança podem gerar equívocos “feminização” e “feminilização” Yannoullas (2011) os conceituou da seguinte forma:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação; Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão. (YANOULLAS, 2011, p. 282)

A autora explica que o termo feminização é abrangente e abarca não apenas o quantitativo, os aspectos simbólicos, como as adaptações feita em torno de uma determinada profissão vinculada a imagem estereotipada criada em torno da figura feminina. Assim embora, sejam hajam termos “feminilização” e “feminização” eles não se constituem como antônimos e sim em complementaridade, adotaremos o termos feminização, por ele ser mais abrangente e estar presente na literatura especializada.

No intuito de romper essa narrativa histórica tradicional, vemos que os estudos sobre a feminização do magistério, ganham espaço de discussão no meio acadêmico, porém de forma tímida, uma vez que a presença da mulher nesse meio seja bem significativa. Para Yanoullas, a feminização do magistério é uma realidade e ela se deu para atender as perspectivas da sociedade capitalista:

Para atender as expectativas no mercado, era necessário um corpo docente a baixo custo, para realizar a grande “cruzada pedagógica” de transformar os súditos coloniais em cidadãos das novas repúblicas: as mulheres latino-americanas passaram a ser consideradas “educadoras por excelência”, visto que eram uma mão de obra barata, eram dóceis e, sem outras oportunidades laborais “decentes”, se tornam mais atrativas. (YANOULLAS, 2011, p. 279)

Para a autora a feminização se dá, por meio de fenômenos que atribuem valores e qualidades tidas como intrínsecas às mulheres, os atributos de sexo que persistem no ideário social. Para a autora o fenômeno da feminização tem dois lados: se por um lado as mulheres transgridem ao ingressarem em espaços tidos como masculinos, do outro elas permanecem ao longo do tempo na mesma profissão, como exemplo: professoras primárias, empregadas domésticas, trabalhadoras da saúde, da indústria têxtil, babás entre outras. Diante da perspectiva machista esse último é um fator preponderante para promover a precarização destas carreiras.

Em seus estudos sobre a Feminização do Magistério Jane Almeida (1998) ressalta que houve um movimento de mão dupla. Para ocorrer a feminização de uma carreira, antes é preciso que haja uma “segregação horizontal”, definida como a concentração de mulheres em atividades entendidas como “femininas”. Inicialmente as condições socioeconômicas que se apresentaram para o século XX que fez com que os homens se deslocassem para outros postos

de trabalho, mais bem remunerados que o magistério. Outro aspecto relevante foi a maior oferta de instrução aliada a imagem da mãe educadora. Nessa conjuntura as mulheres se aglutinaram no magistério brasileiro.

A feminização do magistério no Brasil ocorreu num momento em que o campo educacional se expandiu e a mão-de-obra feminina principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à coeducação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. (ALMEIDA, 2011, p.155)

Assim, aconteceu o processo de feminização do magistério de forma paulatina, pois como ressalta Almeida, a figura feminina sempre foi envolvida pelos preceitos religiosos que estabeleceram o jeito de ser mulher, bem como moldou as perspectivas da sociedade em torno dela, quando a maternidade passou a ser adotada como característica favorável ao exercício do magistério, isso associada ao desejo da mulher seguir uma carreira, ocorreu a feminização.

Em seu estudo “A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente” Cláudia Pereira Viana (2013) pautou seu estudo na busca por compreender a organização sindical docente paulista diante de um quadro de crise final da década de 1990. Momento que a educação vivia um acirramento de crise, observou-se uma falta de fôlego do professorado em incorporar a luta para si, de onde podemos concluir que a sociedade já internalizou a ideia da desvalorização profissional. “[...] rebaixamento salarial e o desprestígio social presentes nas profissões femininas também marcam as distintas etapas da Educação Básica, nas diferentes regiões do Brasil [...]” (VIANA, 2013, 168).

As palavras de Viana apontam que a desvalorização docente se constitui em preconceito de gênero, uma vez que ao longo da escola vemos a deterioração da carreira anos após ano, isso é perceptível se a observarmos ao longo da história da educação. Considerando que a carreira do magistério inaugura o ingresso de brancas, da classe média no mercado de trabalho. O magistério deve ser observado na perspectiva de classe e gênero, uma vez que “O rebaixamento dos salários é uma das características da docência desde o início do século XX, naquele momento mais associado ao curso primário.” (VIANA, 2013, p.167). Desse modo, vemos que são cada vez mais precárias condições de trabalho, essa é mais uma faceta da feminização da docência, aliadas a estratificação sexual da carreira docente.

O desmerecimento apontado pela autora, é velado, embalado por uma perspectiva androcêntrica, que faz a sociedade enxergar que o magistério fora destinada a mulher, pensamento ancorado na presença feminina estereotipada, como aponta Yanoullas (2011).

Em pouco tempo o pensamento que as mulheres eram as verdadeiras educadoras estava enraizado na sociedade, a presença das mulheres no contexto educacional estava consolidada.

“Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente”. (LOURO, 1997, p. 96-97) A profissionalização feminina foi impulsionada por mudanças no cenário econômico, que visava o progresso e a modernização com vistas a atender os apelos do capitalismo que atingiram o Brasil já nos últimos decênios do século XIX.

Para atender as perspectivas do capitalismo fortaleceu-se o discurso que a educação precisava acompanhar o ritmo de modernização, pois era vista como instrumento para o progresso do país foi crescente a ampliação de vagas no magistério.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 65)

Em suas palavras a autora afirma que o capitalismo estabelece critérios que não valorizam as mulheres, essas são relegadas a funções reprodutivas, aquelas menos valorizadas economicamente. A isso se deve a permissão da entrada da mulher com facilidade em determinadas funções, ao passo que as portas se fechavam para outras.

No entanto de forma paulatina ela acessou alguns espaços que antes eram considerados masculinos. Aqui vale lembrar que “No Brasil, até a constituição de 1824, era proibido que mulheres estudassem nas escolas “normais” para meninos. “(DE PENA *et al.*, 2021, p.11), logo as mulheres permanecerem tendo sua capacidade intelectual sendo subjugada.

[...]Este é o caso de pesquisas que até hoje sustentam que, para além das diferenças anatômicas entre os sexos, o cérebro é sexuado, isto é, processa de modo essencialmente distinto, para homens ou mulheres, a linguagem, as informações, as emoções, o conhecimento e tantas outras características, tidas como naturais, que conduziram às distinções de comportamento e de habilidade cognitiva (VIANA, 2013, p. 162).

Todavia, com decorrer do tempo esse processo foi sofrendo mudanças, especificamente na área do magistério. Em pouco tempo as mulheres passaram a superar o número de homens quantitativamente.

No intuito de desvelar “o fenômeno da feminização do magistério no ensino fundamental”, é necessário fazer uma reflexão considerando os percursos sexuais associados historicamente as profissões e dentre estas, perceber como a docência é o espaço que

primeiramente abriu as portas, para a mulher, também como espaço de consolidação da presença feminina massiva. Nesse sentido:

Recuperar a trajetória das mulheres no magistério se configura, num momento em que a profissão é absolutamente feminina, em tirar da obscuridade as professoras que se encarregam no país, há mais de um século, da educação fundamental, apesar das notórias dificuldades enfrentadas por elas, como mulheres e como profissionais. (ALMEIDA, 1998, p.26)

Como aponta Almeida, perfazer o percurso feminino no magistério, por meio de resgate histórico, nos permite lançar luzes sobre alguns pontos que precisam ser revelados como a divisão social do trabalho, que na verdade constitui-se aqui em uma divisão sexual, uma vez que como afirma Fôlha (2019) o magistério brasileiro é feminino. Entretanto, Viana (2002) aponta que nem sempre foi assim, a feminização do magistério aconteceu de forma gradativa até se consolidar, a sua consolidação está fortemente atrelada às questões de gênero que historicamente atravessam a vida das mulheres.

Ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação Básica (composta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), é grande a presença de mulheres no exercício do magistério. (VIANA, 2002, p.83)

Ao observar a constituição atual do quadro docente podemos afirmar que o magistério brasileiro que atua na educação a educação básica é construído majoritariamente por mãos femininas, como aponta Viana (2002).

Para Birolí (2018) a divisão sexual do trabalho está diretamente atrelada a visão que se tem do mundo. Nesse sentido, cabia abrir espaço à mulher no magistério porque “cuidar” é papel preponderantemente feminino. “A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma “inocente” armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais.” (FREIRE, 1997, p.18). Comumente se ouve na escola a frase “Tia, me ajuda?” Essa simples frase proferida por uma criança no ambiente escolar nos parece normal à primeira vista, mas ela é carregada de sentido, nos revela traços machistas da sociedade em uma instituição que escancara diariamente aos estudantes a desvalorização social do cuidado e da mulher profissional.

Na atual formatação do quadro da educação e do magistério vemos que as mulheres chegaram ao final do século XIX conquistando o direito ao ensino superior. Prá e Cegatti (2016) apontam que a consolidação do direito a formação em nível de graduação foi a porta de entrada para a mulher em algumas áreas.

No entanto, como mencionado ao longo do texto respaldados por ícones da luta feminista como Beauvoir (2009) entre outras, o patriarcado é sustentado em grande parte pelas mulheres, atualmente no Brasil, ainda sobrevive um forte apelo do movimento conservador, Souto (2019) destaca que no ano de 2019 as deputadas estaduais do Partido Socialista Liberal (PSL) do estado de São Paulo Janaína Paschoal, Leticia Aguiar e Valeria Bolsonaro apresentaram um projeto de lei que restringe às profissionais mulheres a exclusividade nos cuidados íntimos de crianças na Educação Infantil, como trocar fralda, dar banho e ajudar a ir ao banheiro.

No texto do Projeto de Lei 1.174/2019 as deputadas apontam afirmam que a presença de homens nessa fase da educação deixa as famílias inseguras, em defesa do projeto, a deputada Janaína Paschoal diz que aos homens caberia desempenhar as demais atividades, entre as quais as pedagógicas, esportivas e administrativas. Por isso, a luta continua a fim de desconstruir esta já tão anacrônica divisão social do trabalho.

#### **4.3. Seção III- Ninguém Nasce Professora: Ser Professora, Possibilidade ou Destino?**

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 2009, p.9).

Em suas palavras, Simone de Beauvoir em *O segundo Sexo*, conclama a uma reflexão acerca da condição feminina na sociedade “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, compreendemos a construção da mulher professora, como uma série instrumentos normativos e disciplinadores pré-estabelecidos sob égide do patriarcado que articulado e modela ideias, e práticas sociais como instrumentos norteadores da vida das mulheres, como um todo, inclusive no exercício do magistério.

Nessa seção apresentamos o cenário da pesquisa voltando nosso olhar para as tramas urbanas que abrigam nossa pesquisa, Cuiabá, Goiânia e Palmas, a abordagem foi realizada por meio de do viés historiográfico, partimos do pressuposto que o espaço urbano deve ser o ponto de partida para a discussão dos temas trabalho e gênero ao caminhar progressivamente para o entendimento da condição espacial nos possibilita compreender a existência e reprodução dialética do trabalho e das relações sociais e de gênero.

Apresentamos dados atualizados em relação ao tema disponíveis no banco de dados do Inep e a partir deles nos propomos a uma análise acerca do sistema educacional frente aos números obtidos na pesquisa e o que observamos na escola no cotidiano. Também trazemos um panorama das pesquisas voltadas a essa temática nos programas de mestrado em educação na região norte do país procuramos evidenciar as pesquisas no âmbito do mestrado da região norte, e o que elas nos revelam sobre a feminização do magistério.

Por fim, relatamos as entrevistas realizadas com as professoras participantes da pesquisa, afim de dar voz a elas para que elas exponham por meio de narrativas a suas perspectivas em relação ao exercício da docência e sua implicação em sua vida cotidiana. Dar voz as mulheres professoras aqui representadas, nos permite compreender as origens e os fatores atrelados a sociedade que corroboram com a feminização do magistério na educação básica brasileira.

#### **4.3.1. A Produção Acadêmica dos Programas de Mestrado em Educação da região norte do país**

A UFT instituição que oferece referido curso, logo, o *locus* dessa pesquisa, está situada na região norte. Em busca dos saberes produzidos na direção dessa pesquisa buscamos os trabalhos produzidos nessa região. A região norte é maior região em extensão territorial, abriga os estados: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins.

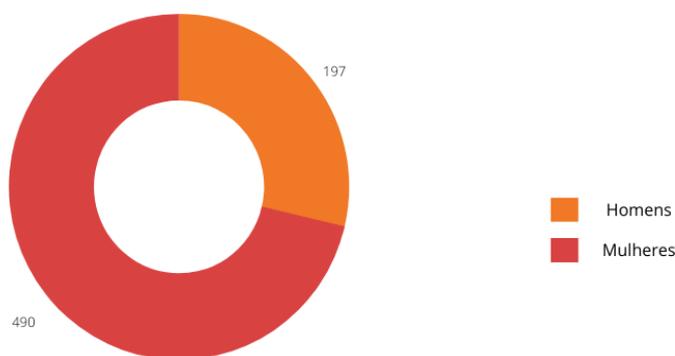
Nos últimos anos, essa região tem se destacado no fortalecimento das universidades públicas. Voltada a qualificação profissional docente, e da produção do conhecimento acadêmico-científico,

A consolidação da valorização da região é fruto da luta de pesquisadores que lutam bravamente no fortalecimento da pesquisa. “A pesquisa com/as minorias nortistas amazônicas nos implicará em refletir currículos com/das diferenças, por isso seus aportes teóricos são importantes na atual conjuntura sócio-política.” (ROCHA, 2019, p. 2). Como afirma o autor é importante considerar as peculiaridades regionais para estimular o crescimento acadêmico da região. O levantamento realizado nessa região, foi direcionado aos programas de mestrado em

educação de 09 universidades: UFAC, INIFAP, UFAM, UEPA, UFOPA, UFPA, UNIR, UERR e UFT. O estudo partiu do primeiro questionamento quantitativos o número de mulheres e homens que concluíram o curso de mestrado nessa região no período de 2017 a 2020.

Levantar o número de mestrandos/as em educação tendo como base os programas de educação do norte nos permite estender o olhar para além da vastidão territorial. Mas principalmente para a contribuição cultural e social dessa região. (ROCHA, 2019). Conhecer a contribuição da região para a identidade cultural representa valorizar os povos que historicamente foram silenciados. Os dados revelados pela pesquisa estruturaram o gráfico 01.

Gráfico 1 Quantitativo de homens e mulheres que finalizaram o curso de mestrado em educação na região norte no período de 2017 a 2020.



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Os dados ilustrados acima apontam que durante esse período 197 homens concluíram o curso de mestrado. Nesse mesmo período o número de mulheres foi 490. Observamos que esses dados refletem que as mulheres são a maioria nos mestrados em educação.

O fortalecimento das universidades públicas da região expandiu o acesso a qualificação profissional, dos profissionais do magistério no últimos anos assim, [...]estamos vivenciando um outro momento formativo no país, provavelmente em detrimento do avanço das políticas educacionais que impõe a obrigatoriedade ao governo em fazer investimentos em todas as áreas da educação como visto nas últimas décadas. (GATTI et al., 2011) aos autores/as afirmam que esses avanços, são resultados que vem na esteira de lutas encampadas na década de 70, junto com a luta pela redemocratização do estado.

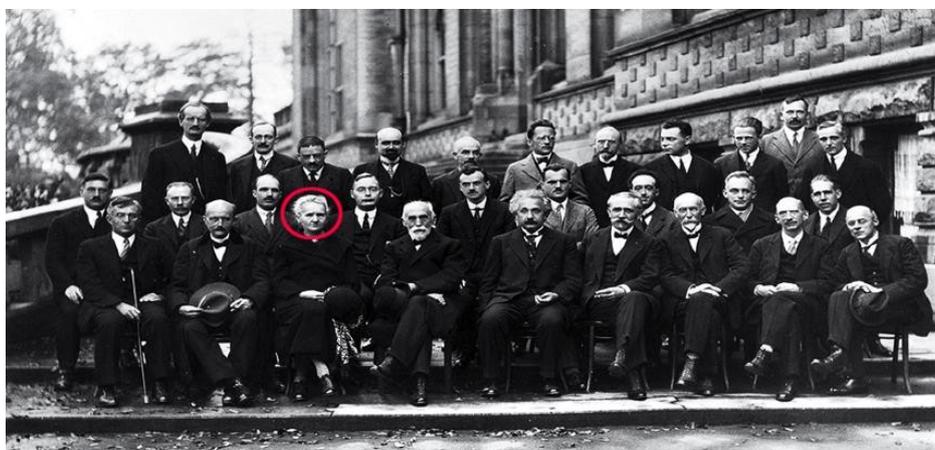
A construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), representa um marco para educação pública brasileira. Documento que preconiza o incentivo a formação docente,

política que se espalhou gradativamente por todo país. Gatti *et al.* (2011) destacam que a região norte por apresentar um vasto território e baixa densidade demográfica. Uma vez que nela está situada grande parte da Amazônia demorou um certo tempo para fortalecer uma rede de formação docente que só aconteceu devido “a forte presença das instituições federais [...]” (GATTI *et al.*, 2019, p.119). A presença das universidades federais oferece a região cursos voltados à formação docente, isso valoriza e incentiva os/as professores/as.

Por meio da representação dos dados acima vemos que a presença feminina no magistério e áreas correlatas é majoritária no contexto brasileiro. Assim sua presença é massiva também nos cursos de mestrado em educação. Ao lançar nosso olhar para outras áreas científicas vemos que sua presença é apagada gradativamente.

A sociedade aceita que o fazer ciência, o ser cientista, assim como tantas outras atividades de prestígio, logo mais bem remuneradas, são territórios culturalmente masculinos. Isso fica evidenciado em diferentes momentos históricos, a imagem ilustra, como exemplo, a imensa desigualdade de gênero na ciência.

Imagem 1 Marie Curie na primeira conferência de Solvay em (1911) é a única mulher dentre 22 notáveis cientistas.



Fonte: Solvay Institute

Ainda de acordo com Salles (2021), a conferência de Solvay, é uma reunião que acontece desde 1911, a cada triênio o evento reúne os principais nomes da física e da química para debater avanços da área e propor discussão acerca das questões que precisam de uma solução nos referidos campos. Será que esse é um lugar adequado para as mulheres?

Atravessamos um século desde a primeira reunião. Na foto oficial do evento da conferência do ano de 2011 vemos há a presença de 02 (duas) mulheres.

Imagem 2 Conferência de Solvay (2011)



Fonte: Solvay Institute

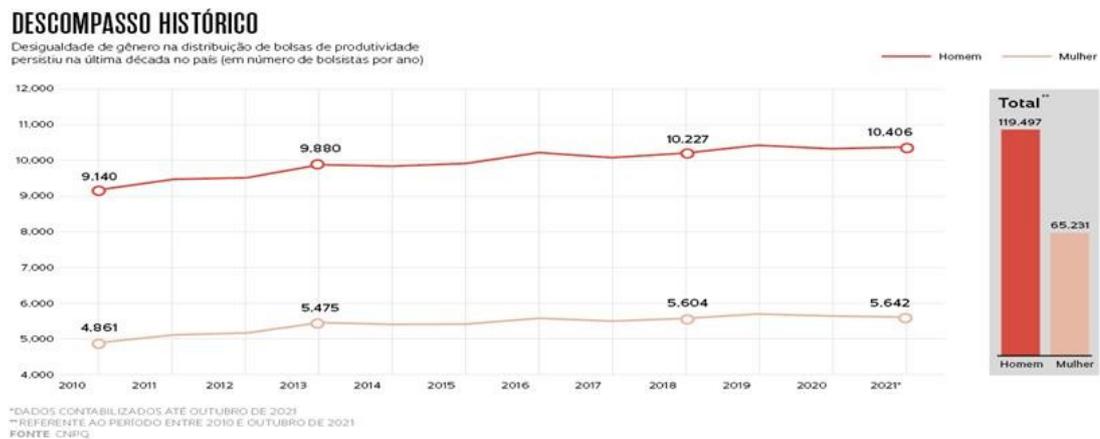
A foto acima revela que pouca coisa mudou. As duas mulheres retratadas são: Eva Silverstein e Lisa Randall, as únicas mulheres entre os grandes nomes da física quântica. A comparação entre as duas fotos nos dá alguma ideia da dimensão de desigualdade de gênero na área científica. Porém, a análise das imagens nos dá uma visão empírica, recorreremos ao que nos apontam as pesquisas. “Desde Marie Curie, em 1903, apenas 17 mulheres receberam o prêmio Nobel da Física, em comparação com 572 homens.” (SALLES, 2021, p. 19) As mulheres ingressaram tardiamente na carreira científica. Até o século XX a ciência não era vista como uma atividade apropriada à condição feminina, pois ela era uma atividade predominantemente masculina. “A mente da mulher não é adequada para as ciências mais elaboradas.” Frase dita Hegel, no século XX. (LEMIE, 2004).

A análise das duas imagens retrata que as mulheres são minorias na área científicas, a nível global. No cenário brasileiro a realidade segue esse mesmo. Nos cursos de graduação, que

contemplam as áreas voltadas para ciências tecnológicas e exatas, a presença da mulher é minoria.

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a (CNPq) a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Imagem 3 Desigualdade de Gênero na concessão de bolsas da CNPq



Fonte: CNPQ

Segundo dados acima há uma disparidade na distribuição em relação ao gênero em determinadas áreas. Das 184.728 bolsas outorgadas entre 2010 e 2021, 64,7% foram para homens e 35,3% para mulheres. Esse descompasso pode ser visualizado na imagem acima.

Em entrevista feita pela revista FAPESP *on-line* Márcia Cristina Bernardes Barbosa, do IF-UFRGS. Única mulher a coordenar o comitê de física e astronomia do CNPq discorreu sobre sua trajetória e afirma que desde cedo se acostumou a ser minoria na sala de aula. “Em uma turma de 40 alunos, éramos apenas quatro mulheres. Ao final do curso, em 1981, apenas eu me formei. Isso me moveu no sentido de pesquisar sobre a disparidade de gênero na pesquisa.” (ANDRADE, 2018).

A constatação da entrevistada vai ao encontro ao que ressalta Lima (2013) o número de mulheres nessas áreas é menor desde a graduação, isso se dá por dois vieses.

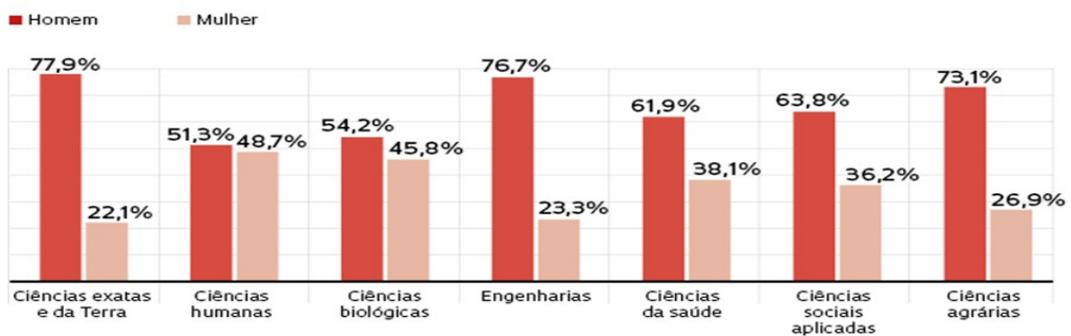
A exclusão vertical, que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e horizontal, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias. (LIMA, 2013, p. 884)

A autora desenvolve seu raciocínio sobre a sub representação feminina nessas áreas. Onde há a exclusão horizontal, o que pode ser averiguado nos dados analisados acima.

A igualdade de gênero na pesquisa brasileira, uma luta histórica. E ainda se faz necessária. Dada a discrepância ainda existente em relação a presença feminina em algumas áreas científicas como ilustra o gráfico a seguir.

Imagem 4 Distribuição de bolsa por área de conhecimento e gênero.

### POR ÁREA DE CONHECIMENTO



Fonte: OLIVEIRA, A. ET AL. CONFIGURAÇÕES. 2021

Fonte: Oliveira, A ET AL. CONFIGURAÇÕES 2021.

A imagem, acima ilustra a discrepância entre homens e mulheres em determinadas áreas de conhecimento. Barbosa e Lima (2013) apontam que as mulheres são segregadas em redutos femininos. Lugares considerados pela sociedade como adequado as mulheres, pois elas são estereotipadas como sujeitos desprovidas das habilidades para desenvolver o conhecimento científico.

Os dados evidenciam às diferenças na proporção entre homens e mulheres. Marcando pelo sexismo algumas áreas tidas como masculina como as: de Ciências Exatas e da Terra e a engenharia.

Tabela 1Quantitativo de mestres e mestradas na região norte no período de 2017 a 2020.

Universidade	Total de Dissertações	Homens	Mulheres
UFAC- Universidade Federal do Acre	84	28	56
INIFAP- Universidade Federal do Amapá	40	14	26
UFAM- Universidade Federal do Amazonas	61	33	28
UEPA- Universidade do Estado do Pará	112	25	87

UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará	96	28	68
UFPA- Universidade Federal do Pará	119	34	85
UNIR- Universidade Federal de Rondônia	69	24	45
UERR- Universidade Estadual de Roraima	57	07	50
UFT- Universidade Federal do Tocantins	81	36	45
<b>Total</b>	<b>719</b>	<b>229</b>	<b>490</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A tabela acima apresenta dados quantitativos por instituição, posteriormente foram categorizados entre pesquisadores e pesquisadoras, afim de comparar os dados perfazendo o percurso acadêmico de gênero na região norte.

Os dados revelam que no total de 719 dissertações, 229 foram produzidas por homens enquanto 490 foram produzidas por mulheres. Considerando que se trata de programas de mestrado em educação, ao analisar os dados é possível articulá-los com a feminização do magistério da educação básica. “As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais.” (KERGOAT, 2009, p.67). Dessa forma homens e mulheres buscam exercer seus papéis de acordo com a expectativa da sociedade.

Rocha (2019) ressalta a importância da “nortização” da pesquisa. O Brasil é um país de dimensões continentais, a ciência precisa se expandir em todo seu território. O sexismo traz prejuízos ao avanço científico. E aponta para um horizonte conhecido, os homens tem mais credibilidade no que tange a construção de uma carreira nessa área. Fenômeno revelado por meio de dados deixa um questionamento válido em relação a regionalização da ciência.

As bolsas CNPq são divididas em categorias e dentre elas há a que visa valorizar a produtividade em Pesquisa (PQ), o questionamento é “Afim, quão mais provável é para um pesquisador homem localizado na região sudeste do Brasil se tornar bolsista PQ em relação a uma pesquisadora mulher localizada na região norte, por exemplo?” (OLIVEIRA et al, 2021, p. 92). Investigações futuras devem dar conta de responder esse questionamento. Para nós configura apenas que ainda existem portas cerradas para as mulheres, existem territórios que são predominantemente masculinos.

Em seus estudos Lima (2008) destaca que na medida que a mulher avança na carreira ela vai encontrando dificuldades, para ilustrar esse fenômeno usa-se a metáfora “teto de vidro” ao se referir as barreiras invisíveis que a mulher enfrenta para a ascensão na carreira científica, ou seja, para chegar ao topo da carreira. Um exemplo de “teto de vidro” é a maternidade, de

acordo com Muller (2021) apenas em 15 de abril de 2021 a plataforma Lattes que abriga o currículo de todos os pesquisadores do país permitiu o lançamento do período de licença maternidade.

Essa conquista se deve a luta das mulheres liderada pela pesquisadora da UFRGS, Fernanda Staniscuaski, pós doutora em biologia, mãe de três meninos, tomou a frente do movimento *Parent in Science* que resultou na medida. Desde então a plataforma permite que os lapsos ligados a produção científica, fato que colocaria a mulher em desvantagem em relação ao homem sejam minimizados e encurtando a distância entre homens e mulheres na pesquisa. Segundo Lima (2008) a maternidade é considerada “o labirinto de cristal”, porque penaliza as pesquisadoras por ser mães.

Nesse sentido, a mulher não ousará explorar novos territórios, no entanto, Schiebinger (2001) destaca que algumas mulheres ousaram a desafiar o pensamento social de suas épocas e conquistaram seus espaços e reconhecimento, a exemplo de Hipátia de Alexandria, a primeira mulher reconhecida na Matemática, e Marie Skłodowska Curie, física polonesa conhecida como Madame Curie, que em 1903 tornou-se a primeira mulher a receber o prêmio Nobel de Física e em 1911 recebeu o prêmio Nobel em Química, tornando-se a primeira cientista a conquistar um segundo prêmio Nobel (NOBEL PRIZE, 2010).

A Ciência é masculina? É sim senhora! (CHASSOT, 2003) discorre sobre as disparidades existentes entre homens e mulheres na ciência, afirma que dos

[...] 174 premiados em Física, há duas mulheres laureadas, ambas divididas com homens; dos 148 em Química, três são mulheres, sendo que em 1964 uma o recebeu sozinha; dos 178 em Medicina ou Fisiologia, sete são mulheres, sendo que apenas em uma oportunidade (1983) foi conseguido sozinho. (CHASSOT, 2003, p. 35)

As lacunas existentes em determinados segmentos sociais, a exemplo da Ciência como exposto por Chassot, denunciam que a sociedade ainda precisa avançar no debate em relação a posição ocupada pelas mulheres, bem como os motivos que direcionam as mesmas a se enquadrarem neste nicho social de acordo com aquilo que está posto no ideário social.

Nossa pesquisa aponta que há uma interlocução entre a cultura da feminização do magistério brasileiro e a formação em nível de mestrado isso é perceptível ao comparar o número de mestras em relação aos mestres. As mulheres são a maioria também nos cursos de mestrados em educação. Dados que nos remetem ao que nos diz Butler (2018) a sociedade cria expectativas diferentes para homens e mulheres, isso não contribui para o avanço de uma sociedade verdadeiramente democrática. “O gênero não pode ser tratado como um *papel* que

expresse ou mascare um “eu” interior, seja esse “eu” concebido ou não como sexuado. (BUTLER, 2018, p.13). Assim, ao deixar cair a venda da estereotipação de gênero teremos homens e mulheres livres para atuar na sociedade da forma que lhes for conveniente. Sobre a formação acadêmica na área da educação atualmente temos:

O contexto atual, registram-se avanços e se confirma, pelas estatísticas, o fato de que as mulheres são maioria na Educação Superior no Brasil. Entretanto, também se confirma a segmentação de gênero nas carreiras acadêmicas e que as mulheres são maioria nos Cursos chamados femininos, socialmente e financeiramente desvalorizados. (SANTOS, 2021, p.56)

As palavras de Santos corroboram com a realidade, no Brasil, somente no texto constitucional de 1988, foi estabelecido a igualdade entre homens e mulheres. Este reconhecimento, contudo, não garante a igualdade, tampouco a equidade de gênero na prática.

Ainda é comum ouvir discursos assentados na divisão sexual de trabalho atribuindo a mulher os trabalhos reprodutivos e ao homem o trabalho reprodutivo. “Se considerarmos que profissão é uma atividade laboral que requer uma preparação ou qualificação específica, a profissão docente redefinida era ideal para as mulheres, pois outorgava uma formação específica para duas funções: professora e mãe.” (YANOULLAS, 2011, p. 279). Os dados nos revelam que a educação básica está baseada em valores patriarcais que balizam a divisão social do trabalho, baseado no sexo como, uma vez que é possível observar a prevalência feminina nos programas voltado a formação de professores/as.

A seleção de dissertações dos mestrados em Educação da rede região norte, foi realizada a partir do título, seguido da análise dos resumos, feita mediante um questionamento: As mulheres enxergam os fatores atrelados a feminização do magistério e suas implicações na sociedade?

Essa pesquisa nos proporcionou conhecer os saberes produzidos acerca da temática, feminização do magistério, nos cursos de mestrados em educação das universidades públicas da região norte partimos nossa investigação, ao todo foram localizados 719 trabalhos e dentre eles 07 (sete) abordavam temáticas relacionadas a gênero e magistério conforme o quadro 01.

Quadro 1 Dissertações de mestrado de universidades públicas da região norte que abordam a temática gênero e magistério.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Área/linha</b>	<b>Universidad e</b>	<b>Ano</b>
<b>A História das Mulheres no Currículo do Curso de</b>	Lilian Fernanda	Formação de professores e	UFC	2017

<b>Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre</b>	Souza Silva	trabalho docente		
<b>Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco</b>	Sulamita Rosa da Silva	Formação de Professores e Trabalho Docente	UFC	2019
<b>Gênero na Educação Superior: Percepções de professoras do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá na perspectiva da decolonialidade</b>	Miquelly Pastana Tito Sanches	Educação, Culturas e Diversidades	UNIFAP	2019
<b>Tudo Aquilo que Sou Perpassa a Minha Existência Enquanto “Mulher Lésbica”: Narrativas de professoras lésbicas das Instituições de Ensino Superior do Amapá</b>	Andressa Costa dos Santos	Educação, Culturas e Diversidades	UNIFAP	2020
<b>Ser Mulher e Filósofa: Narrativas de Superação da Supremacia Masculina na Filosofia</b>	Ana Karem Brito Oliveira	Educação, Culturas e Diversidades	UNIFAP	2020
<b>O magistério brasileiro é feminino: a (re)apresentação da mulher na educação infantil nos dados oficiais de 2014-2018 do governo federal</b>	Jardilene Gualberto Pereira Fôlha	Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes	UFT	2019
<b>Dilemas e desafios para a construção da identidade profissional de professoras iniciantes</b>	Tuany Sarmento da Silva	Formação de Professores e Práticas Pedagógicas	UEPA	2017

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Na análise realizada, com base na leitura dos resumos desses trabalhos, verificou-se que dois trabalhos são voltados para a interseccionalidade termo usado pela sociologia para indicar a desigualdades, bem como a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade.

Esses trabalhos são “Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco” e “Tudo Aquilo que Sou Perpassa a Minha

Existência Enquanto “Mulher Lésbica”: Narrativas de professoras lésbicas das Instituições de Ensino Superior do Amapá.” ambos são estudos qualitativos, que abrangem o universo feminino por diferentes perspectivas, os estudos trazem importantes reflexões acerca da discriminação de gênero vividas por mulheres, a discussão se volta para a dificuldade em “ser mulher” em um mundo atravessado por discriminações de todas as ordens.

A defesa do conceito de gênero, acompanhando o debate internacional, passou a adquirir caráter relacional e a abarcar a definição e a estruturação das relações sociais, englobando as dimensões de classe, raça, etnia e geração na procura de apreensão das distintas formas de desigualdade. (VIANA,2013, p.160)

Continuando a análise temos 02 (dois) trabalhos que fogem do escopo central dessa pesquisa que é a feminização do magistério na educação básica, no entanto optamos por trazê-los dado sua correlação com a temática, são elas “Gênero na Educação Superior: Percepções de professoras do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá na perspectiva da decolonialidade.” e “Ser Mulher e Filósofa: Narrativas de Superação da Supremacia Masculina na Filosofia” Ambos estudos são ambientados no curso superior, e partem de uma abordagem de gênero, são estudos qualitativos que trazem narrativas femininas acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres na docência no ensino superior.

Consideramos a relevância da apresentação desses estudos, pois eles oferecem as mulheres/professoras aquilo que segundo Perrot (2007) há muito lhes foi negado a possibilidade de construir a própria história. “A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso.” (PERROT, 2009, p. 16). Houve um tempo que as mulheres sequer conheciam as letras, esses estudos demonstram que esses tempos ficaram para trás, hoje elas refletem e expõem seus pensamentos de forma sistematizada confrontando as estruturas de poder, o poder do macho.

Seguem mais dois trabalhos que abordam a feminização do magistério na educação básica “A História das Mulheres no Currículo do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre” o presente trabalho faz uma análise documental acerca da presença feminina no currículo da educação básica e estabelece um paralelo com dados coletados por meio de entrevistas. Outra dissertação que aborda a feminização do magistério é intitulada: “O magistério brasileiro é feminino: a (re)apresentação da mulher na educação infantil

nos dados oficiais de 2014-2018 do governo federal” esse é um estudo qualitativo, com base na fenomenologia, esse estudo aborda a feminização do magistério e suas implicações sociais.

A passagem do sexo ao gênero contou com as pistas oferecidas pelos estudos feministas que procuravam minar o poder de um modelo explicativo calcado na imutabilidade das diferenças entre homens e mulheres, recorrendo-se ao gênero para se referir à construção social das diferenças entre os sexos ao longo da história. (VIANA, 2013, p. 160)

Como afirma Viana, o impacto social da construção estereotipada da mulher, é uma construção social, e essa perpassa a divisão social do trabalho, logo é iluminado pelo sistema patriarcal, invisibilizar as mulheres em profissões onde elas são a minoria é uma estratégia para estabelecer uma certa “normalidade”, logo uma conformação social. Uma vez que, “problemas atinentes à discriminação segregam mulheres na esfera do trabalho e tendem a gerar desigualdades salariais, além de dificultar a obtenção de empregos e a ocupação de cargos decisórios na hierarquia profissional.”(PRÁ e CEGATTI, 2016, p. 224)

Por fim, temos o trabalho “Dilemas e desafios para a construção da identidade profissional de professoras iniciantes.” estudo qualitativo que revela os dilemas e os desafios enfrentado pelas professoras em início de carreira, os dados apresentados apontam para a desigualdade de gênero inclusive nos espaços onde as mulheres são maioria “É possível que a transformação revolucionária aconteça diariamente a partir da formação de sujeitos mais conscientes das relações de força e poder convocadas nas interações escolares e em todas as ações humanas.”(BARRETO et al, 2019, p. 16). A educação precisa tomar para si essa discussão em todos seus níveis e modalidades com vistas a ampliar esse debate.

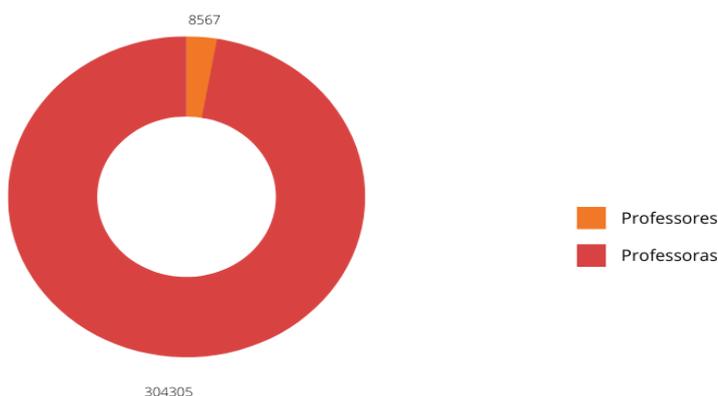
Consideramos que a pesquisa aos bancos de dados possibilitou aceder a um panorama em torno do universo das questões apresentadas nessa pesquisa, que mostram uma lacuna relacionada aos estudos da feminização do magistério. As publicações apresentadas têm como preocupação estudos e discussões sobre representações sociais de professores envolvidos nos mais variados temas e de diferentes áreas de conhecimento, tais como educação, movimentos culturais, tecnologias e educação, saúde e formação docente, porém em um universo de 719 trabalhos inseridos nos banco de dados, se encontram 07 (sete) dissertações que abordam o tema no período dos últimos 4 anos. Assim de acordo com os dados da pesquisa constatamos que há poucas investigações voltadas para gênero e magistério.

### 4.3.2. Feminização do magistério Revelada nos dados

Os dados foram organizados para demonstrar um pouco o contexto da amostra, com a finalidade de analisar a feminização do magistério nas fases iniciais da educação básica: Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental I das redes municipais de Cuiabá, Goiânia e Palmas com os números no âmbito nacional.

De acordo com o Inep em 2021, foram contabilizados 2,2 milhões de professores na educação básica brasileira. Distribuídos pelo sistema educacional, a maior parte atua no ensino fundamental (62,7%), em que se encontram 1.373.693, dentre elas 312.872 atuam na creche, sendo 304.305 professoras e 8.567 professores, os dados da pesquisa estruturam o gráfico a seguir:

Gráfico 2 Proporção de professores e professoras que atuam na Creche em 2021



Fonte: dados do Inep(2022)

Ao analisar o gráfico 02 podemos afirmar que a presença feminina é majoritária na Creche. Um dado importante revelado nesse gráfico é de que nessa fase as crianças são menores e demandam mais cuidados para que possam crescer. Mesmo assim, o ideário do cuidado é visível como tarefa feminina. “O forte caráter feminino da docência, na perspectiva da divisão sexual do trabalho, aponta maioria absoluta de mulheres na Educação Infantil.” (VIANA, 2013, p.166). Nesse segmento, ainda se vê uma desvalorização das professoras, muitas vezes vistas apenas como cuidadoras, e não como educadoras.

Em alguns casos, não é demais afirmar que a educação infantil é vista e percebida pela sociedade como um albergue de crianças e que o corpo docente uma espécie de ama de leite, um papel feminino utilizado no período escravocrata e colonial. No Brasil a carreira docente

foi cunhada sob a perspectiva patriarcal, em que a discrepância entre homens e mulheres é “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.14). Na perspectiva do sexo como destino biológico a demarcação de papéis pré-estabelecidos na sociedade. No entanto, ao aceitar a divisão sexual do trabalho baseado em teorias deterministas, fortalece-se a relação de dominador e dominado, no caso as mulheres sendo sujeitas a dominação.

Assim ao adotar essa perspectiva vamos caindo em armadilhas ideológicas nas diversas áreas, sobretudo na educação como nos alertou Paulo Freire em sua obra “*Professora sim, tia não!*” escrita em 1997, Freire (2015) destaca que a tarefa do “*ensinante*” requer seriedade, formação profissional, preparo físico e emocional, compromisso, para tanto a mulher professora é professora, não é pertencente à família do estudante. A palavra “tia” nos remete a uma relação paternalista voltada a exaltação das características maternas e fortalece a figura estereotipada da professora.

A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. (FREIRE, 2015, p. 9).

Como afirma Freire, ensinar é uma empreitada que requer muito mais que amor e afeto ela exige profissionalismo. Há uma gama subjetividades implícitas na forma de se referir a professora dessa fase de ensino, a ideia que o cuidado é uma incumbência feminina, criada e sustentada pelo estereotipo de gênero. Lima (2018) afirma que é preciso rejeitar a identificação da professora com a “tia” implica tanto em desconstruir a relação do magistério e “ser feminino”, mas, principalmente é assumir uma posição política frente a desvalorização da profissão e da desigualdade entre os gêneros nas relações de poder que se dão dentro e fora da escola.

Ao contrapor a desigualdade de gênero, vemos possibilidade de mudar aquilo que está posto. Em nossa pesquisa constatamos que etapa da educação que abriga a maior concentração de mulheres, é também a que exige menor qualificação profissional. “Um a cada cinco professores da Educação Infantil não tem curso superior.” (ANUÁRIO BRASILEIRO da EDUCAÇÃO BÁSICA, 2021, p.100). Consequentemente tem a menor remuneração, e o menor grau de formação.

#### 4.3.3. Dados do censo escolar referente ao triênio 2019, 2020 e 2021

Segundo o levantamento do censo 2021, atualmente atuam na educação infantil brasileira, 593 mil docentes, dentre eles 96,4% do sexo feminino e 3,6% do sexo masculino. Afim de esmiuçar esses dados, lançamos nosso olhar para as capitais investigadas: Palmas, Goiânia e Cuiabá, tendo referência os dados do Inep no último triênio 2019, 2020 e 2021.

Quadro 2 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes da Creche - 2019																
		Total <sup>1-8</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>9</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	565	552	10	38	182	235	53	19	15	13	1	7	3	2	-	-	-
Goiás	Goiânia	1.733	1.678	53	144	651	555	158	85	32	55	3	14	22	11	2	2	1
Mato Grosso	Cuiabá	413	389	44	60	146	105	23	6	5	24	4	6	10	3	-	1	-

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

Os dados referente ao ano de 2019 nos revelam a presença majoritária das mulheres na creche nas três capitais, distribuídas entre a faixa etária de 24 a 60 anos ou mais, sendo que em Palmas atuavam 552 professoras com maior concentração na faixa etária entre 40 a 49 anos. Contudo, no mesmo período os dados apontam a presença de 13 (treze) professores, sendo 07 (sete) dentre a faixa etária de 25 a 29 anos, início de carreira, período onde há grandes possibilidades de mudanças quanto a trajetória profissional.

Em Goiânia no ano de 2019, atuavam 1.678 professoras, a maioria 661 entre 30 a 39 anos, por outro lado no mesmo período a rede municipal de Goiânia abrigava apenas 55 professores, sendo que a maior concentração 22 (vinte e dois) está entre 30 e 39 anos, assim como as mulheres Goiânia. Já em Cuiabá no mesmo período atuavam nessa fase da educação 389 professoras, a maioria também entre a faixa etária de 30 a 39 anos totalizando 146 professoras, enquanto haviam apenas 24 professores (vinte quatro) e dentre eles a maioria 10 (dez) entre 30 a 39 anos.

Os dados permitem traçar um retrato do corpo docente que atendeu a creche nas (03) três capitais investigadas no ano de 2019. Ele foi composto em ampla maioria por professoras entre 30 a 49 anos, fase da vida que a mulher está saindo da fase reprodutiva e busca a consolidação da carreira profissional. Fôlha (2019) aponta que nessa fase há uma grande concentração feminina ao mesmo tempo que ressalta a desvalorização profissional, consequentemente a baixa remuneração. Fatores que associados tornam a carreira menos atraente aos homens que buscam se dedicar a outras áreas.

À medida que a mulher professora ainda tem sua profissão atrelada a aspectos ligados à maternidade, ao cuidado e à filantropia, ela vivencia à negação do seu reconhecimento profissional. Considerando que essa imagem foi construída histórica e culturalmente voltada aos valores e características femininas, a fim de posiciona-las em situação de desvantagem social. Levantamos os dados do censo de 2020 no intento de coletar dados para analisar o gênero do profissional que atuam nessa etapa de ensino. Os dados coletados ilustram a tabela a seguir:

Quadro 3 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes da Creche - 2020																
		Total <sup>1-3</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>2</sup>															
			Feminino							Masculino								
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	539	526	14	35	163	228	56	24	6	13	1	6	5	1	-	-	-
Goiás	Goiânia	1.724	1.676	31	129	584	568	196	124	44	48	2	8	21	12	1	2	2
Mato Grosso	Cuiabá	443	418	17	55	165	138	27	11	5	25	-	4	15	3	1	2	-

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

No ano de 2020 em Palmas atuaram 526 professoras nas creches municipais, a faixa etária que com maior concentração é de 40 a 49 anos, cerca de 228 profissionais, enquanto no mesmo período foi contabilizado apenas 13 (treze) professores, 06 (seis) entre 25 a 29 anos.

Nesse mesmo período na rede municipal de Goiânia os dados apontam que haviam 1.676 professoras, a maioria delas na faixa etária de 30 a 39 anos, ao mesmo tempo que o levantamento apontou o total de 48 professores, sendo que 21 deles, a maioria está na faixa etária de 30 a 39 anos.

O censo aponta que no referido ano em Cuiabá atuaram 418 professoras, cuja a faixa etária que concentrou um quantitativo maior é de 30 a 39 anos, totalizando 165 professoras. A pesquisa apontou o total de 25 professores, 15 entre 30 a 39 anos. Em todas as capitais no referido ano constatamos que a presença feminina é a maioria, seguindo o padrão do período anterior. Esses dados coadunam com uma pesquisa realizada no ano de 2019. O Inep aplicou por amostragem a pesquisa (Talis), tradução de Teaching and Learning International Survey, realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de avaliar o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores e diretores.

Em sua terceira edição, a pesquisa contou com 48 países participantes. Um dado importante para ser analisado nessa pesquisa é acerca da motivação para o ingresso na docência 67,1% dos participantes da pesquisa indicaram que “o cronograma de trabalho se encaixava nas

responsabilidades da minha vida pessoal. Outra questão foi Docência como primeira escolha de carreira e as repostas das mulheres brasileiras totalizaram 69,7% enquanto 56,2% dos homens responderam que sim.” (ANUÁRIO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Persistindo no intento de levantar por meio dos números a feminização do magistério seguimos analisando os dados do ano de 2021 que estruturam o quadro a seguir.

Quadro 4 Número de professoras da Creche por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes da Creche - 2021																
		Total <sup>a</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>b</sup>															
			Feminino									Masculino						
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	448	433	7	29	133	179	50	22	13	15	1	5	6	3	-	-	
Goiás	Goiânia	1.504	1.460	26	88	459	536	197	107	47	44	2	6	16	14	3	1	2
Mato Grosso	Cuiabá	502	474	13	46	150	158	58	31	18	28	-	4	14	4	2	3	1

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

O quadro acima aponta que de acordo com o censo (2021) o número de professoras que atuam na creche em Palmas-TO é de 433, distribuídas em diferentes faixas etárias a concentração maior de professoras é entre 40 a 49 anos, 179 mulheres/professoras. De acordo com a mesma fonte no referente ano o total de professores atuantes na mesma rede é de 15, a faixa etária com maior concentração é entre 30 a 39 anos totalizando 06 (seis) professores atuando na creche. Já no município de Goiânia, em 2021 atuaram 1.460 professoras, seguindo o mesmo padrão da capital anterior a maior aglutinação está na faixa etária de 40 a 49 anos. Apenas 44 professores atuaram nessa fase da educação, e a maioria na faixa etária de 30 a 39 anos.

Em Cuiabá, no ano de mesmo ano 474 professoras atuaram na creche, e a faixa etária de 40 a 49 anos abrigou o maior número de professoras, enquanto apenas 28 professores atuaram nessa modalidade, sendo 14 entre 30 a 39 anos. Os dados acima, seguem o cenário nacional quanto a presença feminina nessa etapa de ensino e isso nos remete ao que nos diz ALMEIDA (1996) a sociedade vê a docência para a mulher como um prolongamento das funções domésticas, assim instruir e educar crianças, é tido como missão, vocação inerentes à natureza feminina, enquanto para a professora representa uma maneira aceitável de obter uma carreira profissional sem prejuízos a sua função doméstica. Ou seja, o magistério consiste em um reduto de mulheres.

Ao observar as etapas subsequentes da educação básica, vemos que a discrepância entre homens e mulheres segue, a divisão sexual do trabalho no magistério pode ser observada na Pré- Escola, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 5 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019

Unidade da Federação	Município	N.º de Docentes da Pré-Escola - 2019																
		Total <sup>(1)</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>2</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	496	468	6	38	205	168	26	15	10	28	2	8	10	8	-	-	-
Goiás	Goiânia	1.943	1.818	51	215	734	581	138	71	28	125	3	19	61	25	10	4	3
Mato Grosso	Cuiabá	1.411	1.260	39	103	451	435	139	62	31	151	9	24	56	34	11	12	5

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

No ano de 2019, na Pré-Escola da rede municipal de Palmas atuaram 468 professoras, a faixa etária que abrigou o maior número de professoras foi a de 30 a 39 anos, já a mesma rede contabilizou 28 (vinte oito) professores, 10 (dez) entre 30 a 39 anos. Vemos aqui mais uma vez a discrepância entre o quantitativo de homens e mulheres na educação.

Enquanto na cidade de Goiânia, no mesmo período 1.818 professoras, 734 professoras entre a faixa etária de 30 a 39 anos. O total de professores nessa mesma época foi de 125 professores, sendo que 61 deles estavam na faixa etária de 30 a 39 anos. Os dados revelam que em Cuiabá, no ano de 2019 atuaram 1.260 professoras, a maioria delas na faixa etária de 30 a 39 anos, enquanto atuaram 151 professores, sendo 56 entre 30 a 39 anos.

Aqui podemos constatar a divisão social do trabalho, por meio da apresentação dos números. Como ressalta Lerner (2019) ao lançar um olhar para a sociedade fica evidenciado que os papéis sociais delimitados respectivamente para o gênero feminino e gênero masculino, bem como e os comportamentos que dizem serem próprios de cada um deles, foram transmitidos por meio dos hábitos, costumes, valores morais, regramentos jurídicos, e foram também introduzidos através de representações simbólicas, integrando, deste modo, a cultura.

Ao avaliar os números da educação é inegável que há uma divisão social do trabalho, e o magistério permanece sendo uma profissão majoritariamente feminina, fato que persiste ao longo dos anos, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 6 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020.

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes da Pré-Escola - 2020																
		Total <sup>a</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>b</sup>															
			Feminino								Masculino							
		Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	
Tocantins	Palmas	539	512	4	40	190	223	30	14	11	27	1	9	12	4	1	-	-
Goiás	Goiânia	1.956	1.840	42	169	667	636	180	91	55	116	2	16	54	26	9	7	2
Mato Grosso	Cuiabá	1.107	984	26	76	360	347	101	49	25	123	3	17	55	31	5	8	4

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

Na cidade de Palmas, nos anos de 2020, 512 professoras atuaram na Pré-Escola, sendo que dentre elas 223 na faixa etária de 40 a 49 anos, 27 professores 09 (nove) entre a faixa etária de 25 a 29 anos. Nesse mesmo período em Goiânia, atuaram 1.840 professoras, 667 delas estavam na faixa etária de 40 a 49 anos. Enquanto 116 professores atuaram nessa fase da educação no mesmo período, e dentre eles 54 professores entre 30 e 39 anos. Enquanto em Cuiabá 984 professoras atuaram nessa fase da educação, a faixa etária com maior concentração é a de 30 a 39 anos totalizando 360 professoras, nesse mesmo período atuaram 123 professores, 31 professores entre 40 a 49 anos.

Ao observar esses dados reunidos, mais uma vez contamos a concentração das mulheres no magistério brasileiro, essa discrepância indicada por meio dos números expressa que “o conceito de divisão sexual do trabalho, ao contrário, é um conceito transversal, por raciocinar sobre o conjunto do trabalho socialmente fornecido.” (KERGOAT, 2014, p.18). Todavia, no plano econômico a desigualdade é atrelada a divisão social do trabalho, o trabalho é dividido na sociedade, a divisão social do trabalho em uma acepção sociográfica é baseada no senso comum amparada no determinismo biológico, comumente o trabalho é classificado em atividades masculinas e atividades femininas.

Almeida (2019) aponta que “alocar às mulheres a responsabilidade educativa das crianças sempre foi uma proposta defendida vigorosamente nos meios políticos e intelectuais brasileiros, por meio de uma mentalidade forjada nos moldes da herança cultural portuguesa.” (ALMEIDA, 1998 p.30). Associar aptidões ao gênero, implica em uma segregação entre homens e mulheres e isso contribui para a desigualdade entre os sexos no campo profissional. Seguimos buscando por meio de dados a feminização do magistério, para isso analisaremos o quadro a seguir.

Quadro 7 Número de professoras na Pré-Escola por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes da Pré-Escola - 2021																
		Total <sup>1-a</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>2</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	470	444	8	22	157	207	26	14	10	26	1	7	11	6	1	-	-
Goiás	Goiânia	1.819	1.707	49	138	583	590	185	101	61	112	4	12	42	35	8	6	5
Mato Grosso	Cuiabá	1.021	914	20	73	285	319	131	60	26	107	4	19	47	22	7	7	1

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

No ano de 2012, em Palmas atuaram 444 professoras na Pré-escola, a maior concentração delas está na faixa etária de 40 a 49 anos. Enquanto o número de professores totalizou 26, dentre eles a faixa etária com maior concentração 30 a 39 anos, reuniu 11 professores.

Nesse mesmo período em Goiânia atuaram 1.707 professoras a maioria delas 590 estavam na faixa etária de 40 a 49 anos, já no correntes anos atuaram 112 professores, 42 entre a faixa etária 30 a 39 anos. Em Cuiabá, 914 professoras atuaram nessa fase de ensino, 319 professoras na faixa etária de 40 a 49 anos. Já 107 professores atuaram na mesma fase de ensino, dentre eles 47 estavam na faixa etária 30 a 39 anos.

Ao analisar esses dados, constatamos que eles convergem com a feminização do magistério e apontam que as 03 (três) capitais são caracterizadas pela presença massiva de mulheres nas fases iniciais da educação básica, fenômeno crescente no magistério brasileiro. Sobre essa questão Louro, enfatiza que se trata de “uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadores, portanto nada mais adequado que lhes confiar a educação escolar dos pequenos” (LOURO, 2004, p. 450). Assim, o sistema educacional brasileiro transferiu à mulher professora o êxito pelos objetivos do projeto pedagógico, nas primeiras fases da educação.

Quadro 8 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2019

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2019																
		Total <sup>1-7</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>2</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	1.067	831	14	41	302	368	61	32	13	236	9	19	99	86	16	5	2
Goiás	Goiânia	4.993	4.423	80	313	1.523	1.528	524	290	165	570	21	70	219	150	55	30	25
Mato Grosso	Cuiabá	2.788	2.449	65	160	656	882	350	223	113	339	7	42	122	76	38	36	18

Fonte: Inep (BRASIL, 2019).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2019 em Palmas atuaram 831 professoras, dentre elas a maioria está na faixa etária entre 40 a 49 anos, enquanto nesse mesmo

período atuaram 548 professores, a maioria 218, estão na faixa etária de maior concentração masculina 30 a 39 anos. Enquanto em Goiânia nesse mesmo período atuaram 4.423 professoras a maioria está na faixa etária de 40 a 49 anos, 1.523 professoras Goiânia, nesse mesmo período atuaram 570 professores, 219 estão na faixa etária de 30 a 39 anos.

Nesse mesmo período, na rede municipal de Cuiabá, atuaram 2.449 professoras a maioria delas 882 entre a faixa etária de 40 a 49 anos, nesse mesmo ano 339 professores atuaram nessa fase da educação em Cuiabá, a maioria deles 122 estavam na faixa etária de 30 a 39 anos.

A presença massiva da mulher nas fases iniciais da educação aponta que [...] a feminização do magistério foi um processo natural e consideram que professores e professoras sempre foram capazes de ter desempenhos igualmente satisfatórios, embora a mulher fosse mais adequada por ser "mais meiga e mais amorosa". (ALMEIDA, 1998, p. 163). Assim, podemos concluir que esse processo aconteceu entre outros fatores a um forte apelo emocional feito as mulheres, e essas permanecem ao longo da história tomando para si o papel de educar, aliado ao papel de cuidar, atos intrinsecamente ligados a maternagem, ou seja a relação de acolhimento e segurança da criança.

Quadro 9 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2020

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2020																
		Total <sup>1-7</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>8</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	1.056	825	10	40	279	359	85	38	14	231	9	24	84	93	11	6	4
Goiás	Goiânia	4.711	4.137	58	293	1.311	1.498	511	293	173	574	16	73	204	163	52	36	30
Mato Grosso	Cuiabá	2.216	1.909	37	137	534	677	256	172	96	307	12	37	117	75	28	24	14

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

Em 2020, na rede municipal de Palmas, atuaram 825 professoras nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que a maior concentração delas estava na faixa etária de 40 a 49 anos, 359 professoras. Nesse mesmo período atuaram 27 professores nessa mesma fase de educação, a maior concentração deles totalizando 12 estava na faixa etária entre 30 a 39 anos.

Nesse mesmo período em Goiânia, atuaram 4.137 professoras, dentre elas 1.498 estava na faixa etária de 40 a 49 anos, enquanto nesse mesmo período o censo contabilizou o total de 116 professores, a maior concentração deles estava na faixa etária de 30 a 39 anos, 54 professores. No número de professoras que atuaram em Cuiabá nesse período totalizou 1.909 professoras, 667 delas estava na faixa etária de 40 a 49 anos, enquanto 123 professores atuaram nesse mesmo período, na mesma fase da educação, dentre eles 55 professores estava na faixa etária de 30 a 39 anos.

Os dados analisados seguem indicando a feminização do magistério brasileiro, logo a estereotipação da profissão docente, de acordo com Almeida (2006) cria barreiras que refletem diretamente na visão da criança em relação a sociedade, a estereotipia sexual, classifica os sexo e atribui a cada um, padrões de comportamento predeterminados na escola faz com que a criança normalize a divisão social do trabalho, logo ela tende a se aproximar a determinadas carreiras em detrimento da outra, desconsiderando as próprias habilidades.

Quadro 10 Número de professoras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por faixa etária nas capitais: Cuiabá, Goiânia e Palmas no ano de 2021

Unidade da Federação	Município	Número de Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2021																
		Total <sup>1-7</sup>	Sexo e Faixa Etária <sup>8</sup>															
			Feminino								Masculino							
			Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais	Total	Até 24 anos	De 25 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 54	De 55 a 59	60 anos ou mais
Tocantins	Palmas	1.016	780	12	36	243	362	81	33	13	236	6	20	78	108	14	7	3
Goiás	Goiânia	4.623	4.052	72	253	1.241	1.469	536	309	172	571	15	54	211	172	60	37	22
Mato Grosso	Cuiabá	2.315	2.006	33	125	539	695	301	195	118	309	13	49	112	78	31	21	5

Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

No ano de 2021 em Palmas, atuaram 780 professoras, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dentre elas a maior concentração está entre a faixa etária de 40 a 49 anos o total de 362, enquanto nesse mesmo período atuaram 236 professores maior concentração na faixa etária de 40 a 49 anos totalizando 108 professores. Já no mesmo período em Goiânia atuaram 4.052 professoras nessa mesma fase de ensino, sendo 1.469 entre a faixa etária de 40 a 49 anos, enquanto atuaram 571 professores, dentre eles a maior concentração 211 faixa etária 30 a 39 anos. Em Cuiabá atuaram 2.006 professoras, 695 entre a faixa etária de 40 a 49 anos. No mesmo período atuaram 309 professores, dentre eles a maior concentração está na faixa etária de 30 a 39 anos, o total de 112 professores.

Durante o triênio de 2019 a 2021, encontramos nas três capitais os traços da feminização, esses dados coadunam com a realidade de todo o território nacional, Fôlha (2019) apontam que “A presença das mulheres na docência é marcante, principalmente nas primeiras etapas da educação básica, fenômeno que se iniciou com a feminização do magistério e continua na contemporaneidade.” (FÔLHA, 2019, p. 98). Essa afirmação, nos leva a compreensão de que as relações sociais, em especial as de classe e de sexo, sempre estiveram presentes no magistério brasileiro, logo se entrelaçam como relações de poder, são determinantes na constituição dos papéis individuais e sociais.

Ao analisar as tabelas anteriores vemos que a docência na educação básica é uma atividade majoritariamente feminina. Esta constatação está assentada nas informações fornecidas pelas secretarias das escolas onde atuam as participantes da pesquisa, dados

confirmados via contato telefônico. Os dados referentes às (03) três escolas investigadas estruturam o tabela a seguir.

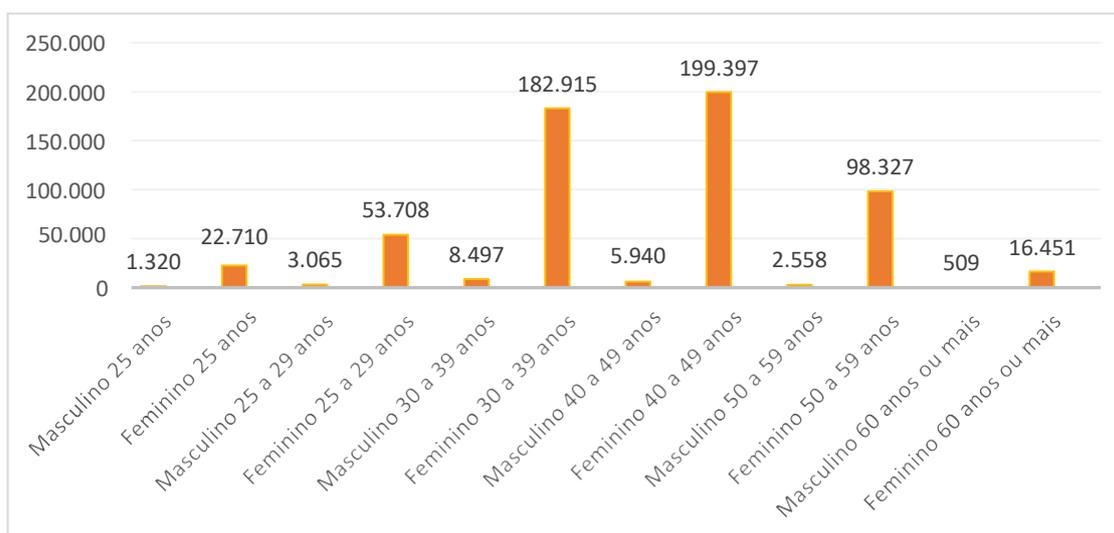
Tabela 2 Número de professoras e professores nas escola investigadas

Escola	Número de professores	Número de professoras
CMEI Criança Cidadã- Goiânia	0	09
Escola Municipal Professor Lenine de Campos Póvoas	3	34
Escola Municipal Thiago Barbosa Aurenny II- Palmas	8	17

Dados da pesquisa (2022)

Os dados fornecidos pelas escolas foram cruzados, com os dados nacionais e esses confirmam a feminização da docência, com base nos dados do Inep (2021) constatamos que na educação infantil brasileira, atuam 595 mil docentes. Sendo que 96,3% são do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino. A distribuição das idades se concentra nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, as informações coletadas estruturam o gráfico03.

Gráfico 3 Número de docentes na Educação Infantil, segundo a faixa etária e o sexo em 2021



Fonte dados do Inep (2022)

O gráfico acima apresenta o perfil etário do magistério brasileiro, nele é possível constatar que em todas as faixas etárias há discrepância entre os sexos, assim é possível constatar a feminização do magistério brasileiro na educação infantil, por meio dele é possível afirmar que a presença massiva das mulheres na educação brasileira inegável. Uma vez que de

acordo com o último senso escolar, em um total de 2.189.005 de docentes da Educação Básica, 79,42% (1.738.512) são mulheres, ou seja, elas são pilares do magistério brasileiro.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino (LOURO, 1997, p. 77).

Em suas palavras Louro destaca que a escola é um espaço generificado. No passado ela foi um espaço dominado pelos homens, onde as mulheres não eram bem vindas, cenário diferente do atual, onde vemos a prevalência da presença feminina. No entanto, elas compõem a maioria no corpo docente da educação básica, com maior concentração nas fases iniciais, isso se dá sobretudo pela associação errônea da profissão docente a um “dom” ou “vocação” feminina.

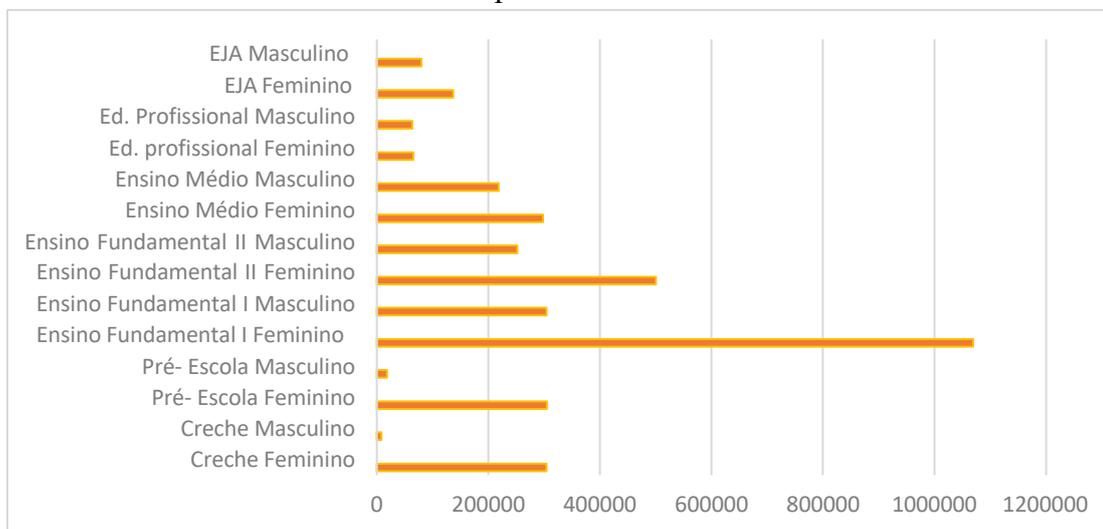
Um outro dado relevante a cerca da feminização do magistério diz respeito à desigualdade salarial: já que as mulheres que atuam profissionalmente na educação trabalham principalmente nos níveis iniciais e no âmbito municipal, sua remuneração tende a ser mais baixa de acordo com o (CENSO, 2020), essa realidade é consolidada ao longo do tempo, baseado na suposição que:

A professora possuía vantagens comparativas em relação aos professores, pois políticos e pedagogos da época afirmavam que “as mulheres instruem menos, porém educam mais”. Além disso, se as mulheres tinham sido definidas como as responsáveis pelas crianças no lar, nada mais razoável do que encomendar a elas a transição para o mundo do público com a transferência de responsabilidade sobre o ensino das primeiras letras. (YANOULLAS, 2011, 279)

A autora traz à tona alguns dos equívocos que reverberam no senso comum e se constitui em um argumento contundente capaz de convencer a sociedade, inclusive a professora, assim a desigualdade salarial é naturalizada, de acordo com o censo (2020) uma professora recebe em média R\$ 3.294 mensais, enquanto os professores recebem R\$ 3.706, uma diferença de 12%, a diferença salarial nesse caso está atrelada ao nível de formação.

Todavia, com a evolução das etapas de ensino, a presença delas diminui gradativamente, realidade revelada nos dados do Censo Escolar de 2021, esses dados estruturam o gráfico04.

Gráfico 4 Composição de Docentes na Educação Básica Distribuição por Gênero e Etapas de Ensino em 2021



Fonte dados do Inep (2022)

O gráfico ilustra a composição do magistério brasileiro, nele é possível constatar que que toda educação básica há uma concentração maior da presença feminina, mas que nas fases iniciais a discrepância é maior nas fases iniciais como fora mencionado anteriormente.

Os dados do Inep (2021) também apontam a distribuição feminina nos diferentes estágios da educação, se apresenta da seguinte forma: Creches 97,37%, na fase da Pré-escola 94,44%, enquanto no Ensino Fundamental 78,09%, já no Ensino Médio 57,77%, na Educação Profissional 50,19%, e por fim na EJA (Educação de Jovens e Adultos) 63,02%.

Almeida (2014) atribui esse fato há uma construção social que consiste em uma ideia voltada para a imagem da mulher professora que se constitui na tríade mulher-mãe-professora, como se a mulher fosse a única capaz de conduzir a educação das crianças pequenas sem, pois, ela é capaz de construir laços fortes de amor com as crianças, e essa seria a premissa fundamental o exercício da profissão.

[...] a ampla presença feminina chancela nas políticas públicas o que temos de pior em termos de discriminação de gênero: o rebaixamento salarial e o desprestígio social presentes nas profissões femininas também marcam as distintas etapas da Educação Básica, nas diferentes regiões do Brasil. (VIANA,2013, p.168)

Concordamos com a autora quando ela destaca que a estratificação da docência, que está diretamente atrelada a desvalorização ausência de políticas públicas voltada as melhorias nas condições de trabalho, a carreira do magistério ao ser vista como um reduto feminino, não

é valorizada pela sociedade, pois essa alicerçada nos pilares do patriarcado entende que é função do homem sustentar a família, assim, a mulher professora estaria apenas exercendo sua função guiada pelo destino biológico o de amar, cuidar e ensinar.

Isso se materializa em lacunas existentes nas políticas públicas refletem sobretudo, na formação profissional, isso reverbera diretamente na qualidade do serviço oferecido a população.

Imagem 5 Professores da Educação Básica Por nível de escolaridade e etapa de ensino – Brasil – 2020 (Em %)

	Ensino Superior			Ensino Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Fundamental
	Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação			
Educação Infantil	79,1	37,2	41,9	14,3	6,3	0,3
Ensino Fundamental	88,4	44,3	44,1	7,2	4,2	0,2
Ensino Médio	97,1	49,8	47,3	0,8	2,1	0,1

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte: MEC/Inep/DEED

A imagem acima nos permite analisar quantitativamente a formação profissional dos/as professores/as da educação básica: na Educação Infantil do referido ano apenas o total de 37,2% concluiu a pós-graduação 41,9% cursaram a graduação e 41,5% possuía apenas a graduação, enquanto 14,3% cursaram o ensino normal/magistério, enquanto 6,3% concluiu apenas o ensino médio e apenas o total de 0,3% tinha apenas o ensino fundamental. Esses dados apontam que em 2020 os/as profissionais que atuam na Educação Infantil ainda haviam atingido na totalidade a formação prevista na legislação vigente.

Dentre os professores/as que atuaram em 2020 no Ensino Fundamental 44,3% cursaram a pós-graduação, enquanto 44,1% concluíram a graduação, o total de 7,2% chegaram apenas ao nível do magistério, já 4,2% possuíam apenas a formação em nível fundamental, ainda restam 0,2% dos profissionais atuantes na educação que cursaram apenas o Ensino Fundamental.

As lacunas formativas estão atreladas a ineficiência do poder público no sentido de apresentar soluções para que esse problema seja sanado, o descaso do poder público levantado no movimento escola nova persiste até hoje porém “é chocante constatar que as mesmas críticas formuladas em 1932 são quase todas cabíveis ainda hoje.” (SAVIANI, 2005, p. 2). Uma vez que a educação brasileira ainda não avançou a ponto de inserir novas pautas, suas demandas

ainda estão em torno de temas basilares como estrutura, formação docente e valorização profissional.

Ao lançar nosso olhar para o Ensino Médio os dados apresentam que 49,8% dos professores/as pós-graduação, enquanto 47,3% concluíram apenas a graduação, já 0,8% chegou apenas a fase do magistério, 2,1% cursou somente o Ensino Médio e ainda persiste 0,1% que permanece apenas com o Ensino Fundamental.

Aqui podemos observar que mesmo dentre os professores/as que atuam no ensino médio ainda existem aqueles que não conseguiram realizar a graduação. As carreiras docentes são estruturadas em níveis e classe na medida que o profissional avança na qualificação vai elevando o nível, conseqüentemente o salário aumenta, no Brasil:

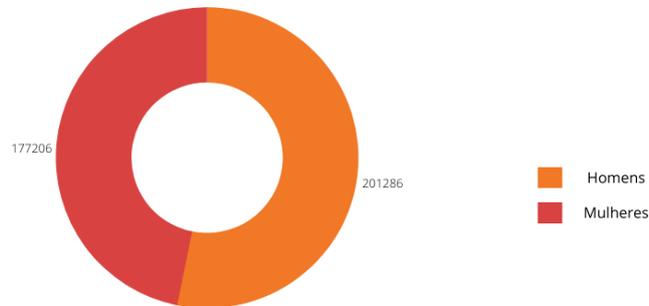
O processo formativo mais estruturado de professores acompanhou a lentidão com que a educação básica se desenvolveu no Brasil, um país que revelou, ao longo de seus governos, pouco interesse pela educação básica de sua população. Inicialmente para as poucas escolas existentes se tratou do atendimento aos alunos por professores leigos com algum tipo de estudo, ou, por pessoas que, mesmo com pouca escolaridade, eram recrutadas para ensinar as “primeiras letras”. (GATTI *et al*, 2019, p.20)

As palavras dos autores apontam que há uma disparidade entre os percursos formativos dos/as professores/as brasileiros. As fragilidades das políticas voltadas a formação docente recaem sobre a sociedade de forma negativa, pois comprometem a qualidade da educação.

Ao observar que a Educação Básica abriga a maioria das professoras, outro ponto relevante precisa ser observado. Nas fases iniciais a concentração de mulheres é maior, logo essas são justamente as fases que demandam menor qualificação profissional conseqüentemente, as remunerações são mais baixas, o prestígio social é ínfimo e o exercício da função exige mais da professora, pois nessa fase as demandas por cuidado são maiores.

Embora os dados anteriormente apresentados nos revelem que a mulher compõem a maioria no magistério brasileiro, ao analisar a docência no Ensino Superior, a situação se inverte como mostra a “Sinopse Estatística da Educação Superior 2021”, elaborada pelo Inep com base nas redes pública e privadas, vemos que número de docentes, em exercício e afastados totaliza 378.492 , sendo que 201.286 são homens e 177.206 são mulheres, organizamos esses dados no gráfico a seguir;

Gráfico 5 Ensino Superior proporção de docentes de acordo com o sexo



Fonte: Inep (BRASIL, 2021).

O gráfico acima demonstra que o percentual de mulheres no Ensino Superior é de 46,77%, considerando que de acordo com o IBGE (2021) as mulheres são a maioria na sociedade brasileira 51,8%, essa disparidade aparece justamente no Ensino Superior onde estão os maiores salários, justamente por ser a fase que exige maior qualificação. Os dados observados sinalizam que a desigualdade entre os sexos ainda permanece significativa que nos levam a concordar com Kergoat (2014) quando ela nos diz que: “A apropriação e a exploração da força de trabalho feminino formam um todo coerente e devem ser levadas em conta quando estudamos as modalidades da divisão sexual do trabalho.” (KERGOAT,2014, p.18). Ao lançar nosso olhar para a divisão sexual do trabalho constatamos que a feminização ocorre com maior incidência nas carreiras menos valorizadas. Isso não se dá ao acaso, são inúmeros os fatores imbricados nesse contexto.

Apesar da luta, as mulheres ainda não conseguiram ter igualdade de condições no que concerne à formação necessária para ingressar os níveis mais altos, e, por conseguinte, obter remunerações melhores. Assim, vemos a precarização das relações de trabalho na docência, de modo mais acentuado nas fases iniciais da trajetória educacional. Fato que indica uma demanda de transformação na educação brasileira, onde as mulheres/professoras tem um papel imprescindível.

#### 4.3.4. Narrativas de mulheres professoras e as tramas urbanas

A pesquisa chega a esse ponto, com a intenção de fazer ressoar a voz das mulheres e por meio da escuta compreender como elas se enxergam neste universo imbricado entre

relações de trabalho e de gênero. Para isso foram realizadas as entrevistas com as professoras, a fim de evidenciar suas percepções sobre a feminização do magistério. Consideramos importante compreender as principais motivações dessas mulheres para ingressar na carreira docente e se concentrarem nela, em busca dessa compreensão, foi necessário ir além de um recorte teórico ou mera uma análise numérica, para que fosse possível dar voz às professoras conforme os contextos urbanos de cada uma.

Cabe ressaltar que ouvir mulheres, se constitui em uma atividade complexa, uma vez que elas tendem a permanecer em silêncio. De acordo com Perrot (2007) as mulheres ficam em silêncio, porque foram silenciadas ao longo da história. Entendemos que conceder esse espaço as mulheres para que elas possam construir as próprias narrativas se constitui em uma oportunidade ímpar para a pesquisa, as histórias das mulheres e transcreve-las também é a dar vida a pesquisa. Uma vez que ao longo desse estudo constatamos por meio de diferentes fontes que a história sempre foi contada por homens sobre outros homens, relegando a participação das mulheres a um papel coadjuvante nessa construção, salvo pequenas interferências que alteram detalhes, nunca o todo.

O silenciamento feminino negou a construção da verdadeira história da humanidade, logo a apagou a participação feminina na construção da história do país é de grande relevância, algumas aqui representadas, outras apenas citadas como a índia, escrava, senhora, proprietária, operária, cigana, mãe de santo, parteira, nobre, professora, esposa, mãe, prostituta, boia fria, política, cientista, chegando na mulher atual, emancipada que constrói seu destino. E nesse processo de construção da identidade que hoje ela se dedica a educação por opção e não por destino. Fazendo diferença na na educação especialmente nos primeiros anos da escolaridade, assume um papel de extrema relevância, em nome das professoras reverenciamos todas as mulheres que com suas mãos participam ativamente da construção dessa nação.

Dessa pesquisa participaram três mulheres, que aceitaram o desafio de compartilhar suas histórias para que fosse possível compreender a feminização do magistério, suas narrativas nos permitem conhecer um pouco da vida cotidiana de 03 (três) mulheres/professoras, afim de evidenciar como aspectos sociais, políticos e estruturais influenciam na vida das professoras, logo na feminização do magistério. O convite foi estendido a várias mulheres, todas aceitaram, porém para algumas não foi possível dar continuidade ao trabalho por incompatibilidade de horário, outras deram seu aceite, mas não possuíam os critérios elencados na pesquisa: ser concursada, tempo na rede municipal ser superior a 20 anos e estar atuando na função de sala de aula atualmente.

O processo de entrevistas iniciou-se sem amostra previamente definida. A primeira entrevistada foi convidada por ser próxima da pesquisadora, as demais por indicação de alguém que conhecia a pesquisadora. Todas entrevistas foram previamente agendadas. As entrevistas possibilitaram traçar algumas linhas e refazer o percurso da mulher no magistério por meio de suas percepções em relação a carreira e a rotina diária. Os principais temas abordados na entrevista versaram sobre: ingresso na docência, formação, feminização do magistério, objetivos de vida, trabalho, inspiração, desafios na carreira e a luta, valorização por parte da sociedade, políticas públicas, mudanças na educação e retrocessos, desigualdade de gênero, autocuidado, vida financeira, maternidade e a realização, laicidade na escola e a percepção de mudanças na escola.

As participantes da pesquisa, não terão suas identidades reveladas, consideramos importante o anonimato das entrevistadas para que estas pudessem se sentir à vontade ao discorrer sobre sua vida cotidiana sem ressalvas. Assim, com o objetivo de garantir o anonimato, e reforçando a discussão presente na pesquisa, com o uso de nomes fictícios que não foram escolhidos de forma aleatória. Eles fazem referência a mulheres reais, professoras brasileiras, cujas trajetórias inspiraram outras mulheres, dessa forma pretendemos homenageá-las. Os nomes elencados foram: Anália, Bertha e Márcia. Anália, em homenagem a Anália Franco, começou lecionar aos 16 anos e como professora primária. Anália trocou seu cargo na Capital de São Paulo por outro no interior, e em dada ocasião, alugou uma casa velha para servir como escola, pagando de seu próprio bolso um valor correspondente à metade de seu salário.

Para conseguir o dinheiro da alimentação, pedia esmolas pessoalmente, junto com seus alunos, que ela chamava, em seus escritos, de “meus alunos sem mães”. Com uma grande visão de futuro, ela escreveu livros didáticos e pedagógicos, que existiam em pouco número em português, e ainda montou uma tipografia para imprimi-los. Foram 71 escolas criadas por Anália Franco, além de albergues e asilos para crianças órfãs, entre outras instituições. Não à toa, ela recebeu, como homenagem, o título de “Grande Dama da Educação Brasileira”.

O nome Bertha, o nome foi escolhido para homenagear Bertha Lutz, de acordo com Souza (2009) foi uma das maiores feministas brasileiras, determinante para o movimento de igualdade de gênero no país. Estudou Ciências Naturais na Universidade Sorbonne (França) e levou o que conheceu do movimento feminista para o Brasil. Em 1919, quando chegou ao Brasil, candidatou-se a um cargo público no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, mas teve sua inscrição negada por ser mulher.

Ela, então, fez um apelo à Justiça, com o respaldo de Rui Barbosa, e pôde fazer o concurso. Foi aprovada em primeiro lugar e trabalhou lá como professora por mais de 40 anos. Em 1933, formou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, e depois de 3 anos, assumiu seu primeiro cargo político, como suplente depois da morte de Cândido Pessoa, deputado titular. Seu trabalho político foi tão importante que ela se tornou uma das quatro mulheres escolhidas entre 850 pessoas para participar da redação da Carta das Nações Unidas.

Márcia, em homenagem a Márcia Cristina Bernardes Barbosa, professora do IF-UFRGS, professora universitária e pesquisadora brasileira. Única mulher a coordenar o comitê de física e astronomia do CNPq, graduada em Física, Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, reconhecida pela ONU mulher, como uma das "Sete cientistas mulheres que moldam o mundo."(ANDRADE, 2018)

Para situar o leitor, torna-se imprescindível construir o perfil das participantes que colaboraram para a parte qualitativa da pesquisa. A idade das entrevistadas variou entre 50 e 56 anos, todas se declaram casadas, mães, católicas, todas atuam nas fases iniciais da educação básica, 02 (duas) formadas em Pedagogia e 01 (uma) em Educação Física, todas tem especialização, concursadas há mais de 20 (vinte) anos em suas respectivas redes.

As entrevistadas possuem carga horária que varia entre 20 (vinte) horas sendo que 16 (dezesesseis) horas em sala e 04 (quatro) horas atividades em Cuiabá, já em Goiânia a carga é de 30 (trinta) horas sendo que 20 (vinte) são cumpridas em sala de aula e percentual de 10 (dez) horas são destinadas a hora-atividade e podem ser cumpridas em casa. Enquanto em Palmas são 40 horas e dessas 16 horas são destinadas a hora-atividade sem a obrigatoriedade do cumprimento total em sala de aula. No intuito de compreender a feminização do magistério brasileiro, se faz necessário conhecer os espaços onde essa mulheres atuam, nesse sentido buscamos aqui fazer uma retomada histórica referente a formação espacial das três capitais, as mesmas foram construídas em contextos históricos distintos, em tempos diferentes. Consideramos importante essa retomada, pois iremos além da apresentação de dados, mas analisaremos em uma perspectiva fenomenológica os fatores que estão relacionados ao nosso objeto de estudo, uma vez que;

*A fenomenologia, se por um lado traz elementos importantes para analisar o imaginário e não foi desconsiderada neste percurso, por outro, o seu trajeto é a redução até chegar à essência, portanto improvável diante da compreensão de uma realidade urbana que acreditamos caminhar em direções móveis e múltiplas. (SILVA, 2010, p. 29).*

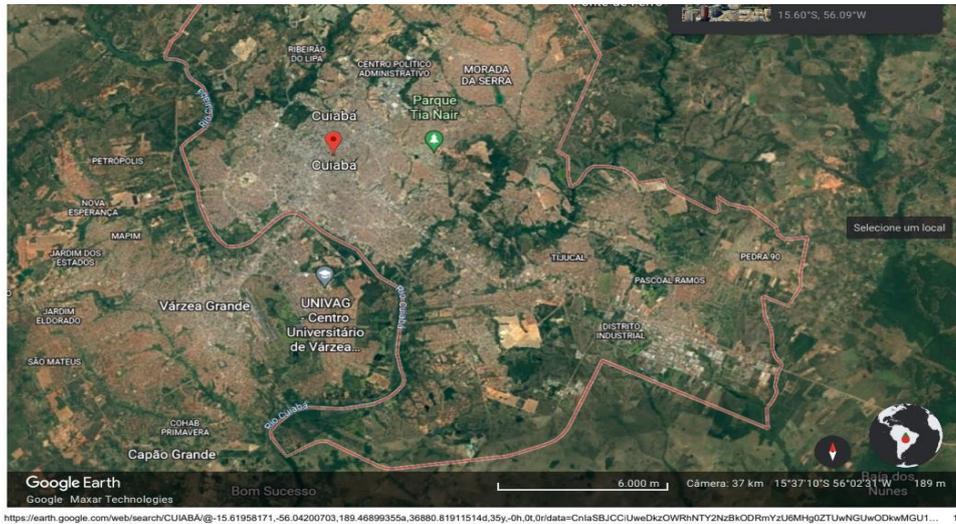
Assim, como nos aponta a autora, fazer um panorama espacial pode nos revelar algumas possibilidades que apoiam nossa investigação, buscamos conhecer as cidades, o contexto urbano, porque é neles que as professoras vivem e trabalham. “Na dimensão do urbano é que são materializadas as vivências do ser humano, é que ocorre a reprodução do cotidiano e ficam evidentes os movimentos, as realizações e as manifestações individuais e coletivas.” (CAETANO, 2014, p. 76). Nossa perspectiva está alinhada com a autora, pois entendemos que para uma análise plural, precisamos de um olhar múltiplo, por isso ressaltamos a importância da compreensão do espaço como um meio de subsidiar nossa investigação “a feminização do magistério”.

Uma vez que objetivamos compreender como esse fenômeno recai sobre a vida das mulheres e da sociedade. Fazemos um passeio pelo espaço urbano afim de caracterizá-lo, para fornecer alicerce ao nosso estudo. Desse modo, conhecer o contexto urbano, sob os aspectos: históricos, sociais e estruturais, nos possibilita buscar entendimento acerca da vida das trabalhadoras frente a ele, o lugar que elas vivem. “A multiplicidade é a sua primeira realidade e não forma, necessariamente, uma unidade. Os elementos múltiplos relacionam-se e dessas relações resultam devires.” (SILVA, 2010, p.58). Nesse sentido, vemos que alguns elementos urbanos estão intrinsecamente ligados a vida da mulher/professora.

E é mediante a junção desse emaranhado histórico e político que estão abrigadas as mulheres que fazem educação, assim aqui ancoramos nossa pesquisa e buscamos compreender os aspectos ditos e não ditos, bem como, suas implicações na sociedade.

#### **4.3.5. Cuiabá: uma Capital fundada no final do século XIX**

Imagem 6 xxx



Fonte: domínio público

Territórios são construções no espaço, sobre o espaço. “O Brasil de algum modo se tornou o seu espaço só *se tornou* efetivamente o Brasil depois de o ter.” (ARAÚJO, 2000, p.9). Nessa perspectiva surge o estado de Mato Grosso, surge como o fecho simbólico e concreto do domínio português sobre as terras brasileiras.

A região foi a última alcançada pelo processo de desbravamento da América do Sul. (ARAÚJO, 2000). A conquista do território Mato-grossense como nos demais conquistados na época do Brasil colônia se deu em meio a conflitos, assim em busca do ouro, bandeirantes saíram em marcha para o interior do Brasil, uma vez que nessa época a população brasileira se concentrava na faixa litorânea.

Siqueira (2009) afirma que o registro histórico desse período se deu por meio da confecção de uma ata de fundação, datada somente anos depois da data anunciada, uma vez que Cuiabá em 1719, sequer existia, mas serviu como documento fundador das minas mato-grossenses.

Assim se inicia a história de Cuiabá em meio a uma disputa territorial entre os povos nativos e aqueles que chegavam no intento de encontrar os tesouros escondidos nessas terras. Em outras palavras o confronto é travado entre os filhos da terra e aqueles que vem para explorá-la, levar seus tesouros, assim, logo após a descoberta aurífera, esse território foi reconhecido, “submetida, hierarquicamente, ao centro de poder instalado em São Paulo, a vila de Cuiabá

transformava o Mato Grosso numa área reconhecida, mas periférica.” (ARAUJO, 2012, p. 43). Teve seu território colonizado gradativamente

A partir da metade do século XVII, Jesus (2012) aponta que inicialmente o território foi denominado o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) o ponto mais avançado até 1734. Como tempo, arraiais, povoados e edificações militares foram criados ao longo da linha de fronteira. Cuiabá foi consolidada a capital de Mato Grosso em 1.835.

Então, intensifica-se o processo de urbanização ainda nos moldes do império, onde não há uma “política urbanizadora centralizada”. Azevedo (2005). Com a passagem da monarquia para a república, um processo de urbanização que se caracteriza pela concentração populacional em consequência de uma política de estado do governo Getúlio Vargas na década de (1940) denominada “marcha para o oeste” que visava integrar economicamente a Amazônia ao restante do país, sob o *slogan* “integrar para não entregar” assim Cuiabá e outras cidades vão ganhando novos contornos urbanísticos. Contudo, Cuiabá segue os padrões do processo de urbanização da época, sem planejamento. Garcia (2010) aponta que até o início do século XX o crescimento urbano era pouco significativo no Brasil, porém começava estabelecer uma relação com o comércio exterior, o que evidenciava o caráter explorador colonial econômico. Hoje Cuiabá e a metrópole de um conjunto de cidades, apresenta um contraste urbano.

A aglomeração no espaço urbano requer uma organização política. Logo se fez necessário regularizar a instrução, por meio da escola “O Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional.” (SAVIANI, 2004, p. 17). Assim, o Ato Adicional, se constitui na fragmentação da educação pública brasileira. Nesse sentido “a instrução, em seus níveis elementar e secundário, não era considerada com “assunto de interesse geral da nação”. (RIBEIRO, 2001, p. 48). Gradativamente o tema educação passou a permear os debates do campo político.

Com o interesse das mulheres em ingressar nas Escolas Normais, em pouco tempo o ensino primário estaria reservado às mulheres, já o ensino secundário e superior aos homens.” Nessa direção, era solucionado o grande drama anterior: a falta de professores. As mulheres, certamente, não faziam questão se seu salário atrasasse, pois, ou era ela provida pelo pai, caso solteira, ou pelo marido. (SÁ e SIQUEIRA, 2006b, p.121). Nessa perspectiva como ressaltam os autores, houve a consolidação da divisão, do trabalho de acordo com o gênero. Gomes (2017)

ressalta que em Cuiabá divisão sexual do trabalho docente é evidenciada desde o início da educação estatal, fenômeno observado até hoje. Nossa primeira entrevistada, atua em Cuiabá a chamaremos de Anália, de acordo com o exposto acima, ela 51 anos, católica, parda, casada, mãe de 02 (dois) filhos, Escola Municipal professor Lenine de Campos Póvoas Bairro Jardim União Cuiabá, 25 (vinte e cinco)anos leciona com educação física, tempo de concurso 22 (vinte e dois) anos, ao longo de sua carreira trabalhou apenas 02 (anos) fora da sala de aula período que atuou na Secretária de Educação, alega não ter gostado da experiência, formada em Educação Física Licenciatura Plena concluído em 1998 pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e especialista em Mora em Várzea Grande-MT e atua em duas redes municipais: Cuiabá e Várzea Grande.

Em sua entrevista nos revela que a princípio, não se via professora suas pretensões passavam longe da sala de aula, mas desde que iniciou o curso de Educação Física, a escola abriu as portas para ela, e assim ela iniciou sua carreira.

*[...]Eu caí de paraquedas na educação, prestei vestibular para Ciências Contábeis, para História aí pensei, vou fazer aquilo que eu realmente gosto. Eu tinha emprego bom, plano de saúde, pensei se eu passar eu largo tudo, fiz vestibular para Educação Física e era para ser assim, passei, larguei tudo e vivi os próximos 04 (quatro) anos na “pindaíba”, estudando de dia e “quebrando o galho de noite”, e final de semana trabalhando, fazendo uma série de coisas para poder segurar a faculdade na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mas assim que eu passei eu já comecei trabalhar na escola, a Escola Nova Pedagogia (ENP), me chamaram para ser recreadora aos finais de semana, assim eu comecei [...] (ANÁLIA, 2022).*

O relato de Anália vai ao encontro do que nos aponta Alvarenga e Viana (2012) com o aumento da escolarização feminina e as mudanças no mercado de trabalho, a mulher foi inserida em algumas carreiras, ao passo que persiste uma “inserção excluída”, que as autoras definem como reserva de alguns postos de trabalho às mulheres.” atualmente mais, de 70 % das mulheres ativas no mercado de trabalho continuam empregadas em profissões consideradas femininas, como é o caso das fonoaudiólogas, nutricionistas, biblioteconomistas, cozinheiras e professoras.” (ALVARENGA e VIANA, 2012, p. 8). Essa realidade mascara a divisão sexual do trabalho, pois aparentemente há vagas disponíveis para o ingresso das mulheres em todas as áreas.

Retomamos aqui a discussão do “labirinto de cristal” apresentando por Lima (2008) a divisão social do trabalho acontece de forma subjetiva, onde a mulher se sente apta para determinadas áreas, por meio da influência da sociedade, assim ela abraça determinadas

carreiras e as segue perpetuando a ideia do lugar de mulher, sem perceber que desafios são impostos ao longo da carreira, para que ela persista em permanecer nesse lugar.

No magistério, vemos presença massiva das mulheres, no entanto não temos uma unidade, sobretudo quando se trata do coletivo de luta pela defesa de melhorias na carreira. Anália, discorre acerca do sindicato, ressalta que atualmente o mesmo não atende mais suas perspectivas.

*[...]Sou sindicalizada, mas vejo o sindicato enfraquecidos, as mudanças foram muito bruscas, não vejo mais a força do sindicato, percebo que ele mascara, mas não defende mais o professor como foi antigamente vejo ele cada dia mais tendencioso, não confio mais.[...] Lembro que quando era universitária nossas greves tinham mais força Não atribuo isso só a dirigência sindical, mas também a apatia da categoria, a falta de mobilização que são de uma certa conivente, não querem mais ir para a greve, enfrentar a luta. (ANÁLIA, 2022)*

A percepção de Anália, aponta que o país atravessa um momento desafiador quanto as organizações populares, há uma crescente onda de desmonte de direitos conquistados, desde a redemocratização em 1985 serviços como: saúde, educação, meio ambiente, cultura e seguridade social, entre muitos outros direitos sociais, direitos que são garantidos na Constituição brasileira de 1988, graças à ampla mobilização popular. No entanto, “Esse processo, iniciado durante a ditadura militar e que encontrou seu ápice na década de 80, durante o movimento de redemocratização, garantiu ao povo brasileiro a inclusão de significativas conquistas na lei maior do país, muitas delas até hoje não implementadas. (PELANDA e PIPINIS, 2021, p. 89). Assim, a luta pelos direitos dos trabalhadores/as ficou a cargo das instituições sindicais que protagonizaram momentos importantes na luta. Hoje as instituições sindicais têm sido atacadas e estão ruindo, perdendo a credibilidade diante da sociedade.

Isso ameaça os direitos sociais conquistados por meio da luta, uma vez que perdemos direitos, as mulheres são atingidas diretamente, principalmente as mulheres professoras, uma vez que persiste no ideário social a ideia que a mulher é vocacionada a ser professora ela não dará as costas ao ofício mesmo diante da precarização do trabalho, afirma Almeida (1998).

Anália, alega que por ser formada em Educação Física no início viveu situações de preconceito por ser mulher e atuar em uma área que comumente aglutina um número maior de homens no contexto escolar, segue seu relato

*[..]Já sofri preconceito de gênero em processo de mudança de escola, quando assumi aulas que anteriormente eram regidas por homem. Quando eu cheguei ouvi, “mulher, não vai dar conta, não, toda arrumadinha.” [...]Mas, já enfrentei muitas situações como separar brigas de adolescentes, alguns nem era meus alunos, e mostrei que não*

*há distinção entre homem e mulher e sim a importância da figura do professor disposto a intervir na hora. Vejo que eles valorizam mais homens, principalmente em escolas de periferias, porque é cercada de muitos problemas sociais[...] Eles respeitam mais a figura masculina, fazem piadinhas, mas eu com minha simplicidade pensei “não vou deixar o fato de ser mulher atrapalhar, também não vou brigar, já vi cenas tristes como adolescentes fumando maconha atrás da quadra, não vou lá brigar chamar eles de maconheiros, vou trazê-los para o meu lado e conquistá-los, nunca excluí-los. Tive problemas mas nunca pensei em desistir, consegui contorná-los, ganhar a confiança desses meninos, passaram a ser meus aliados e não deixar ninguém atrapalhar minha aula[...] (ANÁLIA, 2022)*

As palavras de Anália confirmam a consolidação de carreiras tidas como masculinas, ou femininas acarreta um grande desafio a sociedade. A estereotipação da profissão de acordo com o gênero, pode ser usada como baliza, fato que influencia negativamente o ingresso e o desempenho profissional para homens e mulheres.

Vale ressaltar que “[...] o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente.(BUTLER, 2018, p. 3). Assim, determinadas carreiras passam a ser menos atraente a um determinado grupo e passam a ser desvalorizadas.

*[...]Trabalho em 02 (duas) escolas em municípios diferentes demoro 01 (uma) hora no trânsito, eu chego em casa só para almoçar, não sento para almoçar, só almoço mesmo e sair novamente, levar filho na escola e ir para outra escola. Terminou é buscar filho, deixar em casa, voltar para fazer hora-atividade na escola e as capacitações que tenho que fazer[...] Agora almoço em casa, antes eu não tinha habilitação eu me locomovia por meio do transporte público, ia de uma escola direto para a outra, mas agora com habilitação e o caro eu consigo vir para casa e passar um tempinho com minha família. Isso facilitou minha vida, mesmo que seja corrido é bom vê-los um pouco. Minha mãe me ajuda, ela chega cedo ela cuida da casa, do almoço, na hora que saio eu deixo meu filho na escola, ela em sua casa sigo para a escola, a noite ainda acompanho meus filhos em suas atividades, mas, em minha casa sou a única mulher, homens folgam, se você assume todas as tarefas e não reclama eles ficam tranquilos assistindo televisão, jogando, brincando [...] Enquanto eu não ajudam. É uma questão de pedir, apenas. Quando eu era mais jovem dava conta de fazer tudo sozinha, mas hoje me sinto mais cansada. Eles estão crescendo, peço ajuda, antes eu achava que era minha obrigação fazer tudo hoje eu entendo que podemos dividir as tarefas e eles me ajudam[...] (ANÁLIA, 2022)*

Kergoat (2009) afirma que o papel desempenhado por homens e mulheres não está destinada ao determinismo biológico, mas sim atrelada a uma construção social. A divisão do trabalho “[...] como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.” (KERGOAT, 2009, p. 67). Portanto, o que persiste é a divisão do trabalho produtivo, o que tem recompensação financeira e o reprodutivo, aquele realizado no âmbito doméstico, realizado gratuitamente pela mulher.

Assim, “O trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica ficou durante muito tempo “oculto” nas estatísticas, “esquecido” nas análises econômicas e no debate político, pois escapava da ideia do trabalho produtivo de que o “tempo é dinheiro”. (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p.105). É possível perceber que essa ideia está imbricada no âmbito familiar, pois comumente o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade da mulher, e quando as tarefas são distribuídas com outros membros da família, é tida como ajuda e não responsabilidade de todos/as. “As relações sociais, em especial as de classe e de sexo, que se constituem como relações de poder, são determinantes na configuração das temporalidades individuais e sociais.” (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p.106). Logo, a mulher assume a responsabilidade de gerir a vida domiciliar em detrimento do bem-estar dos demais membros da família.

Enquanto os homens gastam 10 horas semanais, as mulheres gastam 20,8 horas semanais com “afazeres domésticos” (que envolvem desde atividades de manutenção da casa, como a limpeza, até atividades que garantem a reprodução da vida, como o preparo de alimentos e o cuidado com as pessoas). No período entre 2002 e 2012, houve redução na quantidade de horas que as mulheres despendem, porém não se verificou aumento na participação masculina nas tarefas domésticas. (MORENO, 2014, p.9).

A redução do tempo feminino dedicado as atividades domésticas apontado pela autora, não se dá porque houve uma redistribuição das atividades domésticas, mas sim devido ao avanço tecnológico, o mercado apresenta uma gama de aparelhos tecnológicos que facilitam a realização dos trabalhos domésticos.

Assim como a grande maioria das professoras brasileiras, Anália alega que costumeiramente traz atividade da escola para realizar em casa, ou seja, as atividades escolares encurtam o tempo de trabalho das professoras e alcança a vida cotidiana, comprometendo os momentos de lazer e descanso.

*[...]Sempre trago trabalho para casa, estou vendo televisão estou aqui trabalhando, faço porque gosto, gosto de agradar. Hoje tive uma discussão com uma professora que argumentou “não tenho tempo de fazer lembrancinha, essa não é minha obrigação.” respondi “não fazemos isso por obrigação, fazemos por amor, pelo coração vivemos em um tempo de coração, não de obrigação, eu faço para minhas 08 (oito) turmas enquanto você tem 32 alunos[...]* (ANÁLIA, 2022)

Destacamos aqui a naturalização da “exploração” do trabalho feminino como regra, que sequer é questionada pela mulher, ”a exploração, por sua vez, é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes.(QUIRINO, 2015, p. 234). A mulher no mercado de trabalho está sujeita também a opressão, pois muitas vezes ela não é reconhecida por seu trabalho, tampouco tem direito a verbalizar sua insatisfação, expor suas ideias e seu ponto de vista e ao mesmo tempo ela está sujeita a exploração que é perceptível em vários aspectos dentre eles a desigualdade salarial,

comumente as mesmas atividades desempenhadas pelas mulheres têm remuneração mais baixa em relação ao homem.

Nas sociedades capitalistas, a mulher padece dessa dupla carga: a opressão, o preconceito, a marginalização pela sua condição feminina e, por outro lado, a exploração econômica, imputando-lhe uma dupla jornada como trabalhadora doméstica e assalariada. (QUIRINO, 2015, p.235)

Como nos aponta Quirino (2015) quando a mulher se torna economicamente ativa, ela se depara com a hierarquização de determinadas funções. Questionamos Anália quanto a sua percepção em relação a valorização profissional, sua resposta refaz a trajetória da educação e aponta sua preocupação com aqueles que estão iniciando a carreira.

[...]Percebo que ao longo dos anos melhorou muito a questão estrutural, a disponibilidade de material, mas a valorização do professor eu não vejo, ao mesmo tempo que dão com uma mão, tiram com a outra [...] conquistamos tantas coisas ao longo do tempo, hoje estamos perdendo, estamos retrocedendo. Vão retirando nossos direitos, cada vez está mais difícil, exemplo temos que trabalhar muito mais agora para poder aposentar. Estou em final de carreira, mas penso em quem está começando que terá que trabalhar muito mais, para chegar a uma aposentadoria digna, ainda que a renda diminua, minha preocupação é depois de aposentar a briga que enfrentaremos com o salário defasado [...] (ANÁLIA, 2022)

De fato, o que vemos é a falta de valorização da carreira docente, principalmente nas fases iniciais, onde há maior concentração de mulheres o que reforçam a divisão sexual do trabalho, assim a feminização do magistério é apontada como um dos fatores que contribuem para a desvalorização dessa carreira. Prá e Cegatti (2016) destacam que a presença feminina em algumas áreas de ensino é inversamente proporcional a valorização de cada nível de ensino, ao observar o quadro docente do ensino superior, vemos que a maioria são homens, mestres e doutores, recebem salários maiores, possuem maior prestígio social, ao mesmo tempo na educação básica, maioria mulheres, recebem menores salários e são pouco reconhecidas pela sociedade.

Conseqüentemente na educação básica é a fase que requer mais empenho e dedicação por parte do profissional, pois é onde o investimento público também é mais escasso. “No Brasil, o gasto com o estudante do Ensino Superior é quase quatro vezes maior do que o gasto com o estudante da Educação Básica. Essa diferença é duas vezes maior nos países da OCDE.” (ANUÁRIO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 122). Isso faz com os profissionais, sintam-se obrigados a encontrar soluções para que eles possam ofertar um trabalho de qualidade, para isso muitas vezes a saída é a subtração de sua própria renda.

[...]Eu já trabalhei em escola que eu tive que comprar o meu material para dar aula, enquanto meus colegas dizem “não vou gastar meu dinheiro” respondo “minha preocupação não é o dinheiro, mas sim fazer bem feito meu trabalho, que aquilo que eu gosto de fazer, não vou deixar de fazê-lo porque não tem material, vou comprar, sim. Vou dar uma boa aula, isso não pode ser desculpa para eu não dar uma boa aula,

escola não tem. [...]Eu sempre tenho esse hábito de adquirir minhas coisas, sou muito perfeccionista, não gosto de fingir que estou trabalhando. Gosto de estar junto, vamos fazer material, amo fazer reaproveitamento, trabalhar com sucata, reaproveitar materiais, com frequência catei cesto de lixo da sala de aula, levei para aula de Educação Física para brincar, as professoras ficavam procurando, depois lembravam “a professora de Educação Física deve ter levado para a quadra”[...] Minha sala de aula era imunda, a limpeza da escola não era estendida para a quadra, demorou um tempo para que a escola entendesse que a quadra é uma sala de aula. Eu pegava vassoura, rodo e limpava, secava a quadra quando chovia, sempre com a ajuda de meus alunos que estão sempre comigo. Nunca deixei de dar aula [...] (ANÁLIA, 2022)

As palavras de Anália ilustram os desafios da profissão do magistério que, a princípio, foi pensada como dever sagrado e sacerdócio por conta da tradição religiosa que atribuiu ao ato de ensinar o sentido vocacional. Almeida (1998) afirma que aos poucos essa realidade foi mudando “[...] na segunda metade do século XX, alvo de denúncias de proletarização e desvalorização, ora colocando professores e professoras como vítimas do sistema, ora como responsáveis pelos problemas educacionais que afligiam o país. (ALMEIDA, 1998, p. 15). Essa instabilidade cria novos contornos em torno do magistério em virtude do descaso do poder público, isso atinge diretamente as mulheres que são a maioria, assim o apelo emocional prevalece e elas continuam exercendo sua profissão dedicadas, como podemos ver nas palavras de Anália:

[...]Minha visão é de que ser professora é como ser mãe, o pai naturalmente é mais distante dos filhos, não se sente integrante na educação dos filhos. A mulher professora é muito mais dedicada ao cuidado, a professora se envolve, mais vejo que o homem, ele dá sua aula e isso fica na escola, Isso é trabalhar com amor, reconhecimento para mim vem do meu aluno, eu não me importo com mais nada só com ele, porque esse me dá aquilo que me deixa gratificada, mais feliz, o reconhecimento do aluno. As vezes encontro com muitos deles adultos que me dizem “professora, como nos divertimos na sua aula.” Isso me deixa feliz, eu me importo com o ser humano, não apenas com o aluno [...] (ANÁLIA, 2022)

Em sua afirmação, ressoa a ideia de que a mulher professora traz para si a responsabilidade de manter a educação, sob a alegação da compensação afetiva, da valorização profissional por parte dos estudantes e familiares. Aqui reside um dos desafios em relação a feminização das profissões:

[...] feminização do magistério é interpretada nos poucos estudos que registram a composição sexual da categoria, pois o fazem de maneira preconceituosa, considerando o modelo de trabalho assalariado masculino como universal e inquestionável. O modelo de trabalho assalariado feminino é observado como uma especificidade sobre determinada por características não profissionais ou domésticas. (YANOULLAS, 2013, p.46)

De acordo com Yanoullas, a escola é vista como uma instância social em que doméstico e público se articulam e a maneira afetiva e personalizada, assim se apresenta as portas abertas para a profissionalização das mulheres e essas poderiam se acolhidas e se sentir integradas ao mundo do trabalho.

A inserção das mulheres no magistério se constitui em uma oportunidade a mulher, estratégia de autovalorização profissional por meio do reconhecimento das comunidades onde desempenham seu trabalho. Desse modo, se torna gratificante para a mulher se dedicar a carreira que em suma representa mais que um trabalho remunerado, mas um trabalho reconhecido, esse reconhecimento é acrescido ao salário como forma de compensação simbólica, o que não é bem vindo em carreiras masculinas, os homens não desempenham seu trabalho em troca de afeto e reconhecimento da comunidade. Anália destaca que cabe ao casal gerir o orçamento familiar.

*[...]Hoje a mulher precisa compartilhar as despesas com o marido, o homem sozinho não dá conta de assumir todas as despesas, aqui em casa tudo é compartilhado entre o casal, com meu filho mais velho também. Hoje em dia o homem sozinho não consegue bancar a família, a mulher. Temos nossa independência, temos a mesma função que o homem, mas ganhamos menos, por falta de políticas públicas que valorizem as mulheres[...]* (ANÁLIA, 2022)

Diante do entendimento que homens e mulheres sejam co-responsáveis pelo planejamento familiar, logo por atender as demandas do lar, é preciso refletir sobre a desigualdade de gênero, imbricada na feminização de determinadas carreiras, como o magistério, uma vez que esse processo traz consequências negativas inclusive em termos financeiros, pois aqui vimos que há uma defasagem no salarial na fase do magistério que concentra em sua composição a maioria feminina.

A divisão do trabalho entre homens e mulheres foram definidas por meio de uma construção social que contribui para desigualdade entre os gêneros, a visão binária e sexista não surge como um fator isolado, pelo contrário, é parte e se constitui como base para a opressão feminina. “Essas diferenças não se estabelecem da mesma forma para elas e para eles, uma vez que presumem normas masculinas e são mobilizadas para justificar as desvantagens econômicas das mulheres.” (BIROLI, p.35, 2018). Contudo, é intencional estabelecer parâmetros entre o trabalho considerado masculino ou feminino, que entre outras coisas justifica a diferença salarial entre homens e mulheres.

### 4.3.6. Goiânia uma capital fundada em meados do século XX

Imagem 7 – a cidade de Goiânia



Fonte: Domínio público

Assim como o território Mato-Grossense, o território Goiano também foi conquistado no período em que os bandeirantes saiam de São Paulo, cruzavam o país no intento de explorar o vasto território que formava o Brasil, em busca dos tesouros escondidos na terra.

A urbanização da Capitania de Goiás esteve na dependência direta da política centralizadora de ocupação colonial portuguesa do século XVIII, particularmente no que se refere à expansão e legitimação do território além do meridiano de Tordesilhas e ao descobrimento de importantes pontos mineratórios localizados na região central do Brasil. (BOAVENTURA, 2007, p.25)

Assim, como afirma Boaventura, Neto (2001) aponta que o caminho colonial foi a expressão da economia aurífera, e ele cortava o centro oeste brasileiro, caminhos que na época eram picadas cor onde os bandeirantes cruzavam, alguns apenas ia. “Os bandeirantes foram os primeiros responsáveis pela maioria dos assentamentos goianos e com eles veio a tradicional forma de fazer cidade.” (BOAVENTURA, 2007, p.26).

O estado de Goiás foi criado em 1889, Meyhi (1997) aponta que a decisão de se construir Goiânia, uma nova capital para o Estado, teve como propósito que a velha capital, cidade de Goiás, fundada em 1726, não mais apresentava condições geográficas e ambientais para o

desenvolvimento de uma capital que tinha como principal meta romper com a noção de atraso que o imaginário nacional tinha naquele momento.

Assim, Goiânia foi planejada na década de 1930, deveria ter na época algo em torno de até 50 mil habitantes. O Censo último censo do (IBGE) aponta que a capital já ultrapassou a marca de 1.302.001 habitantes, seguindo o processo de ocupação dos centros urbanos brasileiros.

Ainda de acordo com Chaul (1997), as referências para a construção da nova capital apontam para uma real ruptura com o passado de marasmo, presente nas décadas do século XX. Todavia, houve resistência e a cidade de Goiás se dividiu; o fato é que Goiânia começa a ser construída em 1933. O poder legislativo e o executivo são instalados em 1937, a instalação oficial ocorre apenas 1942 com grande mobilização nacional.

Caetano (2014), destaca que dentre as particularidades históricas e políticas que merecem ser destacadas é que sua construção foi idealizada dentro dos ideais urbanísticos da época”. O projeto urbanístico de Goiânia foi obra de Atilio Correia Lima, arquiteto brasileiro, que na época, havia retornado da Europa, depois de ter cursado uma especialização em Sorbonne (Universidade de Paris).” (CAETANO, 2010, p. 77). Ainda de acordo com Caetano:

Este extrato do processo de planejamento iniciam a demonstração de que os planejadores técnicos e políticos de Goiânia visavam alcançar a modernidade do urbanismo e não um modelo de cidade em que todos/as pudessem ter acesso a ela. Sem prezar pelo fenômeno urbano e reduzida ao urbanismo, desde a sua construção, a cidade apresentou contradições no uso e na ocupação de seu espaço urbano. Os trabalhadores construtores advindos principalmente da região nordeste do país não possuíam lugar assegurado para moradia dentro do desenho arquitetônico da cidade. (CAETANO, 2010, p. 77)

As palavras de Caetano coadunam com o que nos diz Pelá (2009), Goiânia e o mito da cidade planejada, a autora aponta o crescimento desordenado desde o surgimento do espaço goianiense diante da sobreposição da vida às normas, característica presente no urbanismo que vislumbra o estabelecimento de uma ordem distante. Chaveiro (2007) Logo, Goiânia se apresenta como moderno, ao passo que é construída na trama de uma política de oligarquia agrária, projetada pelo urbanismo de vanguarda, porém desenhada sobre os traços da tradição monárquica, oriunda do mundo desenvolvido.

Caetano (2010) aponta que desde a sua origem, Goiânia sempre teve presente em seus traços característica de espaços urbanos voltados ao sistema capitalista e industrial. Seu diferencial em relação as outras capitais ao passo que sempre foi uma capital adaptada a vida urbana, ainda que tenha traços rurais ela foi pensada para atrair investidores, assim a pretensão

era ao mundo que o Brasil se modernizava e apresentava condições de abrigar indústrias em face da mão de obra barata. Hoje, Goiânia é a metrópole de uma região composta por 20 municípios. Apresenta todos os problemas estruturais metropolitanos, passando pelos seguintes pontos: transporte urbano, segurança, saneamento básico, saúde e educação.

A educação em Goiânia nasce ainda na província do Goiás de acordo com Sant'anna (2015), sob o decreto-lei de instrução pública n 13 de 23 de julho de 1835, orientado pela Lei de 15 de outubro de 1827, lei que foi norteadora da instrução primária do império, ela propunha mudanças por meio de reformas na estrutura do ensino, abrangia todas as províncias, Goiás não foi exceção. “Como o Ato Adicional de 1834 transferiu às províncias a competência e a responsabilidade pelo atendimento escolar de nível primário, em Goiás, após essa data, foi produzida uma extensa legislação com vistas a normatizar o atendimento escolar.” (SANT'ANNA, 2015, p. 472).

Com a ampliação da educação, agora estendida a meninas a coeducação era preciso encontrar mão de obra, quem se dedicaria a tarefa de educar, Almeida (1998) aponta que as mulheres viram na educação a possibilidade de sua emancipação. “A escola primária da Província de Goiás do século XIX foi espaço forjador de hábitos e de modos de pensar e de agir, espaço modelador de corpos e de comportamentos sexualmente diferenciados.” (SANT'ANNA, 2015, p.472). Desse período então muitas mudanças ocorreram, sobretudo em relação a presença feminina na escola.

Márcia, 56 anos, acredita em Deus, branca, casada, 01 (um) filho, CMEI Criança Cidadã, concursada há 24 anos, na Educação Infantil, em sua trajetória na educação já ocupou os cargos de professora da educação básica e coordenadora pedagógica, graduada em pedagogia pela Universidade Federal do Goiás, desde o ano de 1998, sindicalista se autodeclara uma mulher de esquerda, especialista em Educação Infantil. A entrevista inicia-se com o relato de Márcia sobre sua vida pregressa, antes de adentrar o magistério.

*[...]Antes da escola trabalhei em um banco, passei no vestibular para fonoaudiologia, mas tive que abandonar o curso devido as dificuldades financeiras, também por que não consegui conciliar trabalho e emprego. Minha chefe imediata mudou meu horário de trabalho, aleguei que estava estudando, ela disse “ou você estuda ou trabalha”, mudei o curso para Pedagogia na UFG ela novamente tentou mudar meu horário e repetiu a mesma frase, levei a conhecimento da coordenadora do curso na UFG, transferei meu curso para o noturno. Assim que formei eu pedi demissão, o gerente me questionou “tem certeza que você irá largar seu emprego em busca de um sonho?”, disse “sim!” Hoje sei que tomei a decisão correta [...](Márcia, 2022)*

As palavras de Márcia confirmam, que a atividade docente abre as portas para as mulheres, por ser uma carreira acessível às mesmas, logo após a formação elas são absorvidas e assumem seus postos de trabalho, como aponta Almeida (1998) a docência atrai as mulheres que pretendem construir uma identidade no contexto do simbólico e oferece um certo prestígio social em relação as demais atividades tidas como femininas. Outrossim, aliam a possibilidade de e cumprir um dever tido como sagrado, sua vocação, a qual, por sua vez, justifica o desejo de seguir uma carreira comparada a um sacerdócio.

Historicamente, a delimitação e o exercício das profissões estão sexualmente marcados. O mercado de trabalho está segmentado em dois sentidos: horizontal (poucas profissões e ocupações absorvem a maioria das trabalhadoras) e vertical (poucas mulheres ocupam altos cargos, ainda que se considerem setores de atividade com preponderante participação feminina como a educação, a saúde, o serviço social etc.) (YANOULLAS, 2011, p.284).

A ideias dos espaços tidos como femininos é uma construção social como aponta a autora, isso se mantém intacto, pois está relacionada a visão androcêntrica, essa por sua vez abre espaço para a divisão social do trabalho, que de acordo com Quirino (2015) é na verdade uma divisão sexual do trabalho, onde às mulheres é reservado as atividades com as mais baixas remunerações.

Os cursos de Pedagogia também se voltam à formação de docentes para as creches, pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental. À semelhança do papel que desempenharam os cursos normais do século passado, os cursos de Pedagogia são uma das mais importantes, senão a principal porta de acesso ao ensino superior das mulheres mais pobres e, em proporções significativas, menos brancas, que estão acedendo a esse nível de escolaridade. (GATTI *et al*, 2019, p. 161)

O recrutamento de mulheres ao magistério se dá por meio da entrada aos cursos de licenciatura, eles se proliferam no país principalmente nas modalidades a distância como aponta Pelanda e Pipinis (2021), oferece condições facilitadas de acesso e são acessíveis em termos financeiros, logo atraem cada vez mais as mulheres, que conseguem conciliar os estudos a suas trajetórias de vida.

No entanto, ao adentrar na docência, as supostas facilidades são deixadas para traz elas passam a enfrentar inúmeros desafios como: a precarização salarial, o preconceito de gênero, falta de estímulo por outras mulheres que já estavam na profissão a mais tempo. “Ou seja, as oportunidades de emprego para as mulheres são contraditórias: ganham os mais baixos salários e encontram-se em trabalhos precários e informais.” (ALVARENGA e VIANA, 2012, p.8). Desse modo, encontramos um quadro extremamente complexo, em profissões nas quais

predomina a inserção feminina que abrange desde o ingresso de algumas mulheres, a ascensão na carreira até a manutenção de um grande número de mulheres em condições menos favoráveis de trabalho. Esse foi um dos temas abordado na entrevista, o preconceito de gênero.

Ao lançar um olhar mais atento para o magistério e a facilidade que a mulher tem em ingressá-lo, é possível observar o fenômeno da feminização se consolidando ao longo do tempo. Márcia aponta, que enfrentou preconceito de gênero no exercício de sua profissão e também outros preconceitos que atravessam a vida da mulher que se propõe a adentrar a vida pública. Lerner (2019) afirma que o sistema do patriarcado só funciona com a participação feminina das mulheres.

[...]Em maio de 1998 e fiz a inscrição do concurso, comecei trabalhar em agosto. Iniciei em uma escola, a escola onde eu estudei do Pré-Escolar ao primeiro ano, trabalhei na transição entre o seriado e o ciclo. [...]Ao entregar meu memorando a coordenadora disse que não deixaria eu nem entrar na sala, por ser uma turma difícil ela temia que eu não desse conta da turma (pausa, tom de voz diminui) Eu tinha acabado de sair da UFG, cheia de teorias, de sonhos e foi um período difícil, uma turma difícil, que aos poucos consegui conquistar atribuo essa conquista a excelente formação que recebi, minha vitória veio quando as mães se organizaram e pediram para eu dar continuidade no ano subsequente, a diretora me disse que achou que eu não ia conseguir devido minha baixa estatura[...] (MÁRCIA, 2022)

O relato de Márcia corrobora com o que nos diz Lerner (2019), a manutenção do patriarcado se dá por diversas formas, isso vem ao longo da história, um dos fatores que preponderam na ausência de uma consciência de grupo de mulheres voltada ao apoio de outras mulheres.

A inexistência de uma tradição, ou seja, a falta de modelos históricos de grupos de mulheres que sobreviveram sem a guarda masculina fez com que o patriarcado sobrevivesse sem questionamentos ao longo do tempo. “As mulheres não tinham história, assim disseram elas, assim elas acreditaram. Desse modo, foi a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos, que de forma mais decisiva prejudicou as mulheres.” (LERNER, 2021, p. 269). Essa é uma crença limitante, que persiste até hoje, assim, comumente as mulheres não são solidárias com as outras, não participam da rede de proteção, agindo dessa forma as mulheres mantêm intacta os pilares da sociedade patriarcal enquanto ela se mantém firme no papel de coadjuvante, invisibilizada.

Desse modo, a feminização do magistério foi consolidada ao longo do tempo e perpetua a sujeição de gênero como afirma Barreto *et al* (2019) por meio de uma breve análise do nosso processo histórico e sócio-moral que institui padrões de comportamento de como devemos ser,

pensar, portar e nos comportar podemos questionar os esquemas binários de gênero que ainda operam na sociedade, logo, nos contextos educacionais, inclusive na formação de professores/as que posteriormente são transposto no exercício desta profissão

O primeiro contato feito com Márcia foi via telefone, ela estava na Câmara Municipal dos Vereadores de Goiânia em um movimento, a entrevista se inicia por meio da afirmação;

*[...]Sou ativa nos movimentos, sindicalizada há mais de 20 anos, tenho orgulho das greves que participei, nossos movimentos nos trouxeram importantes resultados como nosso plano de carreira. Não basta votar e ter um representante a classe trabalhadora precisa sempre estar organizada [...]Ontem paramos nos reunimos e eu votei a favor da greve, chamamos os pais e fiquei impressionada com o apoio das famílias, estamos fazendo um movimento nas redes sociais, lá também temos o apoio dos pais, estamos com uma petição, com mais de 4.000 assinaturas, mas vamos aderir a greve, as famílias se mostram solidárias mesmo no pós pandemia, esse apoio é inédito, creio que seja no pós pandemia agora eles enxergaram a nossa importância[...] (MÁRCIA, 2022)*

Márcia consegue enxergar a importância da representatividade sindical, por meio dos avanços no plano de carreira e outros direitos conquistados pela categoria. Se intitula uma mulher que não se esquivava da luta. Historicamente as mulheres veem no sindicalismo condições favoráveis às lutas que atravessam a condição feminina, ser sindicalizada foi um direito conquistado pelas mulheres por meio da luta do movimento feminista, Perrot (2007) afirma que o direito a sindicalização precedeu em muitos países o direito ao voto.

*As mulheres entraram lentamente nos sindicatos. Assalariadas marginais, não haviam integrado a cultura do trabalho. Seus companheiros não eram favoráveis a isso: reclamavam para pagar as contribuições, pelo tempo perdido. Elas tinham mais o que fazer do que ir às reuniões. No começo, até o ato de tomar a palavra era controlado: em alguns sindicatos do norte da França, deveriam obter a autorização de um homem para poder se manifestar. Na Inglaterra era pior: na época do cartismo, nos anos 1830, as tabernas e os pubs excluem as mulheres, à medida que estes se tornam sedes das reuniões. Elas se calam, se isolam num canto, depois deixam de vir. A trade-union e o trabalhismo se construíram sem elas. (PERROT, 2007, p. 149)*

Assim, a autora aponta que em busca da emancipação, as mulheres aderiram as organizações sindicais, de forma gradativa, espaços inicialmente controlados pelos homens que precisavam autorizar a participação feminina como destaca a autora. “O trabalho feminino no magistério primário também implicou reivindicações e resistência, e significou o resultado dos primeiros passos dados pelas mulheres no rumo de sua profissionalização.” (ALMEIDA, 1998, p.159). A luta sempre fez parte da existência feminina, no entanto o Estado insiste em desmobilizá-la, pois a união da classe trabalhadora converge na conquista de direitos.

Ao observar o contexto educacional atual, percebemos que persistem forças em lados opostos, principalmente na educação, Pelanda e Pipinis (2021) afirmam que para o governo manter a crise na educação brasileira é um projeto. Logo, para as mulheres professoras é preciso se manter firmes na defesa de direitos, com vistas a buscar melhorias para a profissão.

*Sempre trago meu trabalho para casa, na escola não tenho silêncio, não consigo me concentrar, tenho que atender crianças, pais e professores, mesmo de licença a tarde eu tiro alguns dias para fazer o PPP Projeto político pedagógico, inclusive trago professores para atender em casa. (MÁRCIA, 2022)*

Em suas palavras, a entrevistada deixa claro que não vê problema em extrapolar as horas de trabalho, mesmo quando seu trabalho invade o tempo que deveria ser usufruído com suas demandas pessoais, assim como as demais entrevistadas.

É importante observar que “as implicações decorrentes das configurações temporais têm também uma dimensão de gênero.” (ALVARENGA e VIANA, 2011, p.6). Mais, uma vez a mulher professora é atraída pela ideia vocacional, ainda que isso signifique a abdicação do tempo que seria destinado a vida pessoal. Ao ser indagada sobre a valorização profissional, Márcia enfatiza sua insatisfação com o salário, porém ressalta as conquistas que a categoria teve em governos anteriores.

*Quero acreditar que a educação um dia será valorizada, quem está entrando tem que ter a consciência que o chão da escola não é um lugar fácil. O salário embora não seja bom, já melhorou já tivemos muitas conquistas, mas precisamos nos unir para não perder nossas conquistas. Os governantes atuais não valorizam a educação, os grandes avanços que tivemos foram em governos anteriores, as melhorias que buscamos não virão pelos “centrões da vida”, vejo com tristeza professores não enxergar que esse projeto de governo não os valoriza. (MÁRCIA, 2022)*

Ao mencionar a desvalorização profissional, há um fato relevante a ser considerado na análise da (des)valorização e precarização do trabalho docente. Vemos que ela é atravessada pela questão de gênero:

*Sua presença tem sido acentuadamente maior nos cursos de menor prestígio, que conduzem a carreiras menos valorizadas socialmente e de mais baixa remuneração, do mesmo modo que também se observa segmentação interna com viés de gênero no interior dos cursos de cada área. As posições mais proeminentes tendem a ser reservadas aos seus colegas do sexo masculino. (GATTI et al, 2019, p.159)*

Na educação em geral, os salários têm um histórico de perdas, alguns municípios brasileiros ainda não pagam o teto mínimo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que visa assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Atualmente, de acordo com o anuário de educação (2021) o salário médio dos professores da Educação Básica com Ensino Superior, no Brasil, é de R\$ 4.131,00, os vencimentos de docentes da Educação Básica passaram a representar 78,5% do salário dos demais profissionais com Ensino Superior completo que atuam em outras carreiras. Contudo, é preciso levar em conta o efeito da contração salarial das demais categorias profissionais, que também contribuiu para essa menor diferença proporcional.

Tenho ajuda para cuidar de casa, pago uma diarista, que vem 04 (quatro) vezes na semana, no início eu fazia tudo sozinha, mas hoje não consigo, meu marido me ajuda na cozinha, faz lanche, lava vasilhas, ele também é professor na PUC, é arquiteto leciona para o curso de arquitetura. Com o nascimento de meu filho tive uma sobrinha que me ajudou, aos 09 (nove) meses ele foi para o CMEI. Mantive a diarista, porque eu não dou conta sozinha. Cozinho apenas 03 (três) vezes por semana, preparo o café da manhã e cuido do jantar diariamente, algo mais leve, cuido das roupas lavo e passo. Vou a feira todo sábado aos finais de semana dividimos as atividades. “(MÁRCIA, 2022)

Márcia aponta que toma para si grande parte das atividades do lar, assim segue o padrão socialmente construído, que atribui a mulher a responsabilidade do funcionamento cotidiano do lar, fato que impacta sua vida diretamente, pois afeta “[...]o uso do tempo feminino, mas não é percebida pela maior parte das pessoas como fruto de uma divisão artificial e hierárquica, resultado de uma construção social, mas como uma espécie de incumbência inerente a elas.” (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p.110). Assim, a mulher internalizou a ideia de que assumir todas as demandas domésticas, é uma forma de demonstrar afeto, a ideia do cuidado que está intrinsecamente ligado ao feminino.

Há novidade sim, mas também há permanência de fronteiras que impedem a igualdade de gênero no mundo do trabalho (produtivo e reprodutivo). O principal problema reside na constituição da dupla presença (ou ausência) no trabalho no caso das mulheres, pois se elas ingressaram de maneira contundente nos mercados de trabalho, as tarefas de reprodução doméstica continuam sendo uma atribuição quase que exclusivamente feminina (o anjo do lar quase sempre é uma “anja”!) (YANOULLAS, 2013, p. 35)

As palavras de Yanoullas, reforçam o que afirma a entrevistada, ao assumir as atividades domésticas as mulheres as fazem de forma natural, pois seguem os modelos sociais a sua volta, que ao longo dos anos perpetuam o padrão de comportamento que se cristaliza como regra. Isso acontece até mesmo quando a mulher é a principal fonte provedora do lar.

[...] Recebo mais que meu esposo, ele é aposentado e continua trabalhando a PUC reduziu o trabalho dos professores devido a desistência dos alunos, compartilhamos as despesas da casa, nossa vida financeira é compartilhada, as contas bancárias são em conjunto, sentamos e planejamos as despesas[...] (MÁRCIA, 2022)

Aqui vale ressaltar algo importante, a dominação masculina acontece de forma branda sem conflitos, quando o homem assume alguma atividade doméstica ela é intitulada como “ajuda” a mulher. Assim, a mulher toma para si a responsabilidade de forma passiva.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599)

Nota-se que a sociedade possui perspectivas diferentes entre homens e mulheres em todas as esferas sociais. Os desafios da mulher professora em relação a valorização se dão principalmente no âmbito do trabalho, o estado não vê problema na sobrecarga imposta aos/as profissionais causados pela superlotação das salas, sobre isso Márcia discorre;

[...]As salas são lotadas, em uma sala que comporta 15 (quinze) já atendemos 23 (vinte três) crianças. Temos sala com 18 (dezoito) bebês, nós que estamos no chão da escola enxergamos, mas aqueles que fazem as leis e as diretrizes além de não conhecer a realidade, não se propõem a dialogar. Um exemplo, na hora do sono a criança não é obrigada dormir, mas não temos outra sala para atender os que não querem dormir, e nesse horário acontece a troca das professoras as crianças ficam apenas com os auxiliares, são demandas simples que poderiam trazer melhoria para nosso trabalho e para a criança, mas o poder público parece desconhecer a realidade [...] Vejo que agora no pós pandemia os pais enxergaram a nossa importância, durante a pandemia as mães conversavam no grupo e relatavam a dificuldade com o desfralde, desmame, as mães perceberam a importância de nosso trabalho [...] O momento do banho é uma atividade importante para a criança conhecer o corpo, saber a importância da higiene, não é o mesmo banho que a mãe dá em casa. As vezes somos cobrados na instituição, pelo banho, arrumação no cabelo, a roupa que suja [...] explico que na educação infantil a criança vai sujar, mexer com terra, correr, o banho nesse caso é relaxante, eu explico a dinâmica para os pais. Infelizmente ainda alguns acreditam que somos babás, que estamos lá para cuidar da criança tirar piolho da criança, sempre explico que nosso trabalho é alertar as mães e é tarefa delas cuidar disso [...] Assumimos nossas atividades pedagógicas do berçário, elas não estão lá para ser cuidadas apenas, mas sim para desenvolver a cognição, socialização, existe uma dinâmica pedagógica. Coloco a criança para fazer a própria história com seus rabiscos e elas conseguem verbalizar a história que está ali representada. Isso facilita a alfabetização da criança, não alfabetizamos nosso trabalho é muito mais amplo que isso, não focamos nisso, no entanto tudo o que trabalhamos tem letras, tem palavras. As crianças saem do berçário aos dois anos fica a cargo de uma única professora e um auxiliar, período que demanda bastante, é a hora de ensinar ele cuidar dos objetos pessoais, reconhecer a mochila, dobrar o lençol, comer e beber sozinha [...] (MÁRCIA, 2022)

Márcia destaca que a sociedade ainda comete equívoco em relação a função da educação infantil, isso se dá inclusive pela ideia equivocada da educação como sacerdócio, como algo que é ofertado por amor, aqui podemos refletir sobre as armadilhas da educação preconizadas por Freire (2015), uma delas é a professora aceitar ser denominada por “tia”, ele aponta a importância de desfazer essa ideia e justifica que;

Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, “longe” dos alunos.(FREIRE, 2015, p. 9).

Como aponta Freire quanto mais a escola primária é pensada como instância formadora voltada para a transmissão de saberes. Menos ela se subordina, assim ela se torna capaz de promover um trabalho efetivo de forma harmoniosa, afim de derrubar as barreiras sexistas que foram impostas a educação infantil ao longo do tempo.

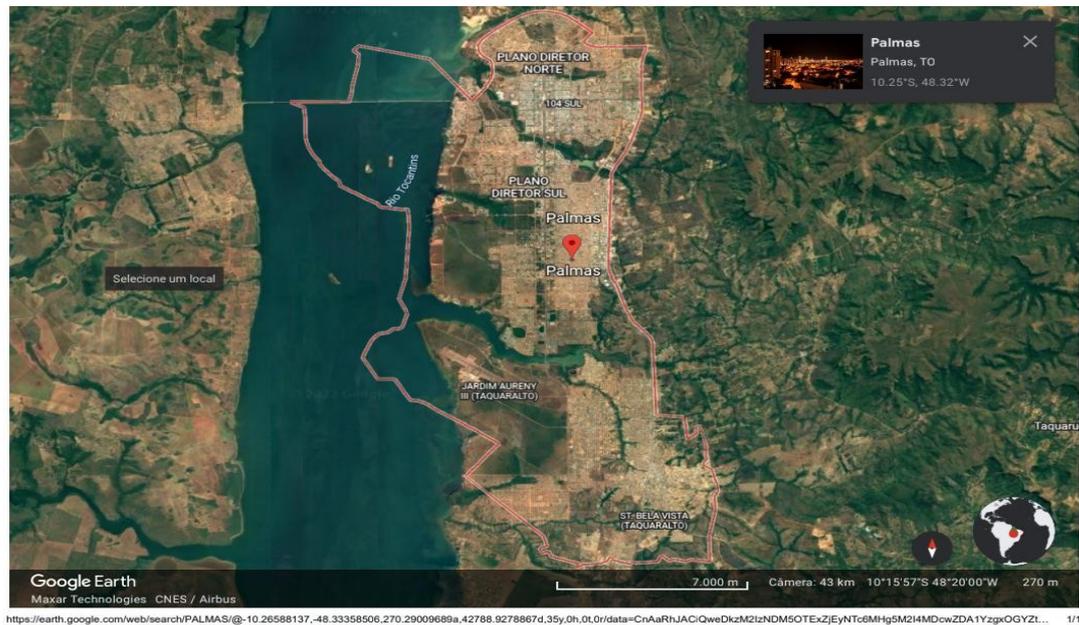
[...] por longo tempo, as mulheres ficaram restritas à educação de crianças pequenas e não eram consideradas capazes de transmitir conteúdos mais sofisticados como os contidos nos níveis mais altos de ensino, que permaneceram não só ocupados majoritariamente por professores homens como plenos de significados sexistas. (YANOULLAS, 2013, P.45)

Yanoullas (2013) destaca que é importante ressaltar sempre o caráter intelectual do trabalho docente enfatizando suas dimensões relacional concretizando a relevância da profissionalização do magistério para que a sociedade possa valorizar as professoras a superar uma ideia equivocada que foi socialmente construída, que as mulheres não tinham competência intelectual para atuar em outras fases da educação, por isso se concentravam na educação infantil, logo elas precisavam assumir papéis semelhantes as mães, não eram vistas como professoras e sim como cuidadoras.

Vale ressaltar a peculiaridade desse nível de ensino, que não pode ser comparado aos outros níveis educacionais onde que existe uma pedagogia os resultados são quantificados e individualizados para cada área do conhecimento. Na educação infantil a aprendizagem se sustenta basicamente nas interações e em práticas educativas voltadas para as experiências cotidianas, isso requer atualização e capacitação profissional, cabe ao estado pensar políticas públicas que possibilitem a professora o acesso a formação continuada e assim garantir a valorização da carreira.

#### **4.3.7. Palmas, a última capital projetada do século XX uma cidade em busca do tempo**

Imagem 8 – a cidade de Palmas



Fonte: Domínio público

O estado do Tocantins, o mais novo dos 26 estados do Brasil. Deriva da divisão do estado de Goiás, Localiza-se na região Norte, exatamente no centro geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limites com estados do Nordeste, Centro-Oeste e do próprio Norte. Criado a partir da constituição de 1988, por meio do desmembramento do estado de Goiás, Tocantins, abriga uma população oriunda de diversas regiões brasileira.

Possui hoje cerca de 313.349 pessoas habitantes, segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ali transitam diferentes interfaces culturais que se reúnem na capital Palmas, o lócus do curso, uma capital que apresenta um diferencial em relação as demais, foi a última capital projetada no século XX como afirma Silva (2010) assim apresenta características singulares. “Palmas comparece, quase sempre, como síntese do processo de transmutação da região do antigo norte goiano em Estado do Tocantins.” (SILVA, 2010, p. 30) Desse modo, constrói seu próprio patrimônio cultural em uma perspectiva própria.

A cidade de Palmas, foi projetada, seus traços arquitetônicos foram inspirados no movimento pós-moderno, “Palmas, desse modo, figura como um caso de transição entre a modernidade e a pós-modernidade e nos permite pensar os desdobramentos da implantação da cidade projetada no Brasil. “(SILVA, 2010, p.15). Desse modo, sua estrutura foi planejada

Palmas, capital do Tocantins, não deriva de uma estrutura urbana propriamente espontânea, mas de uma intencional, associada às políticas de Estado, que, no momento de criação do Tocantins, em 1989, optaram por implantar uma nova estrutura urbana para sediar o aparato político-administrativo estadual. (BESSA, 2017, p. 498)

Sendo uma cidade planejada como afirma Bessa, podemos imaginar uma cidade cujos contornos sejam desenhados de acordo com o traçado original, “O congelamento das formas é visível na cidade planejada, onde tudo tem que ficar como está.” (SILVA, 2010, p.55). Entretanto, Pizio e Rodovalho (2015) acenam para um fenômeno que acontece nas demais cidades brasileiras da qual Palmas não ficou isento o crescimento desordenado as margens. Para os autores esse fato se dá em virtude de atos políticos que desconsideraram o projeto político e institucionalizaram a ilegalidade.

Foi possível observar que não houve interesse político em seguir as recomendações e diretrizes de caráter humanístico presentes no Projeto Urbanístico e que a implantação da cidade não fugiu à regra nacional da especulação imobiliária, tornando-se um espaço dominado por uma intervenção política contrária ao novo marco. (PIZIO e RODOVALHO, 2025, p. 102)

Assim, como afirma os autores Palmas se rende a especulação imobiliária, cede a mão do mercado e cresce seguindo os padrões das capitais brasileiras. “Palmas têm muitos seguimentos “antimodernos” ou pós-modernos que dão a tentativa de modernização um caráter de avesso e de fissura que constitui a multiplicidade.” (SILVA, 2010, p.58). Tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, nada está livre do capitalismo e suas projeções Bauman (2009) “nos diz que a cidade é um grande assentamento de pessoas” sendo assim as sociedades produzem a exclusão em massa.

Além disso, nesse momento, a exclusão tende a ser uma via de mão única. É pouco provável que se reconstruam as pontes queimadas no passado. E são justamente a irrevogabilidade desse “despejo” e as escassas possibilidades de recorrer contra essa sentença que transformam os excluídos de hoje em “classes perigosas”. (BAUMAN, 2009, p 22-23).

Dessa forma, aumentamos a desigualdade social e produzimos a exclusão e essa se manifesta em diferentes contextos e seus reflexos chegam na educação. Em Palmas, entrevistamos Bertha, tem 50 anos, católica, não praticante faz questão de se intitular como “uma mulher cheia de fé”, parda, divorciada, mãe 02 (duas) filhas biológicas e 01 (uma) a enteada.

Atua na escola Municipal Thiago Barbosa, Aurenny II Palmas Tocantins há 24 anos, concursada leciona para o Ensino fundamental I nas séries iniciais, já ocupou o cargo de

Supervisão pedagógica, normalista (graduação em Normal Superior) e pós graduação em gestão em supervisão e orientação escolar. Ao ser indagada sobre as motivações para adentrar o magistério, Bertha aponta que esse sempre fora seu desejo, ela via na profissão uma oportunidade de sua emancipação econômica, a carreira se mostrava atrativa e possível para ela.

[...]Ser professora é um sonho de criança, minha vida era muito difícil, meus pais muito pobres, via minhas professoras muito bonitas, bem arrumadas e decidi ser igual elas [...] Casei aos 17 anos, atrasei os estudos fiz EJA para concluir o ensino fundamental, já era mãe de duas meninas que nasceram em 1990 e 1992, eu as levava para a escola para concluir estudo, segui para o magistério conclui em 1995, sou normalista. Ganhei a inscrição do concurso no dia da formatura do magistério do paraninfo da turma, dentre os 38 candidatos fui a única que passei. [...] Tomei posse em 1998. Minha luta foi grande para sair da pobreza que vivi na infância, hoje eu tenho muito orgulho de minha história. Minha profissão me trouxe grandes realizações profissionais. Proporcionou realizar meus sonhos pessoais, além do sonho de formar minhas filhas [...] (BERTHA, 2022)

As palavras da entrevistada coadunam com o que nos diz Almeida (1998) por muito tempo o magistério representou, para as mulheres, a concretização do desejo pela coragem de ter ousado, abriu um caminho para que a mulher conquistasse a tão esperada autonomia. Em suas narrativas as professoras se referem ao trabalho com um discurso afetivo em relação à profissão, palavras como: como amor, afeto, solidariedade, maternagem aparecem em seus discursos entremeados com um claro sentimento de orgulho e prazer. A pedagogia se constitui em um atrativo para as filhas da classe operária esse campo foi ampliado gradativamente.

Se, em 2005, 21% dos alunos de Pedagogia (na maioria absoluta, mulheres) dependiam tão somente das famílias ou de terceiros para estudar, 10 anos depois elas passam a ser aproximadamente 16% nessas condições, às quais, pode-se acrescentar 3,7% daquelas que, sem terem renda, se beneficiam de subsídios de programas governamentais. (GATTI et al, 2019, p.169)

Como afirmam as autoras, a possibilidade de concluir um curso superior ficou mais factível principalmente as mulheres, oriundas das classes menos favorecidas e isso dá a impressão de empoderamento feminino, a percepção simbólica que elaboram sobre a realidade ao analisar a própria realidade, a consciência de que podem desempenhar um papel social no espaço público que consideram relevante, o que lhes provoca um sentimento de realização pessoal, que as distinguindo-se daquelas que nunca trabalharam fora de casa e no lar esgotaram suas vidas.

Ao ser indagada sobre o ingresso na docência e o preconceito de gênero, para Bertha, não houve qualquer dificuldade ela alega que as portas do magistério se abrem igualmente para homens e para as mulheres, nunca percebeu que o fato de ser mulher pudesse desaboná-la no

exercício de sua profissão a qual sempre foi pautada na seriedade e profissionalismo, dividindo a vida profissional da vida pessoal com muita clareza. Ao ser questionada sobre os desafios enfrentados no início ela ressalta que teve, porém ela afirma com veemência que os mesmos não perpassam a questão de gênero “são os mesmos enfrentados por qualquer pessoa que inicia a carreira.” Não me sinto em condição diferente em relação aos meus colegas homens”. Em suas palavras ela discorre sobre o tema da seguinte forma:

[...]Nos primeiros anos de profissão, foram os mais difíceis, a falta de experiência, o diálogo com os pais com as próprias crianças. Nunca vivi preconceito, Sempre fui uma pessoa amigável e todos meus colegas sempre me aceitaram como sou do jeito que sou [...] (BERTHA, 2022)

A percepção de inclusão em um espaço que até então não lhe pertencia está atrelado a constituição de gênero, que nos leva compreender o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, não observando a identidade sexual, mas o que se constituiu socialmente em torno do sexo, uma vez que hoje o magistério é um espaço majoritariamente feminino como ressalta Fôlha (2019), se faz necessário analisar a subjetividade desse fenômeno, o que Scott (1995) aponta como caráter fundamental das distinções baseadas no sexo. “independentemente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina”. (SAFFIOTTI, 1978, p. 228). Na esfera do trabalho a divisão sexual do trabalho foi sendo alinhavada de forma sutil.

No que tange a organização da categoria, Bertha faz a mesma reflexão que Anália, em relação ao descrédito da instituição sindical, contudo, alega que mantém sua filiação devido as vantagens que o sindicato lhe oferece.

[...]Sou sindicalizada, apenas por ter plano de saúde, mas meu sindicato não é da categoria docente, o sindicato está perdendo força, as negociações são feitas em 4 paredes, já vivi experiência de 03 (três) greve e vi que os resultados foram positivos, construímos nosso plano de carreira, direitos. Mas atualmente não vejo mais o sindicato como representante legítimo da categoria [...] (BERTHA, 2022)

As palavras da entrevistada, reforçam o enfraquecimento da instituição sindical, fato citado anteriormente. O cenário brasileiro atual é de desmonte, desde de 2016, após a deposição da presidenta eleita, temos um modelo de governo pautado em políticas neoliberais que promoveram Reformas de Estado elas tem imposto a retirada desses direitos, sob o pretexto de que “as demandas sociais da democracia não encontrariam espaço no orçamento público” (PELANDA e PIPINIS, 2021, p. 89). Essas medidas comprometem, o pacto da redemocratização brasileiro, a Constituição Federal de 1988.

A exemplo da EC 95/2016, que impacta diretamente a educação, sufoca o ensino superior e toda a educação básica brasileira. Reduz investimentos em educação, limitando os investimentos do governo federal na área, o que coloca em risco o PNE. Lei n13.467/2017 (Reforma trabalhista), em essência não carrega traços de reforma e sim da destruição de direitos, preconiza a alteração dos direitos trabalhistas e sindicais. Cria o trabalho intermitente e flexibiliza direitos, além de enfraquecer a organização sindical. Fatores diretamente atrelados a feminização do magistério.” Assim, os baixos salários já eram uma característica da docência que, somados ao maior controle do Estado, às precárias condições de trabalho e de formação, ao aumento do período letivo e à perda de autonomia foram afastando os homens dessa profissão. (VIANA, 2013, p. 168). Ao retroceder na conquista de direitos impacta diretamente as mulheres.

Uma vez que o magistério é feminino, sendo assim a essas mulheres, não se trata mais de vencer os obstáculos para adentrar esse espaço, mas sim, de resistir, à invasão da vida privada por meio da precarização, carga horária exaustiva sob o apelo vocacional imposto as mulheres professoras. “[...]as mulheres não são mais vistas como mães-esposas que entram no mercado de trabalho e se tornam trabalhadoras. Hoje, elas são apresentadas em primeiro lugar como trabalhadoras e depois como mães-esposas.” (KERGOAT, 2014, p.14). A construção de políticas públicas voltadas para a valorização profissional docente, garante a mulher professora qualidade de vida.

*[...]Não me apego a ideia do “papel de mulher”, fora da escola percebo muito a questão do machismo, que tenta determinar lugar de mulher, dizendo o que podemos ou não fazer. Não foi à toa que lutamos anos e anos por direitos iguais e trago isso aqui para casa na divisão das tarefas domésticas. [...]Todos colaboram, desde cozinhar aos cuidados da casa. Saio de casa as 7h e chego 11h 30 min, não abro mão de meu descanso então ele tem que cozinhar, acho minha carga de trabalho pesada, nem todo dia é fácil, quando eu trabalho muito não faço nada em casa, tenho apoio de todos em casa. Aos finais de semana eu cuido da casa, não gosto que ninguém faça isso por mim, porque sei que não fará da maneira que eu gosto [...] (BERTHA. 2022)*

Socialmente é aceito que a mulher adote uma sobrecarga de trabalho, para atender as demandas domésticas. “Revestida por essa aura sentimental, existe uma tendência para que as atividades de trabalho no espaço reprodutivo não sejam consideradas como trabalho, mas como cuidado.” (CAETANO, 2014, p. 31). Assim, o cuidado com a casa, com a família, é visto como atividades inerentes a figura feminina.

O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. São elas *apenas* que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua *gratuidade* se define numa relação, o casamento. (BIROLI, 2016. P.726)

Assim, como afirma Biroli, ao assumir o trabalho doméstico, mulher tem seu tempo reduzido e isso compromete a ascensão de sua carreira profissional, com menos tempo livre, menor a possibilidade de se dedicar aos estudos, requisito fundamental para a elevação de nível dentro do magistério. Nas palavras da entrevistada ela destaca um ponto importante, ao ressaltar que os demais membros da família a ajudam, quando realizam atividades domésticas ela traz para si essa responsabilidade, corroborando com as palavras de Bordieu;

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os hábitos: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (BORDIEU, 2012, p. 45)

Bordieu aponta que a naturalização da sujeição feminina em face do domínio masculino se firma no cotidiano que estabelece limites de atuação entre homens e mulheres. Assim, a sobrecarga de trabalho das mulheres professoras é naturalizada por elas e explicita em suas falas, a exemplo da afirmação de Bertha. “[...] *Eu prefiro fazer meus planejamentos em casa e isso não me incomoda, mas durante a pandemia foi muito difícil, tinha impressão que trabalhava 24 horas ininterruptas, chegavam mensagem as 23h, era muito cansativo[...]*” (BERTHA, 2022)

Em seus relatos contatamos que “as conquistas das mulheres não são lineares, e mesmo as que são inscritas nas leis não são definitivas. (MORENO, 2014, p.6). Embora previsto em lei a hora- atividade, as professoras estendem seu tempo de trabalho em suas casas, isso é reflexo da divisão social do trabalho que se desdobra para a feminização da docência.

No capitalismo patriarcal, a família reconfigurou-se em um modelo ideal homem provedor e mulher cuidadora; e a esfera doméstica tornou-se o lugar em que as atividades fundamentais para a produção do viver costumam ser realizadas de forma não remunerada. O mundo público, da produção e da política, foi sendo construído a partir das práticas dos homens, como espaços privilegiados para os homens. (MORENO, 2014, p.8)

Acostumada a desempenhar funções sem remuneração, sem reconhecimento, a mulher/professora não vê problema em trabalhar em casa e com isso abdicar do tempo que deveria ser destinado para ela. “É importante saber que a precarização do trabalho de mulheres perpassa aspectos do espaço público e do espaço privado.” (CAETANO, 2014, p. 120). A precarização do trabalho não se dá apenas pela desvalorização salarial, da carga horária exaustiva que muitas vezes é cumprida em casa extrapolando o tempo com atividades diversas

como: planejamento de aulas, correção de provas, produção de materiais pedagógicos ou em estudos.

Já me senti muito desvalorizada, mas hoje já não tenho o mesmo sentimento, sei que está longe da classe receber o que merece, com o passar do tempo, desde que iniciei-me nessa carreira que era um sonho que virou pesadelo, e hoje volto a sonhar com dias melhores, já quase me aposentando, sinto realizada na profissão, embora a reforma da previdência tenha nos prejudicado. (Bertha, 2022)

No Brasil, onde as desigualdades de gênero são históricas e expressivas, as mulheres, têm nítidas as diferenciações que enfrentam ao longo da vida, pois as mesmas sentem os impactos dos desafios impostos em suas vidas de forma direta. Isso se dá, tanto no campo pessoal como no campo profissional, uma vez que as mudanças que ocorrem na sociedade têm um forte poder de impacto sobre elas a exemplo Bertha cita a reforma da previdência e as consequências na vida financeira da professora aposentada.

Por serem maioria, e considerando as históricas desigualdades salariais e de progressão na carreira, as trabalhadoras da educação enfrentam mais riscos em razão da crescente precarização do trabalho, em relação aos homens. Ao ser questionada sobre os rumos da educação ela aponta as mudanças que ocorreram na escola devido a implantação da Base Nacional Curricular Comum a BNCC;

*[...]Sinto que houve uma mudança muito grande após a implantação da BNCC, eu aplico o modelo, mas não gosto, acho mais difícil de trabalhar, alfabetizar uma criança com gênero textual é muito penoso, acho que a alfabetização no método antigo era muito mais eficiente, esse alinhamento da educação não terá efeitos positivos a longo prazo, afasta a criança do aprendizagem. Sei que as cobranças serão muitas e os resultados não serão favoráveis e isso irá recair sobre o professor/a, ela vem mastigada, nós fazemos inúmeros planejamentos com as habilidades a coordenadora acompanha a aplicação, é muita cobrança. Isso cria dentro da escola uma hierarquização, um clima de rivalidade no contexto escolar[...]*  
(BERTHA, 2022)

As mudanças promovidas na educação, muitas vezes são pensadas para a escola e não na escola, especialistas em educação muitas vezes desconhecem “o chão da escola”, pensado coletivamente.

É um dado conhecido, por exemplo, que uma das causas da ineficiência do sistema educacional é a sucessiva descontinuidade de políticas, que se alternam a cada novo governo, quando a Educação é um processo que requer tempo, diagnóstico e avaliação, formação continuada, planejamento, intersetorialidade, entre outras ações organizadas. é nele que o trabalho se efetiva e concretiza os resultados. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2021, p. 16)

Desse modo, a educação Brasileira aparenta estar travada, se observarmos as métricas internacionais, no entanto isso pouco depõem contra os profissionais e muito sobre os governantes que se mostram incapazes de estabelecer políticas educacionais eficientes.

A crítica de Bertha é sustentada pela burocratização do processo de ensino, ela alega dificuldade em se adaptar e essas mudanças, mudanças que estão contempladas no bojo das políticas neoliberais, fruto de mais uma arquitetura de regulação política Apontadas por Pelanda e Pipinis (2021), o que acarreta mais demandas a vida da mulher professora que não são revertidas em qualidade na educação, tampouco na valorização profissional, logo afeta a vida das mulheres.

Nesse sentido, podemos constatar que o gênero se impõe como predominante na sociedade capitalista e regula as atividades humanas, por meio da divisão sexual do trabalho. O que reflete o poder de um gênero sobre o outro, na verdade a constituição do “outro”preconizada por Beauvoir (2009), a qual se expressa, sobretudo, em uma concepção de dominação e sujeição frente aos mais diferentes contextos, aqui se manifesta no magistério.

Quanto a sua projeção para o futuro da carreira profissional Bertha apresenta uma certa incredulidade, vê que a família tenta transferir seu papel para a escola, e quanto a isso ela é enfática em afirmar que não se coloca nesse lugar na vida da criança, deixa claro os limites entre seu trabalho e a esfera familiar, dois elementos que devem andar alinhados para que a educação alcance o resultado esperado.

[...]Vejo que muitas mulheres escolhem a educação hoje, pela estabilidade financeira que devido o plano de carreira proporciona um ganho significativo em suas vidas. Sinto que os pais não tem tempo para os filhos e querem exigir que nós adotemos o seu papel, sempre deixo claro que meu papel é de professora, não sou tia, não deixo meus alunos me chamar de tia, sou professora, tive reclamação, não sou aconchego da crianças, sou a professora dele responsável por ensinar[...] Deixo isso claro para os pais, carimbo as tarefas como professora, não sou parente da criança, minha tarefa é de ensinar, minha preocupação é a aprendizagem. Se eu tentar sair desse papel, irei falhar, a sociedade sempre está pronta para nos bater, não sou a salvadora da pátria. Na escola pedem para eu olhar as crianças com outros olhos pois eles não tiveram aula presencial no ano passado, eu aponto para as provas institucionais que não vão considerar isso, logo essa não é uma preocupação minha e sim do governo, o pais não se envolvem com a aprendizagem dos filhos são os que mais cobram, nunca fui de terpena do aluno, nem carrego para mim dor que não é minha [...]Nosso plano de carreira prevê progressão, estabilidade, o salário hoje não é ruim, equiparados a outras carreiras, a educação hoje é até mais significativo que outras carreiras, nosso plano é dividido em biênio, estou finalizando minha carreira e terei o último aumento, tenho maior renda da casa, não sou rica mais vivo muito melhor do que na minha infância. (BERTHA, 2022)

A feminização do magistério é ilustrada nas palavras de Bertha, quando ela menciona a expectativa dos pais em relação a educação fato ao qual ela se contrapoe, no entanto, enaltece

a carreira docente como uma oportunidade de acenssão social.

A percepção da entrevistada, corrobora com o pensamento de Lerner (2019) quando a autora chama a atenção para o fato que o pensamento patriarcal molda nosso pensamento. Como somos norteados por modelos sociais especulativos e a maioria é androcêntrica admite com naturalidade o patriarcado e os poucos modelos de sociedades matriarcais são a-históricos.

Essa ruptura entre homens e mulheres existente aprofunda a desigualdade entre os gêneros como fora mencionado anteriormente, a mulher é sujeita a exploração e a opressão. Logo, a permissividade da sociedade alavanca outros tipos de desigualdades que afetam inclusive aos homens, por que abre portas para a discriminação e nessa esteira temos evidenciamos outras formas discriminatórias como aponta Bordieu (2005) ao estabelecer papéis sociais distintos ancorados na natureza, promove-se um encarceramento do indivíduo seja ele homem ou mulher. Como crítica a esse modelo, o autor ressalta que “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes.” (BORDIEU, 2005, p.18). Ao concentrar as mulheres em determinadas carreiras estabelece-se uma ruptura social que traz consequências a toda sociedade.

Birolli (2016) aponta para os riscos do avanço das hierarquias de classe e raça incidem sobre quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social, fato que compromete inclusive a democracia.

Todas as entrevistadas são sindicalizadas, mas apenas uma participa ativamente dos movimentos e vê na luta Sindical a possibilidade de mudança, as demais alegam ter tido decepções com o sindicato e desconfiar da força do mesmo em defesa do trabalhador/a da educação. Uma vez que participaram de greves e movimentos, com pesar admitem que as negociações não atenderam as expectativas da categoria. Mesmo, assim elas incentivam a filiação sindical aos que estão iniciando na carreira como forma de organização. Assim, iniciou-se um processo de apagamento e de invisibilização da história das instituições sindicais.

Os efeitos nocivos da feminização das profissões não afetam apenas a figura feminina, algumas profissões são rotuladas como marcadamente femininas independente do sexo de quem as exerce. Geralmente profissões estão ligadas à prestação de serviços e cuidados relacionados aos predicados histórica e socialmente

considerados femininos, o cuidar e o ensinar. Essas profissões são intencionalmente precarizadas, esquecidas pelo poder público.

## 5. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Neste trabalho há um percurso formativo que traz, impregnado na feitura mesma da vida, algumas camadas. Uma camada que este trabalho expressa é dada pelo conteúdo deste texto, as preocupações teóricas que dão, de alguma forma, a sustentação para os argumentos que são alinhavados em cada uma das partes. Evidentemente a camada do conteúdo, isto é, o assunto que o trabalho se pretende discutir, não é algo trivial. Mesmo assim, a força das leituras, que é o aporte teórico, produz tanta mudança em quem lê que a abordagem inicial se mistura com outras camadas no interior de quem faz o trabalho acadêmico.

Assim, é preciso dizer que há também a camada mais ligada à forma de pesquisar, de organizar as leituras e de escrita do texto. O aspecto formal é como se fosse a parte do texto que fica mais implícita, mas ainda assim, consegue sustentar o alinhavado das ideias e com isso dá o formato do que está escrito. Ainda assim, entre a maturidade que organiza o conteúdo em seções argumentativas e a destreza de dar forma aos argumentos há as condições emocionais de quem pesquisa.

Essas condições emocionais, como se fossem uma camada mais íntima do fazer em si da pesquisa, quase passam despercebidas do labor científico. Isso, no entanto, não é por acaso. A negação da dimensão emocional como parte do rigor científico é, como foi percebido nas leituras deste trabalho, uma das formas de apagamento da presença feminina em atividades mais racionais. É como se a ciência, por assim dizer, tem de ser um trabalho humano que nega, por contraste, as condições humanas inerentes a qualquer pessoa.

Por isso, uma pessoa que estuda a presença e o papel da mulher na educação brasileira, mesmo sendo mulher, compartilhando quase a totalidade dos efeitos lidos nos textos teóricos, não pode deixar escapar de si as marcas dessa pessoalidade para que não comprometa o fazer em si da ciência. Como que só fosse séria, a ciência, se fosse por premissa racional ao ponto de negar o campo das emoções, também constitutivas da condição humana.

Essas três camadas, no entanto, estão presentes no ato mesmo de erguer este trabalho. Tanto é assim que o trabalho de ler e organizar de modo rigoroso e ordenado todos os pensamentos e argumentações dos textos lidos já seriam atividades que no dado instante da vida de quem fazia a pesquisa poderia ser um exercício de existir e resistir. De modo que desde as primeiras atividades de preparação para o ingresso no Programa de Mestrado em Educação, até estas linhas das Considerações Finais há um sem número de emoções, risos, lágrimas, pedidos de socorro, desesperos, alívios e serenidade.

Poder ler algumas das autoras citadas neste trabalho ou poder conversar com as mulheres que foram acessadas para esta pesquisa podem até ocupar o lugar de organização do modelo argumentativo do trabalho. Mas também foram imprescindíveis para dar mais sentido à vida de quem fez a pesquisa. Poder acessar o pensamento de outra mulher, seja de que época for ou de que tradição filosófica for, representa um elo que permite ligar um pensamento feminino que ainda é incipiente, é verdade, mas é dessa ligação que vai se organizar de maneira que possa fazer frente ao avassalador poder do pensamento masculino.

Neste trabalho, portanto, o percurso de formação da pesquisadora, pessoa localizada no seio desta sociedade ainda machista, ainda misógina, ainda racista, ainda meritocrática, ainda organizada a partir de uma noção de religião monoteísta, representa tantas vitórias. Há tantas vitórias implícitas neste trabalho que não seria o caso, nem o momento, de elencar todas.

Mas uma em particular tem de ser minimamente comentada, sobretudo, porque estas Considerações Finais somente são possíveis porque o enfrentamento, quase que como regra na vida das mulheres, teve de ser mais uma vez a condição única. O enfrentamento é como se fosse um tipo de atividade que tem de ser feito, sob pena de que se não for feito, a vida acaba, em todos os sentidos.

Por isso, o começo deste texto é sobre as camadas que atravessam a vida de quem pesquisa no instante mesmo que vive e pesquisa. Assim, um trabalho denso, como é uma atividade de leitura e análise de dados, sendo feito entre diagnósticos sombrios e informes necrológicos. Ter de se erguer diante do rigor do método científico e enfrentar uma sessão de quimioterápicos e depois se olhar no espelho e fazer o enfrentamento contra todas as projeções de quem está fazendo os especializados diagnósticos. Por isso, esta pesquisa, estas leituras, esta vivência no Programa de Mestrado, as aulas nas diversas disciplinas, as orientações, tudo parecia que seriam as últimas coisas que poderiam ser feitas ainda em vida. Como é incrível e estranho ser mulher e perambular por corredores hospitalares, recebendo informes da morte, convites para se arrepender dos pecados e o cansaço de quem prometeu cuidar.

Além disso, como a condição feminina é marcada, sobretudo, pelas relações inscritas nos modelos morais de união, o casamento é um dos pesos a mais a pesar nos ombros de quem está vivendo as camadas do trabalho científico, da escrita e das questões emocionais. Por isso, mais que compreender a pouca visibilidade das questões femininas nos trabalhos ou temas de pesquisa na Região Norte, ou perceber a imensa maioria de mulheres na educação básica, é entender que a condição mesma de ser mulher é somente um enfrentamento contínuo.

Fazer este trabalho, portanto, representa tantas vitórias, como dito antes, porque às mulheres, mesmo que logrem algum êxito na vida profissional, jamais podem, na vida familiar, erguer a cabeça e decidir sua vida. Os laços de parentesco impendem de uma mulher contar com amplo apoio para ser livre, no mais das vezes é sempre aconselhada a ficar, a respeitar o marido, a ser obediente e submissa. Assim, as noções de patriarcado, de poder masculino, de trabalho com baixa remuneração que poderiam, em princípio aparecerem como conceitos teóricos, tomaram uma dimensão quase umbilical dadas as questões todas que transcorreram ao longo desta pesquisa.

Por fim, o trabalho apresenta alguns dados importantes sobre uma contradição assombrosa: há uma imensa maioria de mulheres no fazer em si da educação ao mesmo tempo que ainda estas mulheres são vistas apenas como tarefeiras do cuidado. Não há políticas de fomento ao trabalho de pesquisa, aos estudos de pós-graduação nem tampouco remuneração que possibilite buscar qualificação por conta própria.

A presença da mulher na educação é quase um lema maternal. Educação, em especial, a que é ofertada às crianças é quase feita, na totalidade, como se fosse um trabalho maternal. Aliás, essa noção mesma de cuidado maternal como algo inerente à mulher já é um ponto profundamente questionável. O cuidado com um ser humano em fase de crescimento é obrigação de todo e qualquer adulto, não importando o gênero.

## 6. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. tradução Christina Baum. — 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13925.pdf> acesso em: 10, mar, 2022.

ALBANO, Jorgelina. **Sapatos vermelhos são de putas desafiando as crenças do patriarcado**. Tradução Márcia Blasques. Bauru São Paulo. Astral Cultura.2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.96, 71-78, fev. 1996.

\_\_\_\_\_. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. - (Prismas)

ALMEIDA, Jane de Soares, BOSCHETTI, Vânia Regina. **Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil—fragmentos do passado histórico (1846/1930)**. Educação Unisinos, v. 16, n. 3, p. 225-233, 2012.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na educação: missão, vocação e destino?** In: SAVIANI, D. et al. (Org.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 55-96.

\_\_\_\_\_. A co-educação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica. Revista História da Educação, v. 11, n. 22, p. 61-86, 2007. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/3216/Resumenes/Resumo\\_321627126008\\_5.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/3216/Resumenes/Resumo_321627126008_5.pdf) acesso em: 05 mar, 2022.

ALMEIDA, Jane Soares. **Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República Brasileira (séculos XIX/XX)**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 11, n. 42, p. 143-156, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639871> acesso em: 25 fev,2022.

ALVARENGA, Carolina Faria; VIANNA, Cláudia Pereira. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente. Laboreal, v. 8, n. Nº1, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/6934> acesso em 31 de mar de 2022.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Desequilíbrio no sistema. Disponível em: Pesquisa FAPESP. Ed 322, janeiro de 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desequilibrio-no-sistema/> acesso 12 fev, 2022.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Onde as Cientistas Não Tem Vez**. Pesquisa FAPESP, ed. 273, 218. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/onde-as-cientistas-nao-tem-vez/> acesso em: 10 fev, 2022.

ANGELOU, Maya. Ainda assim, eu me levanto. **Tr. Mauro Catopodis. Vinte Cultura e Sociedade**, v. 15, 2018. Título original: 'Still I Rise'

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. Unesp, 1999.

Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2019. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf> acessado em 10 de mai de 2022.

Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2020. São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf> acessado em 24 de mar de 2022.

Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2021. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf) Acessado em 24 de mar de 2022.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Violência contra a Mulher, Dados, Pesquisa e análises**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/violencia-contrameninas-e-mulheres/> acesso em 21 dez 2021.

ARAUJO, HELENA. **As Mulheres Professoras e o ensino estatal**. In. Educação e realidade/LOPES, Eliane Marta Teixeira e LOURO, Guacira Lopes. VOL 15, n 2, jul/dez.1990.

ARAUJO, Renata Malcher de. **A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/47SR4WwfCJFBv9Pt3BYFqPM/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 12 fev ,2022.

ARENDT, Hannah, **Da Violência**. Tradução Maria Claudia Drummond. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Mercado Cultural, 2006.

BARBOSA, Marcia C.; LIMA, Betina S. **PRIMEIRA PARTE: Explorando Territórios– Mulheres em Trabalhos Masculinos**. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-book-trabalhadoras-fisica.pdf> acesso 12 fev, 2022.

BARRETO, Giovanna Carla et al. **Gênero na educação e educação de gênero: a invisibilidade da mulher apesar de principal protagonista**. Vozes e Diálogo, v. 18, n. 02, p. 6-19, 2019. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/14215> acesso em 04 fev,2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Milliet, S. 2 a. ed. Obra original de 1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução Milliet, S. 2 a. ed. Obra original de 1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; PAULO, Rosa Monteiro. Um exercício filosófico sobre a pesquisa em Educação Matemática no Brasil. Boletim de Educação Matemática, v. 25, n. 41, p. 251-298, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2912/291223514012.pdf> acesso em 03 fev, 2022.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, n o 3, 2016. pp. 719 a 681. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201690> acesso em: 01.jan.2022.

BIROLI, Flávia. O feminismo como projeto transformador: as vozes das Margaridas, In: Boitempo, publicado em 28/08/2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/28/o-feminismo-como-projeto-transformador-as-vozes-das-margaridas> Acesso em 25/01/2022

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**/Pierre Bourdieu tradução Maria Helena Ted. Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf) acesso em 24 de mar de 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota Técnica N. 10/2020/CGCQTI/DEED. A remuneração média dos docentes em exercício na educação básica: pareamento das bases de dados do Censo Referências bibliográficas da educação Básica e da RAIS. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes> Acesso em 23 de mar de 2022.

BRASIL. INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Ato Adicional de 1834. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.html). Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei 13.467/17. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às

novas relações de trabalho. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.467%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%202017.&text=Altera%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis,%C3%A0s%20novas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.467%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%202017.&text=Altera%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis,%C3%A0s%20novas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho). Acesso em 30 de mar de 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional n o 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html> Acesso em 30 de mar de 2022.

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**. Lei N. °11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 22 fev 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm) Acesso em 24 fev 2022.

BRASIL, Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm) Acesso em 22 mai 2022.

BRASIL, Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14344.htm#art31](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14344.htm#art31) acesso em 22 mai 2022

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. GRUPOS ESCOLARES E A AMPLIAÇÃO DA DOCÊNCIA FEMININA EM CUIABÁ-MT DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA. Revista Outras Fronteiras, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2017. Disponível em: acesso em 23 de mar de 2022.

BUTLER, Judit. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Caderno de Leituras n.78, publicado pelas Edições Chão da Feira em junho de 2018. Disponível em: [https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno\\_de\\_leituras\\_n.78-final.pdf](https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf) acesso em 18. dez. 2021.

BUTLER, Judit. A Força da Não Violência. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2021.

BRUSCHINI, Cristina, AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e Educação: algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa, n. 64, p. 4-13, 1988. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208760> acesso em 03 fev, 2022.

CAETANO, Daisy Luzia do Nascimento Silva - **Trabalho docente de mulheres em Goiânia-GO - 2014** - 139 f. - Dissertação - Programa de Pós-graduação em Geografia (RC) - Universidade Federal de Goiás - Catalão - Goiás - Brasil.

CASTORINO, Adriano. **Quando as mulheres morrem**. [t1noticias.com.br/a/121298](https://1noticias.com.br/a/121298)

Disponível em: <https://www.t1noticias.com.br/em-debate/quando-as-mulheres-morrem/71490/>  
 acesso em: 01.jan.2022

CHASSOT, Attico. **A ciência é masculina? É, sim senhora!** 8 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

COLASSANTI, Marina. In: Reunião técnica sobre recursos instrucionais na formação profissional. São Paulo: Cenafor, 1985. Disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/antropos/naodevia> acesso em: 20 mai, 2022.

CORDEIRO, Marinês d. **Reflexões da história do patriarcado para esses tempos de pós-verdade.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 3, p. 1374-1403, dez. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/347521841\\_Reflexoes\\_da\\_historia\\_do\\_patriarcado\\_para\\_esses\\_tempos\\_de\\_pos-verdade/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/347521841_Reflexoes_da_historia_do_patriarcado_para_esses_tempos_de_pos-verdade/citation/download) acesso em: 23.dez.2021.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero.** XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf> acesso em: 31.dez.2021

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 99-119, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwwgKkcLrkZv5qgnF6kRQfXs/?lang=pt&format=html>  
 Acesso em 24 fev, 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulheres.** 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000.** Planeta, 2020.

DE SANTANA, Rosemeire Siqueira e DE SANTANA, Josineide Siqueira. **Anália franco: guardada e silenciada na historiografia brasileira.** 2017. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/228/78a38195d21ad169ca5e57166b7a07c7.pdf> acesso em 23 de mar de 2022.

DE PENA, Grazielle Borges et al. A participação das mulheres na ciência: estudo e reflexões durante a pandemia. Revista UFG, v. 21, 2021. <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/69172> acesso em 07 fev,2021.

ESTÉS, Clarissa Pinkolas. **Mulheres que Correm com os Lobos: Mitos e Histórias do Arquétipo da Mulher Selvagem.** Trad. Waldéa Barcellos. 1º Ed. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 2018.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Tradução Carla Bitelli e Flávia Yacubian, revisão de texto de Bhuvi Libanio, Marina Vargas. 2 ed- Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2021.

FERRITO, Barbara. *Direito e desigualdade: Uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir do uso dos tempos*. São Paulo. LTR Editora. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A FAMÍLIA PATRIARCAL E SUAS FUNÇÕES ECONÔMICAS**. *Revista USP*, (29), 74-81. 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i29p74-81> acesso em 02.jan.2021.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. TETO DE VIDRO, PISO PEGAJOSO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO À LUZ DA ECONOMIA FEMINISTA: POR QUE AS INIQUIDADES PERSISTEM? *Rev. Cadernos de Campo Araraquara*, n. 26, p. 79-103, jan./jun. 2019.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951/8501> acesso em: 27.dez.2021.

FÔLHA, Jardilene Gualberto Pereira. ROCHA, Damião (Orientador). **“O magistério Brasileiro é feminino: (re)apresentação da mulher na educação infantil nos dados oficiais de 2014 - 2018 do governo federal**. Dissertação de Mestrado em Educação (PPGE/UFT), 2019. Disponível em: [https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt\\_BR](https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt_BR) acesso em 22 dez, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 146p.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com uma pedagogia do oprimido*. 4 eds. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 248 p.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 213 p.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989. 96 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

FREIRE, Paulo. *Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar*. Editora Paz e Terra, 2015. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf> acesso em: 22, fev, 2022.

GATTI, Bernardete Angelina et al. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. 2019. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro\\_ProfessoresDoBrasil.pdf](https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf) acesso em 07 fev, 2022.

GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva e MELLO Ana Rita. *Aa Pioneiras em Ciências Nucleares no Brasil e em Portugal*. In: SALLES, Virgínia Ostroski; WACHHOLZ, Larissa Aparecida; SMANIOTTO, Melissa Andréa. *MULHERES NA PESQUISA: Reflexão sobre as mulheres Em seus diversos espaços de atuação*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Leticia-Brambilla/publication/356947561\\_ENTRE\\_O\\_CUIDADO\\_E\\_A\\_PRODUCAO\\_ACADEMICA\\_AS\\_INTERFACES\\_DO\\_COTIDIANO\\_MATERO\\_NO\\_PANDEMIA\\_DA\\_COVID-19/links/61bd16a94b318a6970ec1c08/ENTRE-O-CUIDADO-E-A-PRODUCAO-](https://www.researchgate.net/profile/Leticia-Brambilla/publication/356947561_ENTRE_O_CUIDADO_E_A_PRODUCAO_ACADEMICA_AS_INTERFACES_DO_COTIDIANO_MATERO_NO_PANDEMIA_DA_COVID-19/links/61bd16a94b318a6970ec1c08/ENTRE-O-CUIDADO-E-A-PRODUCAO-)

ACADEMICA-AS-INTERFACES-DO-COTIDIANO-MATERNO-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19.pdf acesso em 26 jan 2022.

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. cadernos pagu, p. 367-399, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/3PPQWwQPCxGBSm3zXQfnMvD/abstract/?lang=pt> acesso em 08 fev 2022.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. GRUPOS ESCOLARES E A AMPLIAÇÃO DA DOCÊNCIA FEMININA EM CUIABÁ-MT DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA. Revista Outras Fronteiras, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2017. Disponível em: <http://www.pppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/258> acesso em 22 de mar de 2022.

HIRATA, Helena (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora UNESP, 2009. Tradução brasileira, 2 edições. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod\\_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario\\_critico\\_do\\_feminismo%202009.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf) acesso em: 29.dez.2021.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. *Tempo social*, v. 26, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/abstract/?lang=pt> acesso em: 03 fev.2022.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa [online]. 2007, v.37, n.132, p. 595-609. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>> Acesso em 12 dez. 2021.

EL-HANI, Charbel Niño. **Notas sobre o Ensino de História e Filosofia das Ciências na Educação Científica de Nível Superior**. In: Cibelle Celestino Silva. (Org.). Estudos de História e Filosofia das Ciências: Subsídios para Aplicação no Ensino. 1ed. São Paulo-SP: Editora Livraria da Física, 2006, p. 3-21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE: mulheres somavam 52,2% da população no Brasil em 2019**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/ibge-mulheres-somavam-522-da-populacao-no-brasil-em-2019> acesso em:23.dez.2021.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, n. 38, 12 p, 2021. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=-detalhes&id=2101784>> Acesso em 22 de mar de 2022.

KLEIMAN, Angela B. (1995). “Introdução: Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola”, in: KLEIMAN, Angela B. (org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, pp. 15-61.

LIMA, Betina Stefanello. Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? As Margens Feministas das Ciências. Dissertação de mestrado em História, 2008. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3714?mode=full>> .Acesso em: 25 de jun de 2021.

KERGOAT, Daniéle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In MORENO, Renata. *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014

Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%cc%81tica-web.pdf> acesso em: 27.dez.2021.

KERGOAT, Daniéle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-76.

Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod\\_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario\\_critico\\_do\\_feminismo%202009.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf) acesso em 27.dez.2021.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira**. Guarapuava:

Ed. da Unicentro, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/817/5/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20-%20Maria%20Rita%20Ledesma.pdf> acesso em: 03 fev, 2022.

LERNER, Gerda. **A Criação do patriarcado a história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução/Luiza Sellera. São Paulo, Cultrix, 2019.

LEMIE, Maria. Apoio à ciência, tecnologia e inovação no Estado do Rio de Janeiro: Mulheres cientistas da América Latina debatem obstáculos em comum. Publicado em 18 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=400.2.4> Acesso em: 02 de setembro de 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt> acesso em 03 fev, 2022.

LIMA, Stefanello Betina. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(3): 496, setembro-dezembro/2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/v7m9qdqJPRMhSmyhny7kQgq/?format=pdf&lang=pt> acesso em 20 fev, 2022.

LIMA, Vanessa. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. *Revista Crescer*, 23 Fev 2015 - 12h48. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html> acesso em 15 mai 2022.

LIN, Bia, LESLIE, Sara Jane e CIPIAN, Andrei. **Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests.** Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aah6524> acesso em 23.dez.2021.

LISPECTOR, Clarice. Um sopro de vida (pulsações). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746708/mod\\_resource/content/4/G%C3%AAnero%2C%20Sexualidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20uma%20perspectiva%20p%C3%B3sestruturalista%20-%20Guacira%20Louro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746708/mod_resource/content/4/G%C3%AAnero%2C%20Sexualidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20uma%20perspectiva%20p%C3%B3sestruturalista%20-%20Guacira%20Louro.pdf) Acesso em 03 fev 2022.

LOURO, Guaciara Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255776/mod\\_resource/content/1/mulheresnasaladeaula.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255776/mod_resource/content/1/mulheresnasaladeaula.pdf) acesso 22jan 2022.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LYSARDO, Dylia Dias. **Senso comum e estereotipia nas práticas de leitura. InterAção, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2012. Disponível em:** [file:///sysroot/home/monica/Downloads/18866-Texto%20do%20artigo-79628-1-10-20120712%20\(1\).pdf](file:///sysroot/home/monica/Downloads/18866-Texto%20do%20artigo-79628-1-10-20120712%20(1).pdf) Acesso em 23 dez 2021.

MAIA, Marcos F. G.; ROCHA, J. Damião T. **A fenomenologia na pesquisa em educação: um olhar sobre a etnometodologia e etnopesquisa crítica.** Revista Atos de Pesquisa em Educação (FURB), v. 11, p. 718-736, 2016. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/5543> acesso em 22 nov 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação.** 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei; MACEDO DE SÁ, S. M. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entrecimentos. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 324-336, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2946>. Acesso em: 15 mai 2022.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo; **DE TRABALHO, UNESP Grupo. A educação como forma de projeção feminina no Brasil colônia e império.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE. 2013. p. 20953-20965. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7736\\_4616.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7736_4616.pdf) acesso em 05 fev, 2022.

Marinho de Lima, Admilson. **Trabalho de professora na rede estadual da cidade de Catalão-GO: Docência, gênero e classe. Orientador: Profa. Dra. Eliane Martins de Freitas .** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História, Catalão, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8314/5/Disserta%03%a7%0c3%a3o%20-%20Adilson%20Marinho%20de%20Lima%20-%20202017.pdf> Acesso em 22 abr 2022.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: **Boitempo**, 2014. Disponível em: [http://moodle.ibiruba.ifrs.edu.br/pluginfile.php/25050/mod\\_resource/content/1/BIROLI\\_%20MIGUEL.%20Feminismo-e-Politica-Uma-Introducao-Boitempo-Editorial-2015.pdf](http://moodle.ibiruba.ifrs.edu.br/pluginfile.php/25050/mod_resource/content/1/BIROLI_%20MIGUEL.%20Feminismo-e-Politica-Uma-Introducao-Boitempo-Editorial-2015.pdf) acesso em: 20 dez.2021

MONDINI, Fabiane, PAULO, Rosa Monteiro, MOCROSKY, Luciane Ferreira. **As Contribuições da Fenomenologia à Educação. V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos.** Sipeq, 2018. Disponível em: <https://sepeq.org.br/eventos/vsipeq/documentos/98629980087/11> acesso em: 03 dez 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas.** *Direito e desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 fev.2021.

MOREIRA, Lucimara; GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado; QUIRINO, Raquel. **A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA GÊNERO E DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NAS DISCUSSÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO.** *Trabalho & Educação*, v. 29, n. 1, p. 155-169, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/12168> acesso em 02 fev. 2022.

MOURA, Vanuza Maria Paulino; CASTORINO, Adriano Batista; SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **SOMOS TODAS MARIAS.** *Humanidades & Inovação*, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/174> acesso em: 09 mar, 2022.

MÜLLER, Beatriz Cristine et al. **Editais que incluem a maternidade.** *Newsletter Parent in Science [recurso eletrônico]. [Porto Alegre, RS]. N. 2 (Fev. 2021), 24 p.*2021.

NOBEL PRIZES. 2010. "All Nobel Prizes". Disponível em: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/lists/all/](http://nobelprize.org/nobel_prizes/lists/all/) Acesso em: 02 mar 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória.** *Revista da Faculdade de Educação*, v. 14, n. 1, p. 43-52, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402/36140> Acesso em 23 de mar de 2022.

OLIVEIRA, Ana Flavia Lucas de. **Epidemia invisível: qual o papel do SUS frente à violência contra as mulheres? (em entrevista à Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO)** Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/epidemia-invisivel-qual-o-papel-do-sus-no-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/45504/> acesso em:29.dez.2021

OLIVEIRA, Oliveira, DE MELO Marina Félix, BARUQUE de Rodrigues Quemuel e PEQUENO, Mayres, **Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq**, Configurações [Online], 27 2021, posto online no dia 24 junho 2021, URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/11979>; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979> acesso em 08 fev, 2022.

OLIVEIRA, Antonio Almeida. **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 (Edições do Senado Federal; v. 4). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1072/653849.pdf?sequence=4&isAllowed=y> acesso em 22 fev 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU Mulher**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/124845-em-22-dos-paises-nao-existe-lei-contra-estupro-dentro-do-casamento-diz-relatorio-do-fundo-de> acesso em 29.dez.2021.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini, 3 edição, São Paulo: Paz e Terra, 2021.

PELLANDA, Andressa e PIPINIS, Vanessa. **Não é Uma Crise, é Um Projeto: os Efeitos das Reformas do Estado Entre 2016 E 2021 Na Educação: Subsídios para uma análise a partir de raça e gênero** CADERNO 1. Instituto Campanha. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1633966731NAO\\_E\\_UMA\\_CRISE\\_CADERNO1.pdf](https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1633966731NAO_E_UMA_CRISE_CADERNO1.pdf) acesso em 24 de mar de 2022.

PELLANDA, Andressa e PIPINIS, Vanessa. **NÃO É UMA CRISE,É UM PROJETO:OS EFEITOS DAS REFORMAS DO ESTADO ENTRE 2016 E 2021 NA EDUCAÇÃO:Subsídios para uma análise a partir de raça e gênero** CADERNO 1. Instituto Campanha .São Paulo, 2021. Disponível em: [https://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1633966731NAO\\_E\\_UMA\\_CRISE\\_CADERNO2.pdf](https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1633966731NAO_E_UMA_CRISE_CADERNO2.pdf) acesso em 24 de mar de 2022.

PAINS, Clarissa. **'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024> Acesso 20 jan 2022.

PERROT, Michelle. **Práticas da Memória** Feminina In: Revista Brasileira de História, V. 9, no18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres** / tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo : Contexto, 2007.

PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; MOURA, Marla Maria Moraes; DE FARIAS, Isabel Maria Sabino. A composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 24, n. 1, p. 161-194, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29532> acesso em 20 de jan de 2022.

PRÁ, Jussara Reis, CEGGATI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *Revista retratos da Escola*. v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/660/682> acesso em 02 fev.2022.

QUINTANA, Mario. Mario Quintana: poesia completa. Organização de Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

QUIRINO, Raquel. **Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais: em uma perspectiva marxista**. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 229-246, mai-ago, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440> acesso em 22 dez, 2021.

RAMOS, Silvia (coord.) **A dor e a luta: números do feminicídio**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, março de 2021.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. *Revista HISTEDBR*, v. 1, p. 1-26, 2007. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/arilda\\_ines\\_miranda\\_ribeiro2\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/arilda_ines_miranda_ribeiro2_artigo_0.pdf) acesso em 03 fev, 2022.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres Educadas na Colônia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar* / Maria Lufsa Santos Ribeiro — 12. ed. — São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea)

ROCHA, Damião, CUSTÓDIO Kátia Cristina e NOLETO Ângela. A produtividade em pesquisa do/no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFT e a inserção social. In: *Escritos de si, vivências, histórias e saberes: a produção do mestrado profissional em educação da UFT [recurso eletrônico]* / orgs. Damião Rocha e Marluce Zacariotti. Palmas : EDUFT, 2019. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=3ec7a5ea-b011-4634-a030-070d71722db7;1.0:Escritos%20de%20si,%20viv%20C3%A3%AAncias,%20hist%20C3%B3rias%20e%20saberes.%20A%20produ%20C3%A7%20C3%A3o%20do%20mestrado%20profissional%20em%20educa%20C3%A7%20C3%A3o%20da%20UFT.pdf> acesso em 22 mai 2022.

ROCHA, J. Damião T. **Pesquisas com/as minorias nortistas amazônicas**: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças. 2019. Anais da 39ª Anped, Niterói, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf) acesso em 22 jan, 2022.

SÁ, Nicanor Palhares. **Co-educação, gênero e direitos civis**. In: *Instantes & Memória na História da Educação/ (Orgs)*. Elizabeth Madureira Siqueira [et al]. Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006. [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia\\_da\\_educacao/instantes\\_e\\_memoria\\_na\\_historia\\_da\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/instantes_e_memoria_na_historia_da_educacao.pdf) acesso em 23 de mar de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero patriarcado violência.** /Heleieth Iara Bongiovani Saffi oti. .ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo,8 reimpressão 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1978.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod\\_resource/content/1/Saffiotti%20%281978%29%20A\\_Mulher\\_na\\_Soc\\_Classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffiotti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf) acesso em 03 fev, 2022.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. **Relações de gênero e ensino de história:(in) visibilidades na escolarização de meninos e meninas na Província de Goiás (1827-1889).** OPSIS, v. 15, n. 2, p.470-478, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33686> acesso em 22 de mar de 2022.

SANTOS, Anita Leocádia Pereira dos. **Mulheres na universidade: um estudo em Areia-CampusII-UFPB** / Anita Leocádia Pereira dos Santos. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021. ISBN: 978-65-5942-150-3

SANTOS, Ilma de Jesus Rabelo. **A mulher no magistério: representações da identidade docente no Maranhão republicano (1890-1940)**— Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes. Dissertação (Mestrado) – História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/45/1/ILMA%20DE%20JESUS%20RABELO%20SANTOS.pdf> Acesso em 22 jan 2022.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Jul/Dez de 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> acesso em:23.dez.2021.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001

SILVA, Mariana Batista do Nascimento et al. Escola Nova na “Página de Educação”(1930-1933): navegando nas palavras de Cecília Meireles no “Diário de Notícias”. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19572/1/EscolaNovaPagina.pdf> acesso em 24 fev,2022.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e SÁ, Nicanor Palhares. Desvendando um projeto educacional no Império (O caso de Mato Grosso). In: nstantes & Memória na História da Educação/ (Orgs). Elizabeth Madureira Siqueira [et al]. Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT.2006a. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia\\_da\\_educacao/instantes\\_e\\_memoria\\_na\\_historia\\_da\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/instantes_e_memoria_na_historia_da_educacao.pdf) acesso em 24 de mar de 2022.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e SÁ, Nicanor Palhares. Co-educação, gênero e direitos civis. In: *Instantes & Memória na História da Educação* / (Orgs). Elizabeth Madureira Siqueira [et al]. Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT.2006b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia\\_da\\_educacao/instantes\\_e\\_memoria\\_na\\_historia\\_da\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/instantes_e_memoria_na_historia_da_educacao.pdf) acesso em 24 de mar de 2022.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de et al. Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). 2009. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3997/2/000039.pdf> acesso em 30 de mar de 2022.

SUCUPIRA, Fernanda e DE FREITAS, Taís Viudes. **As desigualdades de gênero nos usos do tempo.** In, *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

SILVA, Sergio F, S, da, CASTRO, Viviane, c e LIMA Danúbia, R,d. ARQUEOLOGIAS DO CORPO E DA SEXUALIDADE: POSSIBILIDADES DE ESTUDOS SOBRE MORTE E GÊNERO NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. *Rev. Clio Arqueologia*, vol 26. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246644> acesso em 31.dez. 2021.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da, FERRITO, Barbara e LEAL, Luana Angelo. **Desigualdade e discriminação: um olhar sobre o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da interseccionalidade.** *Revista Tribunias Online*.2021.

SILVA, Wagner Rodrigues; AIRES, Nayra. Educação científica de professoras em mestrado profissional. *The ESpecialist*, v. 41, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1904> acesso em 07 fev de 2022.

SOFFER, Olga; ADOVASIO, James M.; PAGE, Jake. *O sexo invisível: o verdadeiro papel das mulheres na Pré-História.* Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUTO, Luisa. Projeto de Janaina Paschoal proíbe homem de dar banho em criança em escolas... - Veja mais em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/29/reservar-as-mulheres-cuidados-intimos-em-creches-e-para-salvar-diz-janaina.htm> acesso em 10 mar, 2022.

TAIN, Laurence. DIREITOS REPRODUTIVOS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA: aportes da sociologia do corpo. In *Mundos de mulheres no Brasil* / Ana Maria Veiga, Claudia Regina Nichnig, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná (organização) – Curitiba : CRV, 2019.

TABAK, F. Estudos Substantivos Sobre Mulher e Ciência no Brasil. In Costa, A.A.A.;SARDENBERG,C.M.B.(org.). *Feminismo, Ciencia e Tecnologia.* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.* 5ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

VIANNA, Claudia Pereira. **A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente.** 2013. in:Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações / Yannoulas,Silvia Cristina (Coord.) – Brasília : Editorial Abaré, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31211> acesso em: 03 fev 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos pagu, p. 81-103, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/?lang=pt&format=html> acesso em 03 fev, 2022.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educação & Sociedade, v. 27, p. 407-428, 2006.<https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200005> acesso em 07 fev, 2022.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento.** Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.

VILAR, Rafaela Fraga, DOS SANTOS, Vera Maria. Em busca da honra feminina: as noções de mulher honesta e mulher impura – Sergipe (1890). In: A educação nos projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX / organização Elaine Aparecida Teixeira Pereira, Luciano Mendes de Faria Filho, Maria das Dores Daros e Raylane Andreza Dias Navarro Barreto [et al.]. - Ebook. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pesquisa/> acesso em 03 mar 2022.

WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu.** Trad. de Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. Ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2575915&forceview=1> acesso em 15 mai 2022.

WOLLSTONECRAFT Mary. **Reivindicações dos Direitos da Mulher.** Tradução Celina Vergara. Lafonte, São Paulo, 2021.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368> acesso em 12 jan, 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman,2005.

Músicas:

Vander Lee. Meu Jardim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i6yvS3z8BM8> acesso: em 10 mar, 2020.

FOTO

<http://www.solvayinstitutes.be/html/solvayconference.html>